

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL**  
**ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DO MOVIMENTO HUMANO**

**Felipe Magno**

**A COPA DO MUNDO DE FUTEBOL EM PORTO ALEGRE: a realocação dos  
moradores afetados pela duplicação da Avenida Tronco.**

**Porto Alegre**

**2014**

**Felipe Magno**

**A COPA DO MUNDO DE FUTEBOL EM PORTO ALEGRE: a realocação dos  
moradores afetados pela duplicação da Avenida Tronco.**

Dissertação de mestrado apresentada à banca examinadora do Programa de Pós-graduação em Ciências do Movimento Humano da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como pré-requisito para a obtenção do título de Mestre em Ciências do Movimento Humano.

Orientador: Alberto Reinaldo Reppold Filho.

**Porto Alegre**

**2014**

## CIP - Catalogação na Publicação

Magno, Felipe

A COPA DO MUNDO DE FUTEBOL EM PORTO ALEGRE: a realocação dos moradores afetados pela duplicação da Avenida Tronco. / Felipe Magno. -- 2014.

168 f.

Orientador: Alberto Reinaldo Reppold Filho .

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Escola de Educação Física, Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano, Porto Alegre, BR-RS, 2014.

1. Megaeventos esportivos. 2. Copa do Mundo de Futebol. 3. Impacto social. 4. Legado social. 5. Realocação. I. Reppold Filho , Alberto Reinaldo , orient. II. Título.

**Felipe Magno**

**A COPA DO MUNDO DE FUTEBOL EM PORTO ALEGRE: a realocação dos  
moradores afetados pela duplicação da Avenida Tronco.**

Conceito final:

Aprovado em.....de.....de.....

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Jose Geraldo Soares Damico – UFRGS

---

Prof. Dr. Marco Paulo Stigger – UFRGS

---

Prof. Dr. Luiz Fernando Camargo Veronez – UFPel

---

Orientador: Prof. Dr. Alberto Reinaldo Reppold Filho - UFRGS

## **AGRADECIMENTOS**

Quero agradecer primeiramente a toda minha família, em especial aos meus pais, Hony Morais Magno e Maria da Conceição Lopes Cardoso, pelo apoio incondicional durante toda a minha trajetória, tanto pessoal quanto acadêmica. Pai e mãe, amo vocês.

Agradeço também a todos os funcionários e professores da UFRGS, fundamentalmente os da Escola de Educação Física, pelo ensinamento e ajuda durante esses anos de aprendizado. Ao Professor Alberto Reppold (Betão), agradeço inicialmente pela oportunidade, por acreditar e confiar em mim, e acima de tudo pelos conhecimentos passados, não só os teóricos, mas sim, os éticos e humanos.

Aos amigos da vida que mantive - Felipe Marchetti, Patrícia Bartz, Rodrigo Franke e Rodrigo Rodrigues - meu muito obrigado por estarem comigo nos momentos mais importantes e difíceis. As pessoas as quais me aproximei mais ou que conheci nesses dois anos de mestrado - Lucas Moreno, Lucas Portela, Matheus Gib, Gabriela Klein, João Batista Marques - um abraço fraterno. E obviamente a Tássia Machado Medeiros, pessoa fundamental nesse período de mestrado. Amo todos vocês.

## EPÍGRAFE

*“Quem faz o simples é gênio”.*

Mestre Cláudio Quintana Cabral (30/10/1940 à 14/04/2012).

## RESUMO

O objetivo deste estudo foi interpretar como está sendo conduzido o processo de realocação dos moradores afetados por uma das obras para a Copa do Mundo de Futebol na cidade de Porto Alegre, a duplicação da Avenida Tronco. O estudo é do tipo interpretativo, com análise qualitativa, sendo realizado através de pesquisa documental, diários de campo e entrevistas gravadas. A amostra é do tipo intencional, na qual os documentos, os locais e os sujeitos foram escolhidos conforme sua capacidade de disponibilizar informações relevantes para pesquisa. Na pesquisa documental foram considerados os documentos oficiais pertencentes aos poderes executivo, legislativo e judiciário, nas três esferas governamentais envolvidas na duplicação da Avenida Tronco que são: a federal; a estadual; e a municipal. Ademais, foram considerados como fonte de informação não oficial os *blogs* pertencentes a três entidades populares envolvidas diretamente no processo de realocação dos moradores afetados pela obra que são: o Comitê Popular da Copa em Porto Alegre; o Ponto de Cultura Quilombo do Sopapo; e o Fórum Estadual de Reforma Urbana do Rio Grande do Sul. As observações relatadas por meio de diários de campo ocorreram em duas frentes. A primeira nos locais da obra, e a segunda nas reuniões onde foram discutidas as questões referentes à mesma. As reuniões observadas foram as das Câmaras Temáticas para a Copa de 2014 em Porto Alegre, do Gabinete de Planejamento Estratégico da Prefeitura Municipal, e as do Comitê Popular da Copa em Porto Alegre. As entrevistas realizadas foram semiestruturadas, com roteiro elaborado, sendo conduzidas a partir de um conjunto de perguntas abertas em uma ordem específica. Os sujeitos entrevistados foram: os gestores públicos responsáveis pelo processo de realocação; os líderes comunitários das localidades afetadas; e os representantes de entidades governamentais e não governamentais envolvidos indiretamente nesse processo. Na análise de conteúdo, primeiramente foi feita a seleção e o recorte dos documentos a serem submetidos à análise. A seguir, foram criadas categorias analíticas baseadas inicialmente na literatura específica da área, que foram complementadas com outras categorias que emergiram a partir da exploração do material. Por fim, foram estabelecidas ligações dentro das categorias e relações entre elas, a fim de alcançar o objetivo proposto. A análise dos dados indicou que a condução do processo de realocação dos moradores atingidos pela obra não está se dando da forma ideal. Os resultados apontam para falhas da gestão pública em três aspectos fundamentais: na tomada de decisão sobre a obra, que não contou com a participação dos moradores afetados; na política habitacional inexistente, substituída por ações emergenciais de realocação; e o não cumprimento dos acordos estabelecidos com os moradores. O estudo não foi capaz de trazer benefícios imediatos para a comunidade pesquisada. Entretanto, os resultados poderão auxiliar na redução dos impactos negativos, em especial nas comunidades mais carentes, advindos, diretamente ou não, da realização de megaeventos esportivos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Copa do Mundo FIFA; impacto social; realocação.

## ABSTRACT

*The aim of this study was interpret the process of relocation of residents affected by one of the works for the FIFA World Cup in Porto Alegre, the duplication of Avenida Tronco. The study is the interpretive type, with qualitative analysis being conducted by the documentary, daily field research and recorded interviews. The sample is intentional type, in which the documents, subjects and places were chosen according to their capacity to provide information relevant to research. In the documentary research were considered official documents pertaining to executive, legislative and judicial powers, the three spheres of government involved in duplication of Avenida Tronco: federal, states and cities. Moreover, they were considered as a source of unofficial information blogs belonging to three popular entities directly involved in the relocation of residents affected by the work that is the case: the Comitê Popular da Copa in Porto Alegre, the Ponto de Cultura Quilombo Sopapo and Fórum Estadual de Reforma Urbana do Rio Grande do Sul. The observations reported by daily field occurred on two fronts. The first places in the site where the works are going on, and the second in the meetings where issues were discussed: Câmaras Temáticas for the 2014 World Cup in Porto Alegre, of the Gabinete de Planejamento Estratégico da Prefeitura Municipal, and of the Comitê Popular da Copa in Porto Alegre. The interviews were semi-structured, with elaborate script, being conducted from a set of open questions in a specific order. The interviewees were: public managers responsible for the relocation process, the community leaders of the affected localities, and representatives of governmental and nongovernmental entities indirectly involved in this process. The content analysis was initially made the selection and cropping of the documents to be submitted for analysis. The following analytical categories initially based on the literature of the area, which were complemented with other categories that emerged from the exploration of the material. Finally, connections were made within the categories and relationships between them in order to achieve the proposed objective. Data analysis indicated that the conduct of the relocation of residents affected by the work process is not taking place optimally. The results point to failures of public management in three key aspects: decision making about the work, not with the participation of affected residents; nonexistent in housing policy, replaced by emergency actions relocation; and non-compliance with established agreements with the locals. The study was not able to bring immediate benefits to the community studied. However, the results may assist in reducing negative impacts, especially in the poorer communities, arising, directly or not, the realization of mega sporting events.*

**KEYWORDS:** *FIFA World Cup; social impact; relocation.*



## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1 - Quadro comparativo entre estruturas <i>hard</i> e <i>soft</i> dos eventos.....	17
Ilustração 2 - Gráfico do Investimento Público para sediar os Jogos Olímpicos.....	21
Ilustração 3 - Gráfico dos Direitos de TV da Copa do Mundo.....	24
Ilustração 4 - Gráfico da Audiência Global da Copa do Mundo.....	24
Ilustração 5 - Gráfico das Horas na TV da Copa do Mundo.....	25
Ilustração 6 - Gráfico do Número de Patrocinadores da Copa do Mundo.....	25
Ilustração 7 - Quadro dos dias e locais visitados nas obras.....	48
Ilustração 8 - Quadro das Câmaras Temáticas observadas.....	49
Ilustração 9 - Quadro das reuniões do Comitê Popular da Copa observadas.....	50
Ilustração 10 - Quadro dos espaços acompanhados sobre a Copa em Porto Alegre.....	51
Ilustração 11 - Quadro dos sujeitos entrevistados.....	53
Ilustração 12 - Quadro do cronograma das obras da Matriz de Responsabilidades de Porto Alegre.....	58
Ilustração 13 - Avenida Voluntários da Pátria em Porto Alegre.....	59
Ilustração 14 - Avenida Voluntários da Pátria em Porto Alegre após a reforma.....	59
Ilustração 15 - Avenida Severo Dullius em Porto Alegre.....	60
Ilustração 16 - Avenida Severo Dullius em Porto Alegre após a reforma.....	60
Ilustração 17 - Avenida Edvaldo Pereira Paiva em Porto Alegre.....	61
Ilustração 18 - Avenida Edvaldo Pereira Paiva em Porto Alegre após a reforma.....	61
Ilustração 19 - Avenida 3ª Perimetral em Porto Alegre.....	62
Ilustração 20 - Avenida 3ª Perimetral em Porto Alegre.....	62
Ilustração 21 - Avenida 3ª perimetral em Porto Alegre após as reformas.....	62
Ilustração 22 - Avenida 3ª perimetral em Porto Alegre após as reformas.....	62
Ilustração 23 - Avenida Tronco em Porto Alegre.....	63
Ilustração 24 - Avenida Tronco em Porto Alegre.....	63
Ilustração 25 - Avenida Tronco em Porto Alegre após a reforma.....	63
Ilustração 26 - Avenida Tronco em Porto Alegre após a reforma.....	63
Ilustração 27 - Complexo da Rodoviária em Porto Alegre.....	64
Ilustração 28 - Complexo da Rodoviária em Porto Alegre após a reforma.....	64
Ilustração 29 - Aeroporto Salgado Filho em Porto Alegre após a reforma.....	66
Ilustração 30 - Estádio Beira-rio após a reforma.....	67
Ilustração 31 - Arena do Grêmio.....	67
Ilustração 32 - Loteamento destinado aos moradores da Vila Dique em Porto Alegre.....	68
Ilustração 33 - Loteamento destinado aos moradores da Vila Dique em Porto Alegre.....	68
Ilustração 34 - Comunidade residente ao lado do Estádio Beira-rio em Porto Alegre.....	69
Ilustração 35 - Comunidade residente ao lado do Estádio Beira-rio em Porto Alegre.....	69
Ilustração 36 - Quadro do cronograma das obras de Porto Alegre, atualizado em dezembro de 2012.....	71
Ilustração 37 - Convocação para a apresentação do Projeto Habitacional do Assentamento 20 de Novembro.....	74
Ilustração 38 - Loteamento destinado aos moradores da Vila Dique em Porto Alegre.....	76
Ilustração 39 - Material de divulgação para manifestação ocorrida no dia 4 de junho de 2013.....	78
Ilustração 40 - Material de divulgação para mobilização ocorrida no dia 18 de agosto de 2013.....	78
Ilustração 41 - Quadro das desapropriações e deslocamentos involuntários causados pela Copa do Mundo em Porto Alegre.....	83

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 42 - Quadro do número de famílias afetadas nas comunidades atingidas pelas obras da Copa.....	84
Ilustração 43 - Manifestação dos moradores da Vila Dique no dia 18 de junho de 2014.....	85
Ilustração 44 - Material de divulgação para manifestação ocorrida no dia 5 de maio de 2014 em Porto Alegre.....	86
Ilustração 45 - Maquete da Avenida Tronco após a conclusão das obras.....	95
Ilustração 46 - Traçado que será remodelado na Avenida Tronco.....	95
Ilustração 47 - Trechos da obra na Avenida Tronco.....	96
Ilustração 48 - Ocupações irregulares atingidas pelo projeto da Avenida Tronco.....	97
Ilustração 49 - Projeto viário e edificações atingidas (Trecho 1).....	97
Ilustração 50 - Projeto viário e edificações atingidas (Trecho 2).....	97
Ilustração 51 - Projeto viário e edificações atingidas (Trecho 3).....	98
Ilustração 52 - Projeto viário e edificações atingidas (Trecho 4 / Parte 1).....	98
Ilustração 53 - Projeto viário e edificações atingidas (Trecho 4 / Parte 2).....	98
Ilustração 54 - Quadro do cronograma inicial do projeto da Avenida Tronco, separado por trechos.....	99
Ilustração 55 - Praça a ser construída entre as vias no traçado da Avenida Tronco.....	100
Ilustração 56 - Edificações atingidas pela construção da praça.....	100
Ilustração 57 - Espaço físico do Ponto de Cultura Quilombo do Sopapo.....	120
Ilustração 58 - Atividades realizadas pelas comunidades atingidas no ano de 2010 (1).....	122
Ilustração 59 - Atividades realizadas pelas comunidades atingidas no ano de 2010 (2).....	123
Ilustração 60 - Campanha “Chave por chave” presente na reunião com o prefeito de Porto Alegre.....	128
Ilustração 61 - Marcação feita pelo DEMHAB na residência de uma família a ser realocada.....	130
Ilustração 62 - Residência demolida pelo DEMHAB, muito próxima a outras casas (1).....	130
Ilustração 63 - Residência demolida pelo DEMHAB, muito próxima a outras casas (2).....	131
Ilustração 64 - Residência demolida pelo DEMHAB, muito próxima a outras casas (3).....	131
Ilustração 65 - Obras na Avenida Tronco (Trecho 2 - Avenida Dr. Carlos Barbosa).....	133
Ilustração 66 - Obras na Avenida Tronco (Trecho 1) (1).....	133
Ilustração 67 - Obras na Avenida Tronco (Trecho 1) (2).....	134
Ilustração 68 - Obras na Avenida Tronco (Trecho 1) (3).....	134
Ilustração 69 - Convocatória para a votação das AEIS Tronco na Câmara de Vereadores...	135

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Investimentos previstos em obras para a Copa de 2014.....	18
Tabela 2 - Investimentos previstos por cidades-sede para a Copa de 2014.....	19
Tabela 3 - Financiamentos do Governo Federal na Copa de 2014, agrupados por cidade-sede .....	20
Tabela 4 - Financiamentos do Governo Federal na Copa de 2014, agrupados por tema.....	21
Tabela 5 - Financiamentos do Governo Federal na Copa de 2014, agrupados por instituição financeira.....	21
Tabela 6 - Investimentos públicos e privados na infraestrutura de cidades-sede dos Jogos Olímpicos.....	22
Tabela 7 - Receitas de Transmissão dos Jogos Olímpicos.....	26
Tabela 8 - Avaliação dos torcedores e visitantes brasileiros que utilizaram o serviço das Embaixadas dos Torcedores na Copa de 2006.....	35
Tabela 9 - Distribuição por assunto das mensagens visualizadas.....	50
Tabela 10 - Distribuição dos investimentos em Porto Alegre, agrupados por tema.....	71
Tabela 11 - Obras canceladas em Porto Alegre.....	79
Tabela 12 - Ações e empreendimentos restantes na Matriz de Responsabilidades de Porto Alegre.....	80
Tabela 13 - Investimento para a obra da Avenida Tronco .....	94

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABDIB - Associação Brasileira de Indústrias de Base  
AEIS - Áreas Especiais de Interesses Sociais  
ANCOP - Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa  
BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento  
BRT's - *Bus Rapid Transit*  
CBIC - Câmara Brasileira da Indústria e Construção  
CGCopa - Comitê Gestor da Copa 2014  
CICC - Centro Integrado de Comando e Controle  
COHRE - *Center on Housing Rights and Evictions*  
COI - Comitê Olímpico Internacional  
CPC Poa - Comitê Popular da Copa em Porto Alegre  
DEMHAB - Departamento Municipal de Habitação  
DHP - Demanda Habitacional Prioritária  
DOPA - Diário Oficial de Porto Alegre  
FASE - Fundação de Atendimento Socioeducativo  
FERU/RS - Fórum Estadual de Reforma Urbana do Rio Grande do Sul  
FIFA - *Fédération Internationale de Football Association*  
ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços  
LPJ - Levante Popular da Juventude  
MST - Movimento dos Trabalhadores Sem Terra  
NAT/Brasil - ONG Amigos da Terra Brasil  
ONU - Organização das Nações Unidas  
OP - Orçamento Participativo  
OSCIP - Organização da Sociedade Civil de Interesse Público  
PAC - Programa de Aceleração do Crescimento  
PCQS - Ponto de Cultura Quilombo do Sopapo  
PIB - Produto Interno Bruto  
PISA - Programa Integrado Sócio Ambiental  
PMCMV - Programa Minha Casa, Minha Vida  
PMHIS - Plano Municipal de Habitação de Interesse Social de Porto Alegre  
PMPA - Prefeitura Municipal de Porto Alegre  
RGP - Região de Gestão do Planejamento  
SECOPA - Secretária Extraordinária para a Copa 2014  
TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido  
TECA - Terminal de Carga Aérea

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>12</b>
1.1 PROBLEMA DE PESQUISA.....	14
<b>2 OBJETIVOS.....</b>	<b>14</b>
2.1 OBJETIVO GERAL.....	14
2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	14
<b>3 REVISÃO DE LITERATURA.....</b>	<b>15</b>
3.1 IMPACTOS E LEGADOS.....	15
3.2 TIPOS DE IMPACTOS E LEGADOS.....	16
<b>3.2.1 Econômicos.....</b>	<b>18</b>
<b>3.2.2 Ambientais.....</b>	<b>28</b>
<b>3.2.3 Culturais.....</b>	<b>31</b>
<b>3.2.4 Intangíveis.....</b>	<b>33</b>
<b>3.2.5 Sociais.....</b>	<b>37</b>
<b>4 METODOLOGIA.....</b>	<b>45</b>
4.1 PESQUISA DOCUMENTAL.....	45
4.2 DIÁRIOS DE CAMPO.....	48
<b>4.2.1 A experiência no campo.....</b>	<b>51</b>
4.3 ENTREVISTAS.....	53
4.4 ANÁLISE DE CONTEÚDO.....	54
<b>5 PORTO ALEGRE E A COPA DO MUNDO FIFA 2014.....</b>	<b>55</b>
5.1 DO SONHO À REALIDADE: DO PLANEJAMENTO À EXECUÇÃO.....	70
5.2 O LEGADO: A COPA PASSOU E O QUE FICOU?.....	80
<b>6 A DUPLICAÇÃO DA AVENIDA TRONCO E A REALOCAÇÃO DOS MORADORES.....</b>	<b>91</b>
6.1 O PROJETO.....	94
<b>6.1.1 Breve histórico da formação dos bairros do entorno da Avenida Tronco.....</b>	<b>102</b>
<b>6.1.2 Os moradores remanescentes.....</b>	<b>103</b>
6.2 REALOCAÇÃO DOS MORADORES.....	105
<b>6.2.1 Tomada de decisão.....</b>	<b>108</b>
<b>6.2.2 Opções de transferência.....</b>	<b>111</b>
<b>6.2.3 Cumprimento do acordado.....</b>	<b>115</b>
<b>6.2.4 O embate entre a população e o poder público.....</b>	<b>117</b>

## SUMÁRIO

6.2.4.1 O Comitê Popular da Copa em Porto Alegre.....	117
6.2.4.2 O Ponto de Cultura Quilombo do Sopapo.....	119
6.2.4.3 O histórico de debates e disputas.....	120
<b>6.2.5 Participação de outras esferas da sociedade.....</b>	<b>137</b>
6.2.5.1 População de Porto Alegre.....	138
6.2.5.2 Entidades governamentais e não governamentais.....	139
6.2.5.3 Poder público.....	141
6.3 SITUAÇÃO ATUAL DA OBRA.....	142
<b>7 CONCLUSÃO.....</b>	<b>142</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>146</b>
<b>ANEXO I - MATRIZ DE RESPONSABILIDADES DE PORTO ALEGRE, FIRMADA NO DIA 13 DE JANEIRO DE 2010.....</b>	<b>151</b>
<b>ANEXO II - MATRIZ DE RESPONSABILIDADES, CONSOLIDADA EM ABRIL DE 2013.....</b>	<b>156</b>
<b>ANEXO III - MATRIZ DE RESPONSABILIDADES, CONSOLIDADA EM NOVEMBRO DE 2013.....</b>	<b>159</b>
<b>ANEXO IV - RELATÓRIO SOBRE AS DESAPROPRIAÇÕES EM TODO O BRASIL, ELABORADO PELA SECRETARIA GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA.....</b>	<b>162</b>
<b>APÊNDICE A - AUTORIZAÇÃO PARA UTILIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES .....</b>	<b>163</b>
<b>APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA .....</b>	<b>164</b>
<b>APÊNDICE C - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO .....</b>	<b>166</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O Brasil vive um momento único em sua história no que diz respeito a megaeventos esportivos, pois está realizando em sequência quatro eventos de grande magnitude, que são: os Jogos Pan-Americanos ocorridos no Rio de Janeiro em 2007, a Copa do Mundo FIFA (*Fédération Internationale de Football Association*) em 2014, com sedes espalhadas pelo Brasil, e os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos em 2016, que serão sediados também pela cidade do Rio de Janeiro. Isso sem mencionar os Jogos Mundiais Militares sediados também pela cidade carioca em 2011, e os outros dois eventos futebolísticos de menor dimensão, que são a Copa das Confederações e a Copa América, realizadas em 2013 e 2019, respectivamente. Portanto, neste momento, torna-se imprescindível analisar e criar parâmetros para que saibamos que tipos de impactos esses eventos trarão e que tipos de legados esses eventos deixarão em nosso país, a fim de que possamos criar mecanismos para otimizar seus possíveis benefícios e diminuir seus possíveis prejuízos.

Um dos maiores eventos esportivos de todos é a Copa do Mundo de Futebol. Uma ideia do porte alcançado por este empreendimento da FIFA pode ser vista a partir da Copa da Alemanha em 2006, que atraiu cerca de 2 milhões de turistas, gerou 20mil empregos permanentes e incorporou 0,6% no PIB (Produto Interno Bruto) do país naquele ano, que totalizou 1,6% de incremento (DAVIS, 2008). Porém, nem sempre o retorno para o país sede é o esperado. Na África do Sul, por exemplo, vários questionamentos estão sendo feitos quanto às promessas dos organizadores locais e da FIFA sobre os legados do evento, os custos exorbitantes, a má gestão e a corrupção (COTTLE, 2011). Segundo Wanderley Marchi Jr *et al* (2014, pág. 720) “os reais impactos socioeconômicos para o país foram marginais, enquanto os legados foram mínimos”.

Para sediar um evento desses, o país candidato precisa que seu projeto contemple diversas modificações estruturais, não só nos locais de realização das partidas, mas também no restante das cidades, englobando questões como: transporte público, segurança, infraestrutura hoteleira, entre outras. Porém, não somente os impactos estruturais se dão nas cidades realizadoras do evento, existindo também outras questões, como a social, que vai desde a aceitação dos moradores daquela localidade perante o evento e seu envolvimento com o mesmo, até o respeito aos seus direitos adquiridos como: moradia, direito ao lazer e aos benefícios do dinheiro público investido, e participação nas decisões sobre tudo que possa interferir em seu contexto.

Uma das sedes da Copa do Mundo de Futebol no Brasil, em 2014, foi a cidade de Porto Alegre, que recebeu cinco jogos da competição. Podemos afirmar, que depois de ser uma das sedes brasileiras da Copa do Mundo de Futebol de 1950, e sediar a Universiade de 1963, que, segundo Mazo (2008) era considerada uma prévia dos Jogos Olímpicos, Porto Alegre, aproximadamente cinco décadas depois, voltou a organizar um evento esportivo de tal dimensão como a Copa do Mundo de Futebol. A cidade gaúcha tem em seu projeto inicial alterações estruturais de grande impacto em seu contexto, que aliadas às demais mudanças causadas pela Copa do Mundo FIFA trarão consequências para a localidade e para seus cidadãos, tornado assim, Porto Alegre, um bom referencial para um estudo que vise identificar esse processo.

Um dos principais impactos decorrentes dos megaeventos esportivos é o da realocação de famílias residentes em locais onde se fazem necessárias mudanças para a realização dos jogos, como a construção de instalações esportivas, de vias de acesso para essas instalações, dentre outras. Segundo Raeder (2010), esse processo pode se tornar extremamente danoso, principalmente quando são violados os direitos básicos dos moradores, como por exemplo, a falta de preocupação com o destino das famílias deslocadas.

Em Porto Alegre, algumas realocações em grande escala se enquadram nesse contexto, que são as causadas pelas seguintes obras: a reforma do Complexo Beira-rio, do Sport Club Internacional, que será o local de realização dos jogos; a reforma do Aeroporto Salgado Filho; e a duplicação da Avenida Tronco, importante via de acesso para o estádio. Nesses três casos se fará necessário o deslocamento de inúmeras famílias para que as obras aconteçam.

A duplicação da Avenida Moab Caldas (chamada de Tronco pela população) aparece como um eixo estruturador do sistema viário da cidade, facilitando o trânsito entre os bairros Cristal e Tristeza e a Zona Sul com as vias que conectam com as zonas Norte, Nordeste e Leste, bem como alternativa de ligação da Zona Sul ao Centro da capital. O empreendimento prevê a alteração de 5,4 km da avenida, a construção de uma ciclovia, um corredor de ônibus e tratamento paisagístico. Inicialmente consideradas essenciais pelo Governo Federal e Municipal para a realização da Copa em Porto Alegre, as obras têm custo financeiro de R\$156 milhões. O custo social, porém, é ainda maior. Aproximadamente 1,5mil famílias ou 3,9mil pessoas vivem na região que será atingida pelas obras. Nesse local, as comunidades envolvidas se estruturaram para fazer a discussão com o poder público. No entanto, as obras não foram finalizadas para o evento, estando assim essa questão ainda em aberto. Dessa maneira, o presente estudo tem por objetivo interpretar como está sendo conduzido o processo de realocação das famílias afetadas pela duplicação da Avenida Tronco.



## 1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

Como está sendo conduzido o processo de realocação dos moradores afetados pela duplicação da Avenida Tronco, uma das obras para a Copa do Mundo de Futebol na cidade de Porto Alegre?

## 2 OBJETIVOS

### 2.1 OBJETIVO GERAL

Interpretar como está sendo conduzido o processo de realocação dos moradores afetados pela duplicação da Avenida Tronco, uma das obras para a Copa do Mundo de Futebol na cidade de Porto Alegre.

### 2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- a) Identificar os principais aspectos presentes nos documentos oficiais referentes à duplicação da Avenida Tronco no que diz respeito às realocações dos moradores;
- b) Descrever a visão:
  - dos gestores públicos a respeito do processo de realocação;
  - dos líderes comunitários dessa localidade a respeito do processo de realocação;
  - dos representantes de outras entidades envolvidas indiretamente no processo de realocação.
- c) Identificar os pontos convergentes e divergentes intra e entre governo e população no que diz respeito ao processo de realocação.

### 3 REVISÃO DE LITERATURA

São vários os vieses da realização de um megaevento esportivo por uma determinada cidade, não se restringindo apenas aos estádios e as instalações esportivas, mas sim, a várias questões que afetarão a cidade tanto durante o evento quanto após a competição. Nessa perspectiva, Poynter (2008) afirma que, desde os Jogos Olímpicos de 1992, em Barcelona, cidades têm usado os megaeventos como catalisadores de regeneração e confiado fortemente em diferentes formas de intervenções estatais para se promoverem como cidades globais.

Alguns efeitos<sup>1</sup> oriundos dos megaeventos esportivos podem ser mensurados financeiramente ou com outras medidas concretas, enquanto há diversos outros em que uma resposta quantitativa se torna quase impossível de ser alcançada (REIS, 2008). Poynter (2008, pág. 126) afirma: “(...) avaliar os efeitos de megaeventos é uma tarefa complexa. Os custos e benefícios sociais para a cidade-sede não são fáceis de estimar”. Essa dificuldade deixa margem para que os resultados de vários estudos sobre efeitos econômicos sejam mal interpretados por políticos de forma a apoiar seus objetivos, como os próprios resultados sejam mal calculados por economistas, algumas vezes deliberadamente para agradar os patrocinadores da pesquisa, outras vezes sem intenção, de forma que o número de armadilhas nas estimativas dos benefícios de investimentos públicos seja enorme (KÉSENNE, 1999). Devido a essas indefinições tentaremos elucidar as questões relacionadas aos efeitos dos megaeventos, compartimentando-as de forma que se facilitem as futuras análises.

#### 3.1 IMPACTOS E LEGADOS

Antes de tentarmos identificar quais são os possíveis impactos e futuros legados precisamos definir o que caracteriza cada um desses dois conceitos e como eles se encaixam na perspectiva dos megaeventos. Preuss (2007) entende que os impactos estão diretamente relacionados com todas as transformações ou implicações que repercutem na cidade-sede durante o evento, enquanto os legados seriam todas as transformações ou implicações sofridas pela cidade-sede que podem advir dos impactos previamente causados, geralmente surgindo após o evento. Outra característica, citada por Seixas (2010), é o fato de que muitas vezes um impacto negativo pode ser tornar um legado positivo, como no caso de reformas na estrutura

---

<sup>1</sup> No presente estudo, utilizou-se a terminologia efeitos dos megaeventos esportivos para referir-se aos impactos e aos legados vinculados aos mesmos, e que serão discutidos na seção posterior.

viária da cidade acolhedora do evento, que instantaneamente gerará problemas como engarrafamentos, aumento da poluição, dentre outros, mas que posteriormente trará benefícios para o tráfego da cidade.

Segundo Poynter (2008) os impactos ainda podem ser divididos em primários e secundários. Para o autor o impacto primário se relaciona com as receitas e custos específicos do evento, enquanto o impacto secundário refere-se ao investimento em infraestrutura e ao desenvolvimento urbano subsequente que confere substância ao legado pós-competição. Já os legados seriam a herança que fica depois de um grande evento pontual (que ocorre em um curto espaço de tempo), como o Caso da Copa do Mundo de Futebol (SEIXAS, 2010; VILLANO E TERRA, 2008; TAVARES, 2007). Para Bechara (2008) falar de legados é falar dos benefícios levando em conta os prejuízos que serão resultados do megaevento. Já Poynter (2008) ressalta que o conceito de legado de megaeventos esportivos está agora firmemente focado em resultados não esportivos como importante fonte de legitimidade para receber os jogos.

### 3.2 TIPOS DE IMPACTOS E LEGADOS

Poynter (2008) afirma que as cidades experimentam efeitos tanto tangíveis quanto intangíveis, sendo praticamente inviável quantificar os intangíveis. O autor ainda ressalta que enquanto no tangível está a maior parte do foco dos estudos dos efeitos dos megaeventos esportivos, pois são utilizadas análises de custo-benefício, as cidades-sedes também têm identificado custos e benefícios intangíveis.

Para a melhor compreensão, Mazo, Rolim e DaCosta (2008) definiram os efeitos tangíveis e intangíveis da seguinte maneira:

- a) Tangíveis: toda e qualquer infraestrutura construída para o megaevento em questão. Este tipo de efeito caracteriza-se pela possibilidade de mensuração e análise de suas características, como por exemplo, o custo-benefício ou qualquer outro tipo de análise econômica;
- b) Intangíveis: são todas as implicações do megaevento que não podem ser mensuradas quantitativamente nem calculadas. Estão ligadas às questões culturais que um

megaevento pode gerar e gera. Um exemplo claro deste tipo de efeito é o sentimento de patriotismo que os residentes sentem durante e/ou após o evento.

Outra divisão, realizada por Preuss (2007), propõe que os efeitos podem ser *hard* ou *soft*. O primeiro corresponderia às infraestruturas, a reorientação dos espaços da cidade, o aumento do conforto e as atividades econômicas. Já o segundo se referiria às questões mais subjetivas, como o ganho de confiança, de entusiasmo, reputação, status e orgulho da população local. No quadro a seguir são mostrados alguns dos quesitos classificados por Preuss como efeitos *hard* e *soft*:

**Ilustração 1** - Quadro comparativo entre estruturas *hard* e *soft* dos eventos.

HARD			SOFT
Estrutura Primária:	Infraestrutura		Conhecimentos: organizacional, segurança e tecnológico;
Estrutura Secundária:	Vilas para os atletas, para os oficiais técnicos e para mídia;		Relacionamentos: políticos, através de federações desportivas e segurança;
Estrutura Terciária:	Segurança, usinas de força, redes de telecomunicações e atrações culturais (monumentos).		Bens Culturais: identidade cultural, ideias ou ideologias culturais e os fatos que ficam na memória.

Informações retiradas de Preuss (2007).

Preuss (*apud* SEIXAS, 2010) ainda nos traz outra subdivisão, porém com uma abordagem mais prática, classificando os efeitos de outra forma, como medidas obrigatórias ou medidas opcionais. As medidas obrigatórias seriam aquelas transformações cruciais para a realização do evento em questão, e as medidas opcionais seriam todos os investimentos atrelados ao grande projeto do evento, mas que não seriam fatores determinantes para que o mesmo acontecesse, sendo as medidas opcionais responsáveis por uma maior abrangência do legado dos megaeventos.

Como já citado anteriormente, os efeitos tangíveis, ou *hard*, são de mais fácil mensuração, e por isso os estudos a seu respeito aparecem em um número muito maior em relação aos intangíveis, ou *soft*. Desta maneira, fica facilitada a tarefa de fragmentar os efeitos tangíveis, os analisando individualmente, visando uma maior compreensão dos mesmos. Com base na literatura da área, e respeitando as diferenças entre os conceitos de impacto e legado, propomos a seguinte compartimentação para facilitar a análise dos possíveis efeitos dos megaeventos esportivos: **Tangíveis** (econômicos; ambientais; culturais e sociais) e

**Intangíveis.** Dentro de cada tópico serão discutidos tanto os impactos quanto os legados identificados. O tópico que discutirá os impactos e legados sociais receberá maior destaque, sendo o último a ser apresentado, uma vez que é o tem relação mais direta com o tema proposto.

### 3.2.1 Econômicos

A promoção de grandes eventos esportivos tem sido uma estratégia de diversos países para a atração de investimentos e de atenção internacional. Os benefícios econômicos destes eventos retratam um argumento utilizado para justificar o esforço e o gasto público para sediá-los (BETARELLI, DOMINGUES E MAGALHÃES, 2010). Promotores, divulgadores do evento, dirigentes e políticos entendem que os megaeventos geram impacto positivo, movimentando diferentes setores da economia, utilizando esses fatores como forma de legitimação para sediar tais eventos (REPPOLD E PETERSEN-WAGNER, 2004).

Para a Copa do Mundo de 2014, a Câmara Brasileira da Indústria e Construção (CBIC) (SIMÃO, 2007) estimava que os investimentos públicos e privados somassem R\$18 bilhões, bem acima dos gastos de 2006 na Alemanha, postos por Davis (2008), com a cifra de R\$11,5 bilhões. Para melhor visualização desses investimentos no Brasil, segue a tabela retirada de Betarelli, Domingues e Magalhães (2010), que nos mostra as principais fontes de recursos, em termos nacionais, para as obras de infraestrutura urbana e de construção e adequação dos estádios brasileiros, numa projeção feita em 2010.

**Tabela 1** - Investimentos previstos em obras para a Copa de 2014 (R\$ milhões).

Fonte de recursos	Infraestrutura urbana	Part. (%)	Estádio	Part. (%)	Total	Part. (%)
BNDES	1499,0	14,8	3427,6	64,8	4926,6	32,0
Financiamento Caixa	6422,3	63,5	0,0	0,0	6422,3	41,7
Governo Distrital	0,0	0,0	340,0	6,4	340,0	2,2
Governo Estadual	1740,6	17,2	1156,4	21,9	2897,0	18,8
Governo Municipal	452,0	4,5	34,1	0,6	486,1	3,2
Clube Atlético Paranaense	0,0	0,0	113,0	2,1	113,0	0,7
Sport Club Internacional	0,0	0,0	130,0	2,5	130,0	0,8
São Paulo Futebol Clube	0,0	0,0	85,0	1,6	85,0	0,6
<b>Total</b>	<b>10113,9</b>	<b>100,0</b>	<b>5286,1</b>	<b>100,0</b>	<b>15400,0</b>	<b>100,0</b>

Tabela adaptada de Betarelli, Domingues e Magalhães (2010).

Nota-se que, para a Copa no Brasil em 2014, segundo tal projeção, o financiamento público é predominante, tanto nas obras de infraestrutura urbana quanto na reformulação e na

construção de estádios. Os únicos investimentos privados citados são os dos três clubes que teriam seus estádios selecionados para a Copa. Porém, se sabe que o São Paulo Futebol Clube não teve mais seu estádio utilizado no evento, por vários motivos, um deles por não julgar necessárias todas as alterações na estrutura do seu estádio, contrariando as exigências da FIFA. Desta forma, o novo projeto selecionado pela FIFA para a cidade de São Paulo foi o da construção de um novo estádio pelo Sport Club Corinthians Paulista, utilizando também o capital privado. Outro fator a ser contextualizado é a alteração no projeto de reformulação do Estádio Gigante da Beira-rio, que anteriormente seria financiado em sua grande parte pelo próprio clube, mas foi realizado em parceria com uma empreiteira de grande porte, em troca de concessões para utilização de áreas do estádio por um determinado prazo. Essa mudança, a princípio, não muda a lógica de investimento apenas privado na realização da obra.

Betarelli, Domingues e Magalhães (2010) apresentam em seu estudo outra tabela, que mostra os investimentos previstos por cidade, e o quanto esses investimentos representam no seu PIB, tanto em nível municipal quanto estadual.

**Tabela 2** - Investimentos previstos por cidade-sede para a Copa de 2014.

<b>Cidade-sede</b>	<b>Valor (R\$ milhões)</b>	<b>Part. (%)</b>	<b>% PIB Mun.</b>	<b>% PIB Estad.</b>
Manaus (AM)	1837,80	11,93	5,34	4,37
Fortaleza (CE)	1031,60	6,70	4,22	2,05
Natal (RN)	695,00	4,51	8,66	3,03
Recife (PE)	1168,00	7,58	5,64	1,88
Salvador (BA)	1131,30	7,35	4,23	1,03
Belo Horizonte (MG)	1431,60	9,30	3,75	0,59
Rio de Janeiro (RJ)	1910,00	12,40	1,37	0,64
São Paulo (SP)	3096,50	20,11	0,97	0,34
Curitiba (PR)	603,90	3,92	1,60	0,37
Porto Alegre (RS)	498,60	3,24	1,49	0,28
Cuiabá (MT)	894,70	5,81	11,32	2,10
Brasília (DF)	1101,00	7,15	1,10	1,10
<b>Total</b>	<b>15400,00</b>	<b>100,00</b>	<b>1,95</b>	<b>0,70</b>

Tabela adaptada de Betarelli, Domingues e Magalhães (2010).

Analisando os dados por cidade notamos que Porto Alegre apresenta a menor parcela de investimento público dentre as cidades-sede, totalizando cerca de R\$ 500 milhões, representando aproximadamente 3% do investimento total. Analisando os percentuais dos PIB's tanto municipal quanto estadual, notamos que os investimentos de Porto Alegre, juntamente com os de São Paulo, Curitiba e Rio de Janeiro, representam menores parcelas dentro de seus PIB's quando comparados às outras cidades brasileiras. Isso possivelmente possa ser justificado pelo fato de que Porto Alegre e Curitiba, além de um valor absoluto de

investimento menor do que as demais, possuem estádios particulares nos seus projetos, e, no caso das cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro, por estarem entre os maiores PIB's do país.

Dados mais atualizados apontam para uma mudança considerável nos valores investidos. A seguir, apresento três tabelas (3, 4 e 5) adaptadas do Portal da Transparência na Copa 2014, do Governo Federal, que trazem as seguintes informações: os valores dos financiamentos que o Governo Federal colocou à disposição das cidades para a realização de projetos e ações de melhorias, agrupados por cidade-sede, por tema e por instituição financeira. Os valores expostos referem-se tanto ao montante contratado quanto ao montante liberado para as ações específicas para a Copa do Mundo 2014.

**Tabela 3** - Financiamentos do Governo Federal na Copa de 2014, agrupados por cidade-sede.

Tema de atuação	Valores (em R\$)	
	Contratado	Liberado
Manaus (AM)	400.000.000	400.000.000
Fortaleza (CE)	824.034.387	505.830.482
Natal (RN)	751.043.887	499.217.775
Recife (PE)	1.981.291.218	1.654.315.107
Salvador (BA)	658.357.487	652.776.704
Belo Horizonte (MG)	1.345.250.000	1.170.076.222
Rio de Janeiro (RJ)	2.416.758.900	1.875.952.162
São Paulo (SP)	432.500.000	410.111.287
Curitiba (PR)	436.168.000	326.540.974
Porto Alegre (RS)	298.000.000	275.100.000
Cuiabá (MT)	847.652.860	725.504.455
Brasília (DF)	98.000.000	22.015.130
<b>Total</b>	<b>10.489.0056.739</b>	<b>8.517.440.298</b>

Tabela adaptada do Portal da Transparência na Copa 2014.

Comparando os dados acima com os dados apresentados anteriormente notamos uma clara alteração dos valores disponibilizados pelo Governo Federal para as cidades-sede da Copa de 2014. Algumas cidades tiveram seus valores aumentados enquanto outras diminuídos. No caso de Porto Alegre, onde os valores atualizados são menores dos que os previstos anteriormente, pode-se dizer que esse fato decorre não de uma gestão qualificada do processo, mas sim, da retirada de diversas obras que antes eram vinculadas a Copa do Mundo na cidade e agora não são mais. Considerando que a maioria das cidades não conseguiu cumprir seu plano de obras inicial, é razoável dizer que nas que os valores atuais superaram os iniciais o gasto do dinheiro público ultrapassou consideravelmente o planejado preliminarmente.

**Tabela 4** - Financiamentos do Governo Federal na Copa de 2014, agrupados por tema.

Tema de atuação	Valores (em R\$)	
	Contratado	Liberado
Desenvolvimento Turístico	1.463.240.496	716.779.085
Estádios	4.543.407.283	4.505.242.707
Mobilidade Urbana	4.482.408.960	3.295.418.506
<b>Total</b>	<b>10.489.0056.739</b>	<b>8.517.440.298</b>

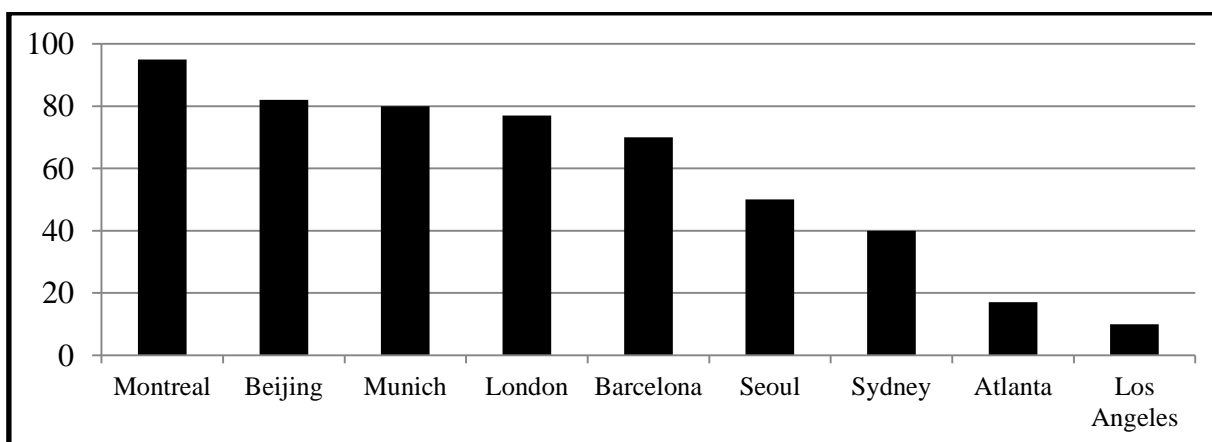
Tabela adaptada do Portal da Transparência na Copa 2014.

**Tabela 5** - Financiamentos do Governo Federal na Copa de 2014, agrupados por instituição financeira.

Instituição Financeira	Valores (em R\$)	
	Contratado	Liberado
Caixa Econômica Federal	3.595.850.000	2.554.225.216
BNDES	5.695.632.910	5.081.483.138
BNB	1.014.173.829	698.331.944
Banco do Brasil AS	91.700.000	91.700.000
Banrisul AS	91.700.000	91.700.000
<b>Total</b>	<b>10.489.0056.739</b>	<b>8.517.440.298</b>

Tabela adaptada do Portal da Transparência na Copa 2014.

Uma forma de dimensionarmos a proporção dos investimentos públicos brasileiros é os comparando com o de outras localidades que realizaram eventos do mesmo porte. Poynter (2008) traz um gráfico que nos mostra qual a parcela de participação do setor público nos investimentos que custearam a realização de cada um dos Jogos Olímpicos, de 1972 até 2012, com exceção de Moscou em 1980 e Atenas em 2004.

**Ilustração 2** - Gráfico do % Investimento Público para sediar os Jogos Olímpicos.

Dados retirados de Poynter (2008).



Outras informações trazidas por Poynter em sua obra são os percentuais de investimentos públicos e privados na infraestrutura das cidades realizadoras dos eventos. São trazidos os números dos Jogos Olímpicos de Barcelona, Sidney e Pequim, juntamente com as previsões, na época, para Londres, em 2012. Os números estão dispostos na tabela a seguir:

**Tabela 6** - Investimentos públicos e privados na infraestrutura das cidades-sede (%).

<b>Cidade Olímpica</b>	<b>Investimento em Infraestrutura – valores atualizados (bilhões – US Dólar)</b>	<b>Fontes de Investimento: Setor Público (% do investimento total)</b>	<b>Fontes de Investimento Setor Privado (% do investimento total)</b>
Barcelona 1992	8.012	61,5	38,5
Sydney 2000	3.03	64,4	36,6
Pequim 2008	14.257	85,0	15,0
London 2012	13.7	64,2	35,8

Dados retirados de Poynter (2008).

Observa-se nas informações trazidas na ilustração 2 e na tabela 6, que nos Jogos Olímpicos de Pequim, comparado com os demais, ocorreu uma grande participação do poder público nas modificações estruturais da cidade e do país. Esse fato pode ser decorrente das características específicas do regime político da China, que usou os jogos como forma de mostrar sua força econômica na nova ordem mundial (PREUSS, 2007). Mesmo assim, segundo DaCosta (2007), os Jogos Olímpicos chineses incrementaram a oportunidade de crescimento para o país, que já era visível, e deve durar, em ritmo decrescente, até 2050. Seguindo essa linha, o Comitê Olímpico Internacional (COI) realizou um amplo estudo, no ano de 2008, sobre o impacto econômico dos Jogos Olímpicos no Rio de Janeiro em 2016. O estudo mostrou que a cidade terá um incremento de cerca de R\$22bilhões até a realização dos jogos, e após o evento, no período que vai até 2027, um incremento de aproximadamente R\$27bilhões.

Comparando os dados brasileiros na Copa de 2014 com os demais eventos citados nota-se também uma maior predominância dos investimentos públicos para a Copa no país, atingindo o valor de aproximadamente R\$ 10,5 bilhões. Falando do evento da FIFA, na África do Sul em 2010 os estádios para a competição foram financiados principalmente pelo Estado, ao contrário do que ocorreu na Alemanha em 2006, onde empresas privadas contribuíram com quantidades substanciais para os custos de construção (HAFERBURG, 2011). Unido a isso o fato de que no país africano os gastos com projetos de infraestrutura tenham excedido em 5 bilhões de dólares o planejamento inicial, e de que o país deixou 2,5 bilhões de dólares em

impostos livres para a FIFA (WANDERLEY MARCHI JUNIOR *et al*, 2014), pode-se dizer que economicamente não parece que o evento possa ter apresentado um avanço para o país. Nesse sentido, Cottle (2011) afirma que as perspectivas de crescimento do país, tal como o aumento no número de empregos e no número de turistas nunca se concretizaram no país africano.

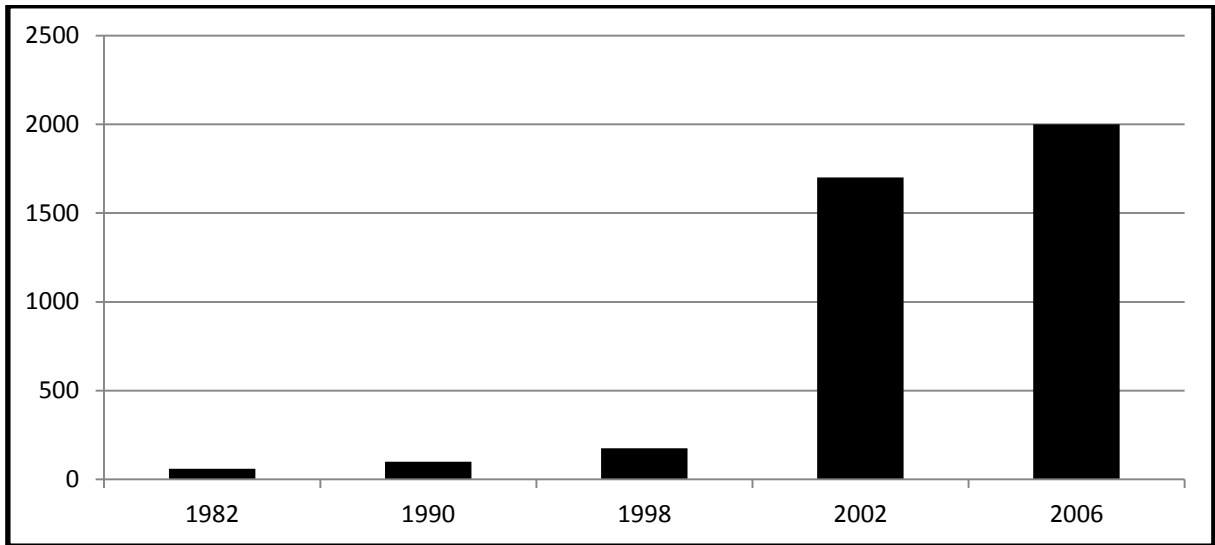
Um exemplo que pode ser considerado exitoso quando se fala em organização de grandes eventos é o da realização dos Jogos Olímpicos de 1992 pela cidade de Barcelona. Segundo Brunet (1995) os investimentos diretos e indiretos dos Jogos Olímpicos na cidade catalã oportunizaram o desenvolvimento da infraestrutura local, bem como o aumento no número de empregos permanentes e a consequente diminuição do desemprego. Além disso, o processo de regeneração urbana favoreceu seu reposicionamento no País - Espanha -, no continente e, por que não, no próprio contexto mundial (MORAGAS e BOTELLA, 1995).

Já um caso que pode ser considerado pouco exitoso é o dos Jogos Olímpicos de Atenas. Desde o principio a escolha de Atenas foi cercada de desconfiança, visto que sua seleção como cidade-sede era, por muitos, caracterizada muito mais como estratégia de *marketing*, devido ao fato de que depois de cem anos os jogos voltariam ao seu local de origem, do que a escolha de um país com condições para sediar os jogos. Mesquita (2007) ressalta que nos Jogos de Atenas o investimento feito, além de elevado, superou consideravelmente o orçamento previsto inicialmente e que isto poderia ter sido evitado caso o comitê organizador tivesse mais eficiência na organização dos jogos. O autor argumenta, também, que o Governo Federal financiou grande parte das obras, e uma vez essas obras sendo financiadas pelos impostos de todas as cidades do país deveriam beneficiar toda a Grécia, e não apenas a cidade de Atenas, e por esse motivo houve inúmeras reclamações da população não residente na capital grega. Mesquita ainda diz que as obras que foram benéficas para o país, como as reformas do aeroporto e do porto de Atenas, e a melhoria da infraestrutura hoteleira do mesmo, não podem ser consideradas como legado do evento, visto que essas obras ocorreriam com ou sem a realização dos jogos, pois eram consideradas cruciais para a cidade. Um exemplo positivo de Atenas, trazido pelo autor, é o de que algumas instalações esportivas foram projetadas para se transformarem em instalações permanentes após os jogos, como escolas ou hospitais.

Outra forma de dimensionar a proporção dos megaeventos esportivos é acompanhar a evolução do interesse televisivo em adquirir os direitos de transmissão destes eventos, e

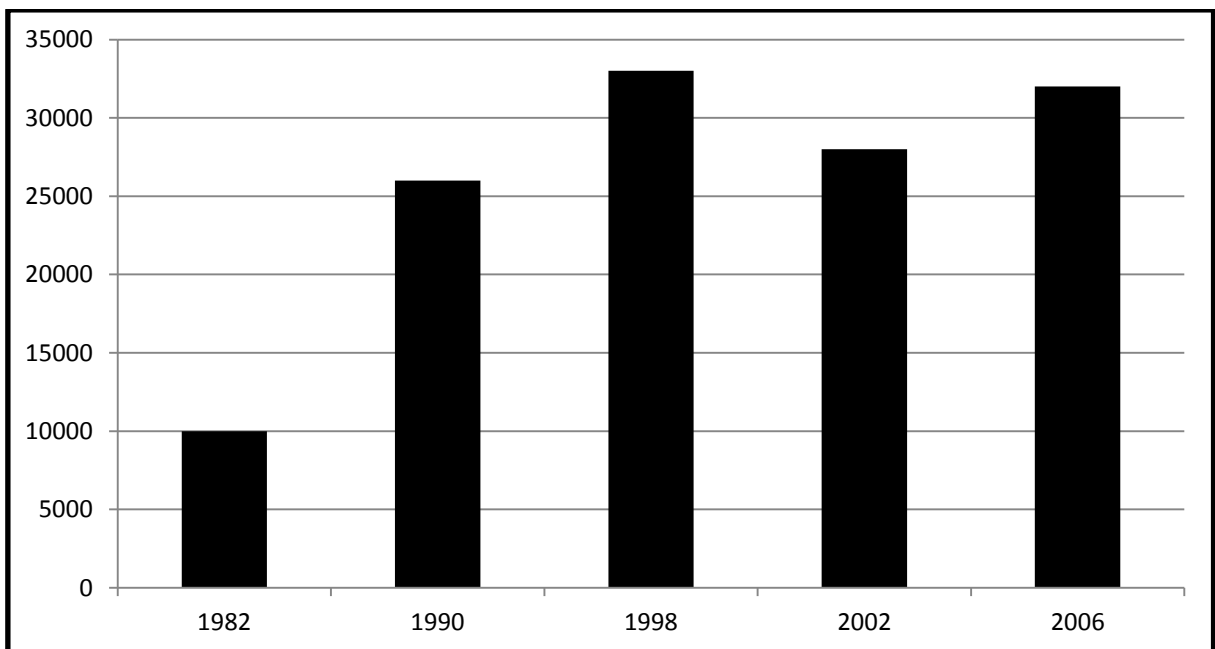
consequentemente alterando o número de expectadores no mundo, atraindo cada vez mais patrocinadores e divulgando o país dentro e fora de suas fronteiras. Klein (2007) traz alguns dados que refletem essa realidade, referentes às Copas da Espanha (1982), Itália (1990), França (1998), Coréia do Sul e Japão (2002), e Alemanha (2006). Os dados estão dispostos nos gráficos a seguir:

**Ilustração 3** - Gráfico dos Direitos de TV (em milhões de dólares).

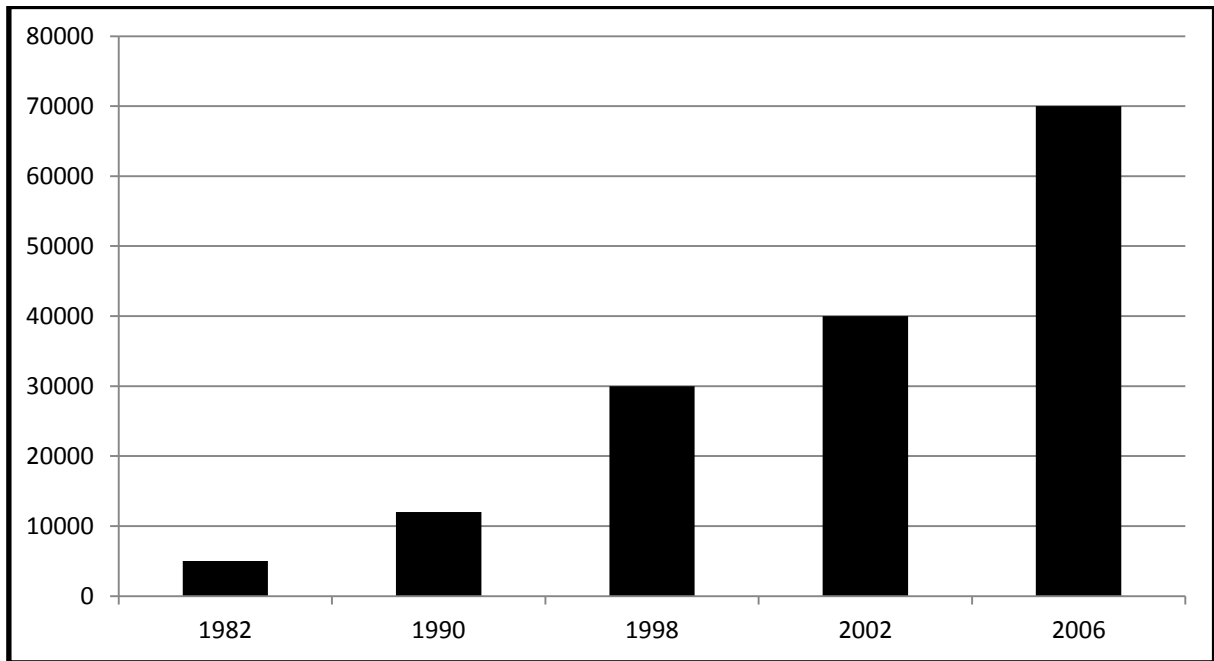


Dados retirados de Klein (2007).

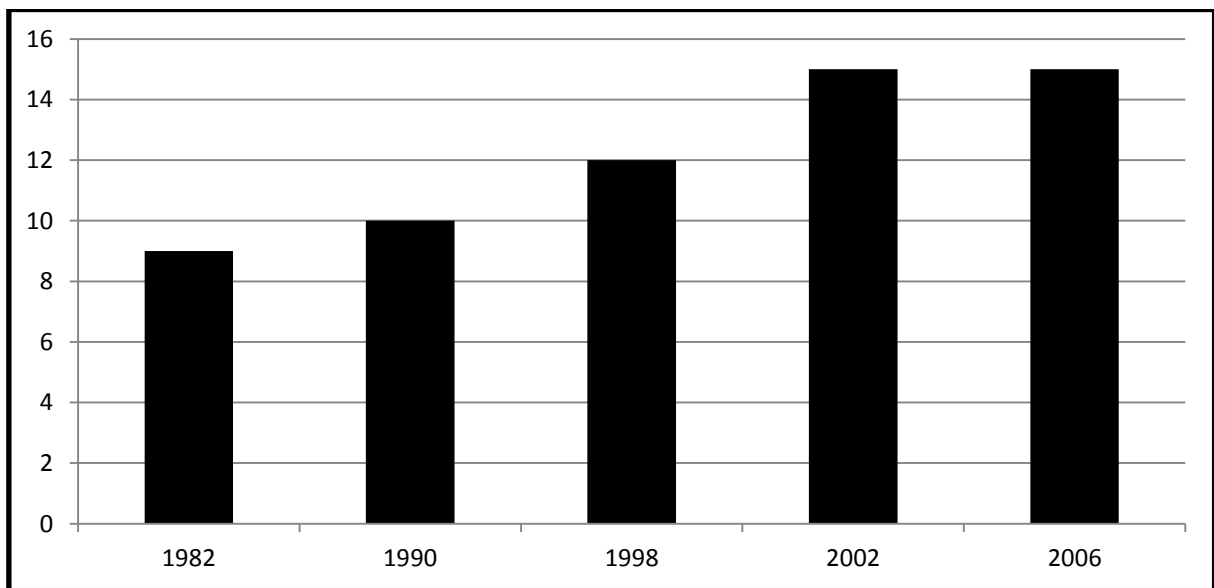
**Ilustração 4** - Gráfico da Audiência Global (em milhões de expectadores).



Dados retirados de Klein (2007).

**Ilustração 5** - Gráfico das Horas na TV.

Dados retirados de Klein (2007).

**Ilustração 6** - Gráfico do Número de Patrocinadores.

Dados retirados de Klein (2007).

Seguindo essa mesma lógica, Poynter (2008) apresenta os valores das receitas de transmissão dos Jogos Olímpicos no período de 1960 a 2008. Os dados estão listados na tabela a seguir:

**Tabela 7 -** Receitas de Transmissão dos Jogos Olímpicos.

<b>Ano</b>	<b>Cidade Olímpica</b>	<b>Receita de Transmissões em US Dollars (milhões)</b>
1960	Roma	1.178
1964	Tóquio	1.578
1968	México	9.750
1972	Munique	17.79
1976	Montreal	34.86
1980	Moscou	87.98
1984	Los Angeles	286.9
1988	Seoul	402.6
1992	Barcelona	636.0
1996	Atlanta	898.2
2000	Sydney	1,331.5
2004	Atenas	1,494.0
2008	Pequim	1,706,0 (estimativa em março de 2005)

Tabela adaptada de Poynter (2008).

Observando os dados notamos claramente um crescimento do interesse dos meios de comunicação, especialmente a televisão, nos grandes eventos esportivos como os Jogos Olímpicos e a Copa do Mundo. As redes de televisão enxergam a oportunidade de transmitir as competições como fonte de prestígio e também como forma de geração de lucros, por exemplo, através da venda de comerciais (PREUSS, 2007). Consequentemente, essa visibilidade trazida ao local pode ser utilizada como forma de divulgação e criação de uma imagem positiva visando à atração de investimentos, incrementando futuramente a economia do lugar. Nessa perspectiva, Fernandes e Fernandes (2010) entendem que a realização de grandes eventos esportivos funciona como uma grande vitrine do país no exterior e corresponde a um salto de décadas no desenvolvimento do turismo e da infraestrutura. Gestores e empreendedores defendem a ideia de que os grandes eventos internacionais podem gerar uma imagem “mais qualificada” para a cidade-sede, fazendo com que durante e após o evento se incremente o número de turistas com alto poder aquisitivo dispostos a consumir produtos e se utilizar de serviços locais (RAEDER, 2010).

Devemos ter a noção de que este incremento não se dará única e exclusivamente pelo fato da realização do evento no local, e que existe a necessidade de outras ações concomitantes para que o país incremente seu apelo turístico. Na Copa de Mundo de 2002, por exemplo, houve um acréscimo de apenas 30mil turistas ao Japão, enquanto na Coreia do Sul o número se manteve igual (HORNE *et al apud* REPPOLD E PETERSEN-WAGNER, 2004). Um fator que pode se tornar negativo para a imagem turística do país é a criminalidade. No caso do Brasil, que se caracteriza por ser um país de desigualdades, a

presença de um grande número de turistas concentrados geograficamente pode criar um ambiente que maximize a oportunidade para os crimes, pois os turistas possuem uma série de características que os fazem mais vulneráveis a ações criminosas que os residentes, e quando esses crimes ocorrem com atletas ou jornalistas, por exemplo, pode ser dada uma dimensão exacerbada, contribuindo para a divulgação de uma imagem negativa fora do país (SILVA, 2007).

Segundo Reppold e Petersen-Wagner (2004) existem na literatura internacional duas linhas de pensamento quando se fala de impactos econômicos gerados por eventos de grande escala. Uma de que existem sim impactos econômicos consideráveis gerados por megaeventos esportivos e outra que indica uma pequena modificação na economia das cidades após esses eventos. Segundo os autores ainda existem estudos que indicam que os megaeventos podem até mesmo produzirem efeitos negativos para as cidades que os sediam. Em contrapartida, os organizadores geralmente alegam que eventos, como a Copa do Mundo, geram estímulos para os negócios domésticos (restaurantes, hotéis e outros negócios) e, portanto, benefícios econômicos maiores que os custos (NOLL E ZIMBALIST, 1997).

No caso brasileiro, percebe-se que mensurar o quanto de investimento o Brasil, e conseqüentemente a cidade de Porto Alegre receberá para que seja sede da Copa não parece uma tarefa das mais difíceis, porém mensurar o quanto estes investimentos trarão de retorno economicamente para a cidade nos traz certa dificuldade. É provável que o Brasil tenha grande visibilidade com a promoção dos megaeventos esportivos agendados, contudo os benefícios econômicos que tais eventos trarão para o país são difíceis de estimar, pois envolvem obras de infraestrutura urbana, reformas/construção de estádios, fluxos turísticos, investimentos privados (rede hoteleira, por exemplo) e divulgação internacional do país (NOLL E ZIMBALIST, 1997).

Para Preuss (2008), há pouca relevância dos investimentos públicos em megaeventos esportivos, como Jogos Olímpicos e Copa do Mundo, comparados com custos com saúde ou entretenimento, mas esses investimentos, mesmo que irrelevantes comparativamente, produzem um impacto muito grande na cidade-sede, embora este mesmo seja de difícil mensuração. Preuss ainda propõe a existência de três principais efeitos econômicos quando se fala de megaevento esportivo: comunicação de mensagens sobre a característica do local e suas vantagens, o que possibilita a criação de uma nova imagem e uma marca registrada para a localidade; a atividade econômica temporária, que ocorre apenas momentaneamente com o consumo gerado pelos visitantes do evento, com os investimentos em instalações esportivas e

com todo o dinheiro gasto em atividades relacionadas ao evento; e o legado, definido como uma atividade econômica de longo prazo, viabilizada através de mudança das circunstâncias locais. O autor também introduz na discussão o conceito de eficiência, representado pela fórmula:  $E = I/R$ , onde I seria o investimento realizado e R o resultado obtido em razão do investimento (se o resultado final for maior que um, tem-se eficiência).

O principal resultado da Copa de 2014 parece ser a melhoria da infraestrutura urbana nas cidades-sede, o que representa efetivamente impacto de longo prazo na eficiência econômica de diversas cidades. Além disso, percebe-se que o impacto econômico tende a diminuir com o financiamento público para as obras de estádios de futebol, uma vez que implicam ou no crescimento da dívida pública ou na redução do gasto das diferentes esferas de governo envolvidas (BETARELLI, DOMINGUES E MAGALHÃES, 2010). Também se sabe que será difícil avançar com segurança para os megaeventos se não houver, a médio e longo prazo, ações estruturantes para que as atividades e as práticas esportivas tenham competições continuadas e regulares, que consigam atrair praticantes, público, mídia, patrocinadores e investidores (KLEIN, 2007).

### 3.2.2 Ambientais

Antes que se faça qualquer análise a respeito de efeitos ambientais, alguns conceitos que norteiam a discussão sobre políticas ambientais, tanto no âmbito esportivo quanto fora dele, devem ser compreendidos. A seguir serão apresentados os conceitos de Sustentabilidade - referência macro, necessário como pressuposto, contudo insuficiente em condições de intervenções micro (DACOSTA, 2008) -, e a concepção geral do COI - órgão que vem desenvolvendo uma série de iniciativas com o objetivo de integrar o Movimento Olímpico às questões ambientais e que, recentemente, vêm se tornando visíveis com o tema do aquecimento global e o futuro do planeta (VEERMAN, 2008) - de impacto ambiental.

#### a) Sustentabilidade:

(...) o desenvolvimento que atende as necessidades das gerações presentes sem prejudicar as gerações futuras (...)

(DACOSTA, 2008, pág. 495).

b) Concepção geral de impacto ambiental definida pelo COI:

(...) todos os fatores externos, condições e influências que afetam um organismo ou uma comunidade (...)

(DACOSTA, 2008, pág. 495).

O mesmo autor conceitua legado ambiental como resultado positivo e sustentável com benefícios comprovados de ordem cultural, social, tecnológica ou econômica posterior à realização de um megaevento. Em outras palavras, quando se fala em legado ambiental deve-se levar em consideração algumas questões, dentre elas: o impacto ambiental causado pela alteração no contexto das cidades, que acontece desde o início das obras, e o quanto essas alterações respeitam e projetam uma cidade mais responsável ambientalmente; o impacto causado pelos visitantes dos jogos (expectadores ou não), como o aumento na emissão de gases poluentes devido a maior circulação de pessoas na cidade; o pós-jogos, tanto no diz que diz respeito à sustentabilidade das obras específicas para o evento quanto à conscientização da população sobre as questões ambientais; e a imagem que o país/cidade deixará para o mundo no que diz respeito à consciência ecológica.

Um marco da relação entre os megaeventos e as questões ambientais foi a realização dos Jogos Olímpicos de Inverno de Lillehammer em 1994, na Noruega. Os jogos se constituíram nos primeiros “Jogos Verdes” (*Green Games*) da história do Movimento Olímpico Internacional, pelos critérios de sustentabilidade adotados nas instalações e organização das competições e hospedagem de atletas e visitantes. A partir de então se projetava que nos jogos futuros esta forma de pensar os megaeventos se tornaria rotina. No entanto, nas seis edições de Jogos Olímpicos posteriores pouco pode ser observado no que diz respeito à educação olímpica com base no meio ambiente, e a um possível legado olímpico ambiental (VEERMAN, 2008).

Algumas promessas foram feitas, como no projeto de Sydney, na Austrália, para sediar os Jogos Olímpicos de 2000. A eleição da cidade se deu no mesmo ano da realização dos Jogos Olímpicos de Inverno de 1994, e seu projeto privilegiava a proteção do meio ambiente, mas pouco se viu na prática. Em condições similares de priorizar a sustentabilidade, Atenas, na Grécia, foi eleita em 1998, a sede dos Jogos Olímpicos de 2004. Entretanto, a partir de Lillehammer tornou-se comum o uso dos Jogos Olímpicos como “*showcases*” (projetos demonstração) de boas práticas ambientalistas (DACOSTA, 2008), estando contidos em todas as candidaturas para os Jogos Olímpicos subsequentes (VEERMAN, 2008).



A Alemanha pode ser considerada um país referência em preocupação ambiental relacionada a eventos esportivos. A Universidade do Esporte de Colônia em associação com entidades privadas de consultoria em meio ambiente da Alemanha e com o respectivo Governo Federal elaborou um manual que traça as diretrizes ambientais para a realização de um megaevento, denominado Manual de Colônia. O Manual de Colônia, por exemplo, recomenda a identificação e o tratamento específico de cada atividade que deve ser abordada de acordo com os impactos ambientais que produzem preferencialmente quantificados nos seus efeitos negativos. De um modo genérico os eventos esportivos emitem lixo, ruídos, fluidos de agentes químicos e esgoto, CO<sub>2</sub> e gases poluentes, detritos do tráfego de veículos, restos de obras, calor refletido pela superfície das novas construções do evento e outros efeitos nocivos em associação com consumo aumentado de energia e de água.

Neste contexto, cabe registrar que a Copa de 2006 foi a primeira a se definir como tendo sustentabilidade ambiental, contribuindo para este objetivo a constituição de uma ação paralela denominada de “*Green Gol*“. Este programa de intervenções visando à proteção ambiental adotou uma estratégia “*win-win solutions*“, isto é, de compensações mútuas entre a organização do evento e o meio ambiente, procurando anular ou reduzir cada impacto negativo devidamente localizado nos estádios, estacionamentos, obras, serviços de alimentação, transportes etc. Nessas condições, obteve uma redução média de 20% no uso de energia e de água por simples providências gerenciais e pela mobilização de voluntários para pequenas intervenções (DACOSTA, 2008).

Quanto à emissão de gases poluentes, Sahler (2007) afirma que os megaeventos sediados em áreas urbanas são mais sujeitos a impactos negativos, porém tanto esses como os de área rural ou de beira mar podem se igualar em nocividade pela emissão de poluentes na atmosfera devido ao transporte de participantes e de assistentes. Nesse sentido, dados válidos para os eventos sediados na Alemanha em 2005 - dentre eles a Copa das Confederações - revelam que 95% dos gases poluentes emitidos para a atmosfera devido ao evento se originaram da circulação de transporte de atletas e visitantes; uma porção de 3% saiu da energia consumida e outra de 2% dos trabalhos de construção destinados ao evento (DACOSTA, 2008).

Não é de se admirar, portanto, que o esforço de neutralização dos impactos ambientais durante a Copa de Futebol da Alemanha 2006 tenha se concentrado na redução do tráfego de automóveis por transporte público de massa e por incentivos ao uso de bicicletas. Mesmo assim, o saldo de gases de efeito estufa emitidos durante o megaevento – sobre um total

estimado em 100mil toneladas de CO<sub>2</sub> equivalentes - foi anulado por créditos de carbono (plantação de árvores em outros locais, por exemplo) assumidos financeiramente pela organização do evento (NUTTALL, 2006).

Nesse sentido, entende-se que mesmo que alguns impactos ambientais negativos dos megaeventos esportivos sejam difíceis de serem controlados, como no caso do aumento da emissão de gases poluentes, ações complementares que compensem os prejuízos causados podem vir a ser uma saída para equilibrar essa balança. Seguindo essa lógica, DaCosta (2007) argumenta que os Jogos Olímpicos de Pequim, no que tange a questão ambiental, apresentaram maior risco do que oportunidade, porém esses riscos são de menor escala, e se vierem acompanhados de outras políticas ambientais após os jogos podem ser facilmente superados. No entanto, se os efeitos negativos não forem neutralizados, o retorno financeiro e cultural torna-se meramente aparente, senão falso em avaliação final.

Nota-se então que, para que a estratégia ambiental da localidade anfitriã de um megaevento seja exitosa, necessita-se que ela esteja inclusa desde o planejamento do evento até o seu fim, e conseqüentemente inserida no contexto da cidade após a realização do evento. Portanto, se fazem necessárias ações como: a regulamentação das obras perante as leis ambientais visando à proteção e projeção de uma cidade autossustentável; e o controle e a política de conscientização durante e após o evento, propiciando a criação de uma imagem de cidade consciente ecologicamente (PREUSS, 2007).

### **3.2.3 Culturais**

O efeito cultural de um megaevento esportivo aparece tanto de forma tangível quando de forma intangível. De maneira tangível, ou seja, mensurável, aparece principalmente quando se fala no desenvolvimento da infraestrutura cultural do local, na memória cultural e na produção literária a respeito dos jogos. De modo intangível se mostra através do aumento do conhecimento, das habilidades e da educação, e também através de um maior entendimento da história local.

Um exemplo claro de incremento dos bens culturais tangíveis é o de Barcelona, que aproveitou os Jogos Olímpicos para transformar sua infraestrutura e vir a tornar-se uma “cidade cultural” (GARCIA *apud* PREUSS, 2007). Bechara (2008) cita que o legado cultural pode ser mensurado através da quantificação da infraestrutura cultural na localidade, e enumera alguns quesitos a serem analisados, como o número de espaços de mostras culturais,

de museus, de teatros, de espaços para eventos musicais, de bibliotecas e de *lan houses*, conferidos antes e após o evento. Poderiam ainda ser adicionadas questões relativas ao número de parques urbanos naturais disponíveis para o acesso da população.

Wacker e Wacker (2008) entendem que os megaeventos esportivos apresentam-se como um espaço privilegiado no âmbito da produção da memória cultural, podendo deixar legados significativos, desde que sejam contextualizados no momento histórico, social e econômico que ocorrem. Os autores trazem em seu estudo dois exemplos claros de produção de memória cultural, que se deram nos Jogos Olímpicos de Atenas 2004 e na Copa do Mundo de 2006, na Alemanha. Em Atenas foi realizada uma exposição alusiva à visão de Pierre de Coubertin - fundador dos Jogos Olímpicos da era moderna - sobre os Jogos de 1986. Na Alemanha, o Museu Alemão do Esporte e Olimpismo (*Deutsches Sport und Olympia Museum*) foi o responsável por sete exposições relacionadas ao esporte e a cultura, além de propiciar paralelamente diversos eventos com o intuito de apresentar os aspectos culturais do futebol, bem como discutir as implicações e os riscos decorrentes dos megaeventos esportivos, o que acarretou em um legado cultural positivo, tanto nacionalmente quanto internacionalmente.

Outra forma de legado cultural tangível é o da produção literária a respeito dos megaeventos esportivos. Entende-se que o país que sedia os grandes eventos tem a capacidade e o compromisso de produzir conhecimento para que os futuros locais interessados em sediar eventos de grande magnitude possam utilizar como base, através de comparações com experiências passadas. Oliveira (2008) entende que existe a necessidade de que se crie uma política internacional de gestão de megaeventos esportivos, para que futuramente se tenham registros fundamentados e padronizados, a fim de facilitar e aperfeiçoar o processo de organização de megaeventos esportivos.

O legado cultural intangível pode ser visualizado no aumento do conhecimento da história do país sede. Nessa linha, Preuss (2007) cita dois exemplos de sucesso, o do aumento da consciência da história aborígine na Austrália durante os Jogos Olímpicos de Sidney em 2000, e o maior entendimento das tradições *Mórmom* nos Estados Unidos durante os Jogos Olímpicos de Inverno de Salt Lake City em 2002. DaCosta (2007) cita que o legado cultural tem sido apontado como o de maior impacto nos Jogos Olímpicos de Pequim em 2008, e se apresenta principalmente de maneira intangível. Isto pode ser evidenciado no fortalecimento dos valores e tradições chinesas nacionalmente e internacionalmente.

Outra forma de legado cultural intangível se dá na aquisição de habilidades, de conhecimento e de educação pela sociedade receptora do evento. Segundo Preuss (2007), empregados e voluntários alcançam habilidade e conhecimento em organização de eventos, gestão de recursos humanos, segurança, hospitalidade, serviços, etc. O autor ainda acredita que espectadores e voluntários aprendem a usar o transporte público e são familiarizados com projetos ambientais. O autor ainda traz o exemplo da Copa da Alemanha em 2006, onde aproximadamente 100mil indivíduos foram capazes de melhorar sua competência intercultural em pelo menos uma das várias atividades relacionadas à Copa do Mundo.

Dessa maneira, a oportunidade gerada pelos megaeventos esportivos deve ser utilizada para fomentar a cultura na cidade realizadora, seja através de reformas e melhorias no seu patrimônio cultural, como museus, parques, pontos turísticos, ou no desenvolvimento de políticas de fomento a cultura, com a criação de exposições relacionadas ao evento e as tradições da cidade. É essencial também, que se estimule a produção acadêmica a respeito dos megaeventos esportivos, contribuindo para as próximas experiências locais e internacionais sobre o tema.

### **3.2.4 Intangíveis**

Além do legado cultural intangível citado no subitem anterior, existem outras formas de manifestação do legado intangível de megaeventos esportivos. Para Atkinson *et al* (*apud* Poynter, 2008), os legados intangíveis, bem como os demais, podem se dar de maneira benéfica ou custosa. Alguns benefícios citados são: a melhoria da imagem da cidade, o orgulho nacional, a inspiração para as crianças, as melhorias ambientais e a promoção de vida saudável. São ainda mencionados estímulos à cultura, às indústrias e aos eventos criativos. Os custos citados são: aglomeração, insegurança, desconfortos locais causados pelas construções, demora excessiva em transportes e a cobertura da mídia. Os autores ainda afirmam que os custos intangíveis podem ocorrer pelo efeito de deslocamento, que seriam os custos de oportunidade causados por investimentos que estão deixando de ser aplicados em outros locais.

Dentre os efeitos citados acima, dois se destacam, o da mudança na a imagem do local sede perante o mundo, e o orgulho cívico dos moradores locais. Poynter (2008) afirma que o legado intangível é particularmente evidenciado em termos de marca e no *marketing* da

cidade, bem como no aumento do orgulho cívico ou nacional por se ter realizado com sucesso o evento.

Para Preuss (2007) os megaeventos esportivos têm um significado e forma simbólicos tremendos e atuam como repositores ou solidificadores da imagem da cidade, região ou país que os recebem, criando geralmente uma imagem positiva. Carrington, Gilroy e Macdonald (2001) argumentam que a cidade capaz de acolher com simpatia um grande e diversificado espectro de nacionalidades para um megaevento é aquela que, com mérito, ganha reputação por um tipo de internacionalismo acolhedor e destituído de preconceitos. Nesse sentido, um dos objetivos alemães quando se propôs a sediar a Copa do Mundo em 2006 era o de repor o estereótipo de que os alemães eram “conformistas, rígidos com o horário, sérios” (LEWIS *apud* PREUSS, 2007, pág. 26). Para isso os organizadores lançaram uma campanha de hospitalidade, que certamente contribuiu para melhorar a imagem da Alemanha, consolidando-a como a de um país aberto ao mundo e hospitaleiro (PREUSS, 2007). Outro exemplo citado por pelo autor é o da tentativa do Qatar em se utilizar dos Jogos da Ásia em 2006 para que o país consolidasse sua imagem de centro turístico para o esporte e entretenimento na Ásia.

Quando se fala de legado no turismo e na hospitalidade levamos em consideração não só o número de turistas que visitam o país sede nas proximidades e durante os jogos, mas sim o quanto o local se tornará atrativo ou fomentará seu turismo após a competição. Para isso, a localidade deve definir como pretende ser vista internacionalmente e que atrações pretende mostrar para seu público visitante, visando à divulgação positiva da imagem fora da cidade, aumentando a visibilidade turística do lugar e fomentando possíveis retornos e a vinda de novos turistas. Para deixar essa boa impressão não basta que o lugar ofereça oportunidades interessantes para os visitantes, mas sim, deve-se levar em consideração o tratamento que será dado aos mesmos, seja no que tange as questões de qualidade do serviço prestado (informações, acessibilidade, transporte etc.) tanto que diz respeito a questões como a disponibilidade dos cidadãos locais em receber os visitantes, criando uma cultura de cidade turística.

Pode-se dizer que a maior experiência de todas quando se fala em recepção a expectadores em um megaevento esportivo é a alemã na Copa de 2006. Desde cedo, a Alemanha deixou claro que todos os visitantes, mesmo os que não possuíam ingressos, seriam bem vindos ao país durante os jogos. Para isso, serviços como, transporte para os estádios, alimentação, acomodação e informações em outras línguas, que não o alemão, teriam que ser oferecidas. Foi criado então o Programa para Torcedores e Visitantes, que se constituía

através da instalação de uma Embaixada do Torcedor em cada uma das 12 cidades-sede. Essas embaixadas contavam com informações turísticas sobre o país e sobre a cidade, acesso a internet grátis, telefones, bem como a ajuda na obtenção de alojamentos baratos nas cidades, além da ajuda no caso de perda de documentos, inclusive o passaporte. Todo esse trabalho era realizado por assistentes experientes no atendimento ao torcedor juntamente com o voluntariado dos países participantes. Além disso, foram criadas as *Fan Fests*, que eram locais com telões para transmissão das partidas, banheiros públicos e praças de alimentação para atender os torcedores que não possuíam ingressos, e também os *Fancamps*, que eram espaços onde os torcedores encontravam camas e dormitórios, banheiros com chuveiros e café da manhã, e até mesmo locais designados para a montagem de barracas de acampamento (CURI, 2008).

Curi realizou um estudo que consistia na avaliação dos torcedores e visitantes brasileiros que foram à Alemanha para a Copa de 2006 e utilizaram o serviço das Embaixadas de Torcedores. A pesquisa constituía numa avaliação qualitativa dos serviços prestados durante a copa. Os resultados estão dispostos na tabela a seguir:

**Tabela 8** - Avaliação dos torcedores e visitantes brasileiros que utilizaram o serviço das Embaixadas dos Torcedores, na Copa de 2006.

	<b>Avaliação média</b>	<b>Não conhece / Sem opinião</b>
Transporte público	4,62	7,0%
Você se divertiu?	4,58	4,0%
Embaixada dos Torcedores	4,53	25,8%
Estádios	4,52	28,9%
<i>Fan Fest</i>	4,47	6,3%
Polícia	4,40	4,2%
Guia do Torcedor	4,39	18,4%
Segurança	4,37	26,2%
Disque Ajuda	4,37	74,4%
Você se sentiu bem-vindo?	4,34	5,6%
Programação Cultural	4,34	79,3%
Projetos Antirracistas	4,33	58,1%
<i>Homepage</i>	4,22	73,1%
Informação	3,99	6,3%
<i>Fast Food</i>	3,94	28,7%
<i>Fancamp</i>	3,66	61,0%

Significado das notas: 1 – péssimo; 2 – ruim; 3 – regular; 4 – bom; 5 – excelente.

Tabela adaptada de Curi (2008).

A avaliação dos torcedores que utilizaram os serviços oferecidos pode ser considerada positiva. Este fator, aliado a atratividade turística do país, possivelmente consolidará a imagem alemã como a de destino turístico internacional para os brasileiros.

A mudança na imagem do local sede pode ser também prejudicial. Incidentes negativos, como atos de vandalismo ou terrorismo, a falta de recursos por má organização ou simplesmente um clima ruim podem influenciar na imagem da cidade (PREUSS, 2007). Para Preuss o nacionalismo exagerado ou o comportamento injusto dos espectadores estragam a hospitalidade, e a pobreza e o crime criam dúvidas sobre a consolidação da cidade como um possível destino turístico.

Outra perspectiva de legado intangível evidenciada é o do orgulho da população em receber um megaevento esportivo, muitas vezes contribuindo para o fortalecimento do sentimento nacionalista e para o aumento do orgulho cívico. Silva (2007) afirma que o fato de sediar um megaevento pode trazer um sentimento de orgulho e envolvimento com o evento e conseqüentemente com a cidade. Para Preuss (2007) os cidadãos são envolvidos emocionalmente, criando-se um orgulho e uma identificação local por sediar tais eventos. Alguns exemplos deste envolvimento são o dos Jogos Olímpicos de Seul que criaram “uma perspectiva nacional, um sentimento de vitalidade, de fazer parte, de ser reconhecido, moderno e tecnologicamente atualizado” (DENIS *et al.* *apud* PREUSS, 2007, pág. 18), e o dos Jogos Olímpicos chineses, onde era notável o entusiasmo dos cidadãos em demonstrar sua importância econômica crescente (PREUSS, 2007).

Embora no Brasil o futebol seja a “paixão nacional”, não se vislumbra uma forma de avaliar o ganho de bem-estar das famílias com a reforma e construção de estádios de futebol, de uso essencialmente dos clubes ou para eventos comerciais. Provavelmente, um ganho mais importante de bem-estar ocorreria com a vitória brasileira na Copa de 2014 (BETARELLI, DOMINGUES E MAGALHÃES, 2010). O discurso nacionalista é bastante encontrado no esporte, pela relação direta que é criada entre o atleta e a nação, como se o mesmo fosse responsável por levar o nome do país para o mundo, fato este geralmente fomentado pela indústria midiática. Na Copa do Mundo realizada na Alemanha em 2006, verificamos como o discurso nacionalista ainda se encontra fortemente presente nas transmissões televisivas. É inclusive no apelo ao modelo de nação que a televisão criava a expectativa e o interesse nos telespectadores para a assistência do torneio. Uma matéria, da emissora Rede Globo de Televisão, durante o período pré-copa em 2006, com os jogadores da seleção brasileira,

exemplifica bem esse processo. Os jogadores brasileiros, sempre com um enfático e emocionante acompanhamento musical, falavam da emoção que sentiriam em participar da Copa e da grande honra em ser convocado para vestir a “amarelinha” (ESCHER, 2008). Pode-se dizer que esse discurso foi ainda mais enfatizado pelo fato do maior evento do esporte mais popular do país ser realizado em “nossa casa”.

Para Preuss (2007) algumas emoções negativas também podem aparecer caso a criação das novas instalações para o evento se utilize de espaços anteriormente pertencentes aos cidadãos, pois desta maneira os residentes no local passarão por processos de desapropriações e realocações, além do enobrecimento de suas regiões de moradia, o que leva a inflação dos produtos e serviços e conseqüentemente a perda do seu ambiente social. Portanto, no caso de algumas sedes brasileiras, como a cidade de Porto Alegre, onde já foram citados casos de desapropriações e realocações, esse cuidado devia ter sido tomado, para que a cidade não consolidasse sua imagem no exterior à custa da infelicidade dos cidadãos porto-alegrenses, principalmente dos menos favorecidos.

### **3.2.5 Sociais**

“O processo de gestão e planejamento dos legados deve considerar os direitos à cidade e à cidadania como princípios norteadores” (FILGUEIRA, 2008, pág. 71). Para Preuss (2007) duas questões tornam a consideração dos aspectos sociais dos megaeventos esportivos de fundamental importância. A primeira é a proporção do dinheiro público investido nesses eventos, que cria custos de oportunidade significativos, que propiciam incrementos para a população residente nos locais de realização. A segunda é a de que cada vez mais países em desenvolvimento estão se candidatando a sediar um megaevento, e esse fato torna a responsabilidade social ainda mais essencial.

“A participação da comunidade é a garantia de um legado voltado para o social e de seu futuro uso e incorporação” (FILGUEIRA, 2008, pág. 70). Pelo fato de que, no Brasil, a construção das instalações esportivas será prioritariamente financiada pelo poder público, se torna fundamental, sob a ótica dos direitos dos cidadãos, que a população esteja representada em todas as instancias de decisão sobre o evento, inclusive sobre a opção pela candidatura (REPPOLD, 2008). Greene (2003) afirma que, talvez o fator mais importante na determinação



da extensão do efeito causado pelos megaeventos é a presença ou a falta de participação da comunidade no planejamento do evento.

Como a escolha do Brasil, e conseqüentemente a cidade de Porto Alegre, já é um fato concreto, deve-se medir constantemente o nível de satisfação e interesse da população em relação à realização do evento na localidade. Segundo Poynter (2008), o suporte popular pode ser continuamente testado através de pesquisas de opinião pública e pela manifesta disposição de contribuir, por exemplo, através de taxas e loterias destinadas às despesas decorrentes dos Jogos.

Uma vez definida a sede do evento, cabe ao poder público e as empresas envolvidas na realização do mesmo conduzir o processo com transparência, prestando contas do dinheiro público investido, assegurando o cumprimento de prazos, e garantindo a execução das ações com a máxima eficiência. Oliveira (2008) argumenta que na atual conjuntura, onde as fontes de informação são abundantes, as instituições em geral, e em especial as empresas, precisam construir uma nova relação com o meio e a sociedade, observando os anseios e as necessidades sociais em todos os aspectos, e para isso precisam se tornar transparentes, éticas e prestar contas de suas atividades. Dessa maneira, se podem gerenciar os possíveis prejuízos para a sociedade, envolvendo a população no processo, e planejando um legado voltado para o social.

Poynter (2009) afirma que o modelo de parceria público/privada tende a gerar legados que são favoráveis para o setor privado ou interesses comerciais, e que reforçam padrões existentes de desvantagem social através do deslocamento da população menos favorecida. Porém, o autor afirma que a abordagem centrada no Estado pode refletir a relativa fraqueza das relações institucionais, como no caso dos Jogos Olímpicos de Atenas em 2004, ou os arranjos políticos e institucionais vigentes dentro da nação, como no caso dos Jogos Olímpicos de Pequim em 2008, embora possa "garantir" o sucesso durante e após a conclusão do evento, caso o legado social seja considerado componente central do planejamento em longo prazo.

Reppold (2008) entende que para realidade brasileira, onde se fazem necessárias ações sociais de grande dimensão, o mais adequado parece ser a predominância da gestão pública no processo de condução de um megaevento esportivo, para que os benefícios destes eventos se estendam para a população mais necessitada. Dessa maneira, o Poder Estatal deve estar atento às múltiplas e articuladas dimensões dos impactos dos megaeventos esportivos, considerando sua possibilidade como fator catalisador de mudanças necessárias e possíveis na realidade onde acontecem (FILGUEIRA, 2008). Filgueira ainda ressalta que os legados de megaeventos

esportivos são elementos indissociáveis da política pública, que é a de assegurar os direitos sociais fundamentais a todos os cidadãos, com qualidade, equidade e universalidade.

Segundo Greene (2003), isso pode se dar através da criação de programas de ligação entre o evento e as necessidades da população, de modo que os lucros gerados pelos eventos sejam trazidos de volta para as comunidades de baixa renda. Por exemplo, uma porção do retorno financeiro obtido pode ser dedicada a projetos de desenvolvimento da comunidade local, ou pode ser permitido que os vendedores ambulantes e as empresas familiares desempenhem um papel nas empresas turísticas.

Outro legado social que pode ser fomentado através dos megaeventos esportivos é o da promoção social através de políticas de incentivo ao lazer e ao esporte. Para Filgueira (2008) o esporte e o lazer atuam como instrumentos de formação integral do indivíduo possibilitando o desenvolvimento da convivência social, a construção de valores, a melhoria da saúde e o aprimoramento da consciência crítica, e por isso o seu acesso deve ser garantido. A prática esportiva e o lazer, conforme preconizam os Artigos 6º e 217 da Constituição Federal, são direitos de cada cidadão.

São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados (...)

É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não formais como direito de cada um (...)

(Constituição Federal, Artigo 6º e 217, respectivamente).

Dentro das diretrizes do Plano Nacional de Desenvolvimento do Esporte, se destacam (FILGUEIRA, 2008, pág. 70):

- Democratizar o acesso ao esporte e ao lazer;
- Promover o desenvolvimento humano e a inclusão social;
- Articular e implementar Políticas Intersetoriais que possibilitem a formação da cidadania, a promoção da saúde e a qualidade de vida;
- Implementar e desenvolver o Sistema Nacional de Esporte e Lazer;
- Potencializar o desenvolvimento do esporte escolar para crianças, adolescentes e jovens, contribuindo com a melhoria da qualidade de ensino.

Os megaeventos esportivos podem estimular os jovens a uma maior participação no esporte, o que, nos países em desenvolvimento como o caso do Brasil, pode modificar e melhorar a realidade (SILVA, 2007). “O esporte, como direito, deve ser para todos, e o caminho para a universalização desse direito pode ser a escola” (FILGUEIRA, 2008, pág. 71), pois a população somente desenvolverá o hábito da prática esportiva como forma de qualidade de vida e saúde ou como forma de lazer, se for conscientizada desde cedo, e esse papel pode ser feito através da educação escolar.

Falando especificamente da Copa do Mundo de Futebol, nos últimos anos, a FIFA iniciou uma série de campanhas e iniciativas para "tornar o mundo um lugar melhor", utilizando conceitos como “*fair play*” para orientar os valores, a missão e os objetivos de sua organização. A entidade começou a desenvolver alianças estratégicas com organizações internacionais a fim de priorizar o foco em questões como a discriminação, o racismo, trabalho infantil, saúde, educação e meio ambiente. Através da concentração sobre a juventude, a FIFA tem como objetivo utilizar o futebol como ferramenta para o desenvolvimento social<sup>2</sup>. No entanto, segundo o *Center on Housing Rights and Evictions*<sup>3</sup> (COHRE, 2007), apesar dessas tentativas da FIFA de abraçar os ideais de responsabilidade social e seu compromisso para promover o desenvolvimento econômico e social humano, os eventos da Copa do Mundo de Futebol tiveram um impacto negativo significativo principalmente sobre um aspecto, o direito à moradia.

Segundo o COHRE (2007), os programas de “limpeza social” associados aos eventos da Copa do Mundo levaram ao deslocamento de inúmeros moradores de rua, como por exemplo, os sem-teto retirados de uma área no entorno do Estádio Nagai, em Osaka, no Japão, em 2002. Na cidade japonesa, cerca de 300 desabrigados foram transferidos, com a alegação de que a remoção tinha o intuito de evitar confrontos entre torcedores desordeiros e os moradores do local. Em Seul, cidade coanfitriã da Copa do Mundo de 2002, as autoridades criaram uma lista de áreas fora dos limites da cidade, que seriam destinadas aos moradores sem-teto, porém, com a pressão da mídia e de entidades de direitos humanos, acabaram voltando atrás e desistindo da ideia. O mesmo COHRE (2007) mostra informações de outras

---

<sup>2</sup> Veja, por exemplo, Fédération Internationale de Football Association (FIFA). *Make the World a Better Place: Mission, goals and programmes of the FIFA Football for Hope movement*. Zurich: FIFA, 2005.

<sup>3</sup> Entidade internacional não governamental, sem fins lucrativos, de direitos humanos, cuja missão é garantir o pleno exercício do direito à moradia adequada para todos e em todos os lugares.

idades-sede que violaram o direito à moradia adequada, como por exemplo, uma “operação de limpeza” que desalojou cerca de 20 pessoas de suas casas improvisadas dias antes da Copa do Mundo de 1994, em Chicago, nos Estados Unidos, e as cerca de 300 pessoas que foram deslocadas após a demolição de suas casas, que se localizavam embaixo de um viaduto em Dallas, no mesmo país, durante preparação para a Copa do Mundo de 1994. Em relação às remoções em Dallas, um juiz decidiu que as casas poderiam ser demolidas porque o ato era racionalmente relacionado a um interesse público legítimo. Já na África do Sul, onde milhões de cidadãos vivem em condições de posse insegura, centenas de milhares de pessoas foram desalojadas à força ao longo dos últimos anos, sendo esse processo acentuado pela realização da Copa do Mundo de Futebol em 2010 (COHRE, 2007).

Quanto aos Jogos Olímpicos, segundo o COHRE (*apud* HORNE, 2007) 700mil pessoas foram despejadas para abrir caminho para os Jogos Olímpicos de Seul em 1988, que é considerado um exemplo de como os jogos podem representar mudanças forçadas para muitas parcelas da população (RAEDER, 2010). Segundo Cox (*apud* HORNE, 2007), em Barcelona, 400 pessoas desabrigadas foram sujeitas a controle e fiscalização durante os Jogos Olímpicos em 1992. Além disso, segundo o autor, tanto em Barcelona quanto em Sydney, sede dos Jogos Olímpicos em 2000, os preços dos imóveis e dos aluguéis dos bairros afetados aumentaram após a realização dos jogos, sendo esse fenômeno, segundo Hiller (1998), um tipo de efeito residual devido à especulação imobiliária em torno das propriedades, causando, dessa maneira, a evasão de moradores com menor poder aquisitivo da vizinhança, contribuindo para o aumento da polarização social. Reppold (2008) afirma que nas Olimpíadas de Atlanta o processo de regeneração urbana planejado não foi bem sucedido, em especial nas áreas mais pobres da cidade. O autor entende que as comunidades menos favorecidas não receberam o tratamento prometido, e que isso se evidenciou principalmente na comunidade negra da cidade, onde de cada 20 pessoas deslocadas, 19 eram negras. Já nos Jogos Olímpicos de Pequim, as estimativas indicam que mais de um milhão de pessoas foram afetadas pelo urbanismo olímpico (COHRE, 2007). Nos Jogos Pan-Americanos do Rio de Janeiro em 2007, organizações não governamentais denunciaram que milhares de famílias pobres foram removidas de áreas que habitavam há muitos anos, muitas vezes sem qualquer amparo legal e indenização justa, fato ocorrido particularmente em regiões mais valorizadas da cidade (SILVA, 2007).

Várias são as razões encontradas para a remoção ou para o deslocamento de pessoas de um determinado local. No caso de Porto Alegre, como citado anteriormente, a justificativa do poder público se dá pela necessidade das obras para a cidade e para a Copa do Mundo de

Futebol. Porém, as normas e as leis de direitos humanos condenam esse processo, principalmente quando se fala de remoções forçadas de pessoas, não fazendo nenhuma exceção para aquelas que ocorrem no contexto da organização de um megaevento (COHRE, 2007). Quando uma determinada área é modificada para a realização de obras de grande impacto devem se levar em consideração aspectos ambientais, urbanísticos, econômicos e sociais. O planejamento deve buscar favorecer o estabelecimento de redes de relacionamento, fomento à economia local, instalação de equipamentos públicos essenciais e demandas habitacionais (FILGUEIRA, 2008). Porém, para que algumas alterações sejam realizadas, às vezes, faz-se necessário o deslocamento de algumas famílias de seus lugares de moradia. A decisão sobre a modificação ou uso de determinada área é tomada a partir da regularização ou não das propriedades privadas, e desta forma acaba afetando geralmente os assentamentos urbanos irregulares, ocupados em sua grande maioria pelas parcelas menos abastadas da sociedade. Segundo o COHRE (2007), a responsabilidade primária pela proteção e promoção dos direitos humanos repousa sobre os governos. No entanto, há cada vez mais expectativa da comunidade internacional de que outros atores, como empresas (que são frequentemente patrocinadores oficiais dos megaeventos), devem respeitar as normas internacionais de direitos humanos, e os patrocinadores da FIFA e do COI não fogem a essa tendência.

Para o COHRE (2007), as remoções só podem ter lugar nas circunstâncias mais excepcionais, após todas as alternativas viáveis terem sido consideradas, de acordo com os princípios presentes no direito internacional. Mesmo assim, quando a opção for pela remoção, as seguintes proteções processuais devem ser seguidas (COHRE, 2007):

- a) Consulta genuína com as pessoas afetadas;
- b) Aviso adequado e razoável para todas as pessoas afetadas antes da data prevista para a remoção;
- c) Informações sobre as remoções propostas e, quando aplicável, sobre a finalidade alternativa para os quais a terra ou habitação será usada, sendo disponibilizado em tempo razoável para todos os afetados;
- d) Presença de funcionários do governo ou seus representantes durante a remoção;
- e) Adequada identificação de todas as pessoas que realizam a remoção;
- f) As remoções não podem ocorrer em mau tempo ou à noite;
- g) Fornecimento de remédios e de assistência jurídica a pessoas afetadas por ordens de despejo e as pessoas que estão em necessidade; e
- h) O reassentamento adequado.

Dessa maneira, o direito à moradia adequada prevê o deslocamento não violento somente quando forem respeitados os direitos citados. Quando realizada a remoção, se deve trabalhar para que sejam minimizados os danos, e para que as condições de habitação oferecidas sejam continuamente melhoradas.

Mesmo quando respeitados os direitos dos cidadãos quanto as suas realocações, se deve compreender que essas transferências tem que ser evitadas o máximo possível, pois, por mais que novas moradias sejam disponibilizadas, alguns valores não podem ser ressarcidos. Para Raeder (2010) a retirada dos moradores dos locais onde residem, muitas vezes durante anos de sua vida, gera também consequências imensuráveis, como o corte das relações sociais, que têm valores insubstituíveis para a vida de muitos cidadãos.

Preuss (2007) entende que as implicações econômicas sociais negativas decorrentes dos megaeventos esportivos são: a transformação dos espaços públicos em espaços privados, ou a remodelação de espaços públicos que é destinada ao uso de clientes com maior poder de compra, afugentando indiretamente a população mais carente do local; o deslocamento direto ou indireto da população mais pobre das proximidades das instalações esportivas ou das áreas remodeladas seja através de realocações da população residente ou pelo encarecimento da região, o que faz com que os menos favorecidos não se sustentem no seu antigo local de moradia. Segundo Hiller (2000), numa perspectiva sociológica, o megaevento geralmente simboliza uma mudança de classe social nos locais afetados da cidade, fato esse acontecendo pelo deslocamento das classes menos favorecidas em detrimento da incorporação de moradores e consumidores de classe média. Surge aqui o conceito de “gentrificação”, que se caracteriza por um enobrecimento do espaço urbano gerado por investimentos públicos e privados na renovação ou revitalização de áreas urbanas degradadas.

Nos Jogos Olímpicos de Londres em 2012, se anunciava a preocupação social para com os pobres, ao eleger uma área periférica e deprimida da cidade para ser o centro dos Jogos, região essa predominantemente ocupada pela população imigrante de baixa renda, que por ventura do evento, seria completamente regenerada. Aliado a isso, alegava-se que seria baixo o índice de remoções de residentes, sendo o local remodelado ocupado majoritariamente por galpões e fábricas fechadas. Apenas esqueceu-se de avisar que esta mudança implicava na “elevação brutal dos preços da terra urbana e, por conseguinte, maior periferização dos pobres, estes, aliás, excluídos do novo mercado de trabalho” (JESUS, 2013, pág. 8).

No caso dos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro em 2016, Jesus afirma que, com base nos conceitos do empreendedorismo urbano, está sendo utilizada a expressão “janelas de oportunidade” para grandes negócios. O autor entende que, de fato, os Jogos Olímpicos estão propiciando ao grande capital um contexto único para “invadir” a zona portuária carioca, contando com amplos recursos públicos e facilidades de investimento. Para Jesus, nesse processo, a remoção de moradores adquire “tons dramáticos”. Para além da zona portuária, amplos espaços da cidade têm sido alvo de intervenções, com índices inéditos de desapropriações e remoções, especialmente para a construção de corredores viários. O autor argumenta que o projeto olímpico 2016 é baseado em instâncias decisórias fugazes, com mínima transparência, de modo que a dimensão político-institucional se manteve basicamente a mesma que produziu os Jogos Pan-americanos em 2007, e ainda se fortaleceu a partir da coalizão nos três níveis de governo (local, estadual, e nacional). Esmagada pelo poderio de tal coalizão, a dimensão cidadã foi desvalorizada, mas se ergueu através da mobilização popular por meio do Comitê Social do Pan (atuante de 2005 a 2009) e do Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas (de 2009 aos dias de hoje). A dimensão simbólica, por sua vez, manteve a concepção dominante já presente em 2007: “o mito do evento capaz de salvar e alavancar a economia urbana, e o esporte como portador inequívoco de uma mensagem de saúde, regeneração, alegria, vigor e disciplina” (JESUS, 2013, pág. 11).

Observa-se também o uso dos megaeventos esportivos, por parte dos gestores do processo, como forma de legitimação para realizar o deslocamento de inúmeras famílias, por questões meramente estéticas, numa espécie de “limpeza” da cidade (RAEDER, 2010). Outro efeito negativo pode ser a remoção de mendigos, pedintes, crianças abandonadas nas ruas, para evitar a divulgação de uma imagem negativa da cidade, casos ocorridos, por exemplo, nos Jogos Olímpicos de Atlanta 1996 e Sidney 2000 (SILVA, 2007). Nos Jogos Pan-Americanos do Rio de Janeiro em 2007 foi criada uma medida denominada “choque de gestão”, conhecida também como política higienista e de segurança, que consistia na remoção dos moradores de rua cariocas (SILVA, 2007).

Por fim, Greene (2003) resume bem a gestão do legado social quando argumenta que o megaevento não deve ditar o planejamento físico da cidade, mas sim, responder às necessidades claramente articuladas da cidade-sede e cumprir um plano estratégico mais amplo. Sem essas medidas em vigor, o megaevento, inevitavelmente, pode comprometer a estratégia de desenvolvimento urbano de longo prazo.

## 4 METODOLOGIA

Este estudo é do tipo interpretativo, com análise qualitativa, sendo realizado através de pesquisa documental, diários de campo e entrevistas gravadas. Os documentos, os locais e os sujeitos foram escolhidos conforme sua capacidade de disponibilizar informações relevantes para responder as questões de pesquisa. As questões norteadoras da pesquisa estão descritas abaixo:

- a) Quais os principais aspectos presentes nos documentos oficiais referentes à duplicação da Avenida Tronco no que diz respeito às realocações dos moradores?
- b) Qual a visão dos gestores públicos a respeito do processo de realocação?
- c) Qual a visão dos líderes comunitários dessa localidade a respeito do processo de realocação?
- d) Qual a visão dos representantes de outras entidades envolvidos indiretamente no processo de realocação?
- e) Quais os pontos convergentes e divergentes intra e entre governo e população no que diz respeito ao processo de realocação?

### 4.1 PESQUISA DOCUMENTAL

As esferas governamentais envolvidas na duplicação da Avenida Tronco e na realocação dos moradores afetados pela obra são a **municipal**, a **estadual** e a **federal**. Dessa maneira, foram considerados os documentos oficiais dos poderes **executivo**, **legislativo** e **judiciário** dessas três esferas.

Para localizar os documentos oficiais dos poderes **executivo** e **legislativo** da esfera **municipal**, foi feita uma visita à sede administrativa da Prefeitura Municipal de Porto Alegre (PMPA). Os documentos procurados foram o Plano Diretor - documento regulador das diretrizes da cidade - e documentos oficiais referentes a alterações no contexto da cidade causados pela Copa do Mundo FIFA, principalmente os referentes à duplicação da Avenida



Tronco. No local, nos foi indicado o caminho para o acesso a esses documentos virtualmente no *site* da Prefeitura Municipal de Porto Alegre ([www.portoalegre.rs.gov.br](http://www.portoalegre.rs.gov.br)).

A visita ao *site* foi feita no dia 16 de maio de 2013, e repetida no dia 15 de dezembro de 2013. Para localizar o **Plano Diretor de Porto Alegre** o caminho foi o seguinte: Secretarias => Urbanismo => Plano Diretor => LC 434/99 (com alterações) => Íntegra da lei. Os **Programas Estratégicos para a Copa 2014** encontram-se em: Secretarias => Planejamento Estratégico e Orçamento => Programas Estratégicos => Nossa Copa => O Programa; Escopo do Programa. Os **Planos Plurianuais da prefeitura de Porto Alegre** encontram-se em: Planejamento Estratégico e Orçamento => Plano Plurianual PPA => PPA 2010-2013; PPA 2014 - 2017. As **Obras e os Projetos** específicos para a Copa em Porto Alegre encontram-se em: Secretarias => Secretaria Extraordinária para a Copa 2014 (SECOPA) => Obras e Projetos => Duplicação da Avenida Voluntários da Pátria; Obras da Avenida Severo Dullius; Obras da Avenida Edvaldo Pereira Paiva; Sistema de Monitoramento Corredores; Obras Viaduto 3ª Perimetral; Obras Avenida Tronco; Obras Complexo Rodoviária; Projeto Bus Rapid Transit (BRT's); Obras do Aeroporto Salgado Filho; Transferências das Vilas Dique e Nazaré; Projeto de reforma do Estádio Beira-rio; Projeto da Arena do Grêmio. O caminho para localizar o **Plano Municipal de Habitação de Interesse Social** é o seguinte: Departamentos => DEMHAB => Plano Municipal de Habitação. Para o acesso ao **Projeto do Departamento Municipal de Habitação (DEMHAB) de Porto Alegre para os moradores do entorno da Avenida Tronco** o caminho é o seguinte: Departamentos => DEMHAB => Projeto Tronco.

Outra fonte considerada na esfera municipal foi o Portal da Transparência na Copa do Mundo de 2014 em Porto Alegre ([www.transparenciacopa.com.br](http://www.transparenciacopa.com.br)). Os documentos encontrados foram: **Licitações das Obras da Copa; Execução Orçamentária e Financeira das Obras da Copa**. Para localizá-los o caminho percorrido foi: Obras => Avenida Tronco. Também foram consideradas como fonte de informação as atas das Câmaras Temáticas para a Copa de 2014 em Porto Alegre, obtidas juntamente ao Gabinete de Planejamento Estratégico da PMPA.

Para localizar os documentos oficiais dos poderes **executivo e legislativo** da esfera **estadual** foi utilizado como fonte de informação o Portal Oficial do Governo do Rio Grande do Sul para a Copa do Mundo da FIFA 2014, pertencente ao governo do estado ([www.portoalegre2014.rs.gov.br](http://www.portoalegre2014.rs.gov.br)). Os documentos encontrados foram: as **Matrizes de Responsabilidades 1, 2 e 3**; a **Lei Geral da Copa**; e o **Comitê Gestor da Copa do Governo**

**do Estado do Rio Grande do Sul.** Para localizá-los o caminho percorrido foi: Institucional => Documentos.

Para localizar os documentos oficiais dos poderes **executivo e legislativo** da esfera **Federal** foi utilizado como fonte de informação o Portal da Transparência na Copa do Mundo de 2014 em nível federal ([www.portaltransparencia.gov.br/copa2014](http://www.portaltransparencia.gov.br/copa2014)). Os documentos encontrados foram: **Ações e Empreendimentos por Cidade-sede; Financiamento por cidade-sede; Relatório da Secretaria Geral da Presidência da República.** Os mesmo estão dispostos no *layout* inicial do *site*.

Quanto ao poder **judiciário**, não foi encontrada qualquer ação jurídica aberta, tanto individual quanto coletiva, referente à disputa de interesses no processo de realocação dos moradores. Foram localizados apenas atas de audiências públicas realizadas pelos Ministérios Públicos Federal e Estadual, em parceria com a Procuradoria da República do Rio Grande do Sul e a Procuradoria Regional dos Direitos dos Cidadãos. As atas referem-se às seguintes audiências públicas: **Impactos do megaevento Copa do Mundo 2014 no direito à moradia e outros a ele relacionados**, ocorrida no dia 25 de março de 2011, nos autos do inquérito civil 1.29.000.000396/2011-82; e **três audiências públicas específicas para a os moradores afetados pela duplicação da Avenida tronco**, ocorridas nos dias 27 de abril de 2011, 23 de novembro de 2012 e 11 de março de 2013, nos autos do inquérito civil 01128.00166/2012.

Ademais, foram considerados como locais de informações relevantes os *blogs* pertencentes a três entidades populares envolvidas diretamente com o processo de realocação dos moradores afetados pela duplicação da Avenida Tronco: o Comitê Popular da Copa em Porto Alegre (CPC Poa) ([www.comitepopularcopapoa2014.blogspot.com.br](http://www.comitepopularcopapoa2014.blogspot.com.br)); o Ponto de Cultura Quilombo do Sopapo (PCQS) ([www.quilombodosopapo.blogspot.com.br](http://www.quilombodosopapo.blogspot.com.br)), local onde ocorrem atividades dos moradores das proximidades da Avenida Tronco, e que nesse momento está com seu foco voltado para as realocações dos residentes dos bairros envolvidos; e o Fórum Estadual de Reforma Urbana do Rio Grande do Sul (FERU/RS) ([www.reformaurbanars.blogspot.com.br](http://www.reformaurbanars.blogspot.com.br)). Essas entidades são responsáveis por realizar diversas mobilizações e atividades com os moradores afetados pelas obras.

Os documentos retirados do *blog* do CPC Poa foram: **Dossiê do Comitê Popular da Copa em Porto Alegre; Dossiê da Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa; Boletins Informativos do Comitê Popular da Copa.** Para localizá-los basta acessar o *link* documentos no *layout* inicial do *blog*. Já nos *blogs* do PCQS e do FERU/RS foram localizados somente registros das atividades desempenhadas pelas entidades, que também foram usados no trabalho conforme sua relevância.

## 4.2 DIÁRIOS DE CAMPO

As observações relatadas por meio de diários de campo ocorreram em duas frentes. A primeira nos locais das obras, e a segunda nas reuniões onde foram discutidas as questões referentes à duplicação da Avenida Tronco.

As visitas aos locais das obras, a princípio, foram programadas para ocorrerem por aproximadamente 8 meses, no período de setembro de 2013 à abril de 2014, e tinham a intenção de acontecer de forma sistemática, com frequência de no mínimo uma vez por semana. O objetivo dessas visitas era o de registrar o andamento das obras por meio de imagens fotográficas, bem como observar alguma atividade específica na região que pudesse trazer alguma contribuição relevante para o trabalho. Porém, logo nas primeiras visitas e primeiros registros pode-se observar uma estagnação tanto nas obras da avenida quanto na remoção dos moradores, fato esse que culminou na paralisação e retirada da obra da Matriz de Responsabilidade de Porto Alegre no dia 25 de novembro de 2013. Dessa maneira, a partir do mês de dezembro de 2013 as visitas aconteceram uma vez por mês, ou em circunstâncias especiais, como alguma manifestação dos moradores, por exemplo. Em abril de 2014 as visitas foram cessadas, totalizando assim, dez dias de observação. Os dias observados estão listados no quadro abaixo:

**Ilustração 7** - Quadro dos dias e locais visitados nas obras.

<b>Data</b>	<b>Local</b>
18/09/2013	Trecho 4
26/09/2013	Trecho 1
13/10/2013	Trecho 2
18/10/2013	Trecho 3
07/11/2013	Trecho 3
30/11/2013	Trecho 1
17/12/2013	Trecho 2
18/01/2014	Trecho 4
12/03/2014	Trecho 1
14/04/2014	Trecho 2

Trecho 1: 0,94 km entre as ruas Gen. Gomes Carneiro e Carvalho de Freitas;  
 Trecho 2: 1,16 km entre a rótula da Av. Moab Caldas e a Rua Catão Coelho e Av. Teresópolis;  
 Trecho 3: 1,22 km entre Rua Neves e Rua Gabriel Filho Camargo;  
 Trecho 4: 1,86 km entre a interseção da Av. Chuí com as ruas Icaraf e Neves.

As reuniões observadas foram as Câmaras Temáticas para a Copa de 2014 em Porto Alegre, do Gabinete de Planejamento Estratégico da prefeitura municipal, sendo que das nove Câmaras Temáticas existentes, três possuem alguma ligação com as obras na Avenida Tronco,

que são: Mobilidade Urbana; Transparência; e Meio Ambiente e Sustentabilidade. Todos os encontros foram realizados na Sala Laçador da Secretaria Municipal de Planejamento Estratégico e Orçamento. O período de acompanhamento desses encontros foi o de maio de 2013 a abril de 2014. As reuniões observadas estão listadas no quadro abaixo:

**Ilustração 8** - Quadro das Câmaras Temáticas observadas.

<b>Reunião</b>	<b>Data</b>
Transparência	20/06/2013
Meio ambiente e Sustentabilidade	26/08/2013
Mobilidade Urbana	27/08/2013
Transparência	17/09/2013
Mobilidade Urbana	24/09/2013
Meio Ambiente e Sustentabilidade	22/10/2013
Mobilidade Urbana	26/11/2013
Transparência	10/12/2013
Meio Ambiente e Sustentabilidade	18/12/2013
Transparência	18/03/2014

Além disso, as reuniões do Comitê Popular da Copa em Porto Alegre foram acompanhadas. O período de acompanhamento desses encontros foi de maio de 2013 a abril de 2014. Tais reuniões, inicialmente, ocorreram de forma sistemática, sendo realizadas praticamente todas as quintas-feiras, geralmente em dois locais específicos: na Escola Alberto Bins e na Igreja Santa Teresa, ambos nas proximidades das comunidades afetadas pela obra. Com o passar do tempo os encontros foram diminuindo de frequência, chegando a ficar mais de um mês sem acontecer. Porém, na primeira reunião na qual compareci, no dia 16 de maio de 2013, outra fonte de informação não imaginada emergiu. Ao final da reunião, uma lista de presença foi passada, onde eram colocados nome e *e-mail* dos participantes, e eu, como um dos presentes na reunião, coloquei meu nome e *e-mail* sem maiores intenções. Para minha surpresa, alguns dias depois, fui adicionado ao grupo de *e-mails* do Google, intitulado Comitê Copa Poa. Tal ferramenta foi utilizada durante o período analisado - maio de 2013 a abril de 2014 - para troca de informações entre os componentes do Comitê. Foram enviadas 285 mensagens nesse espaço de tempo, mensagens essas relativas tanto à luta dos moradores quanto a diversas outras questões que iam desde os impactos da Copa do Mundo em Porto Alegre e no Brasil até os protestos realizados em diversas esferas da sociedade. Para a utilização dessas informações, foi elaborada uma autorização que foi entregue a um dos coordenadores do Comitê, permitindo assim o uso desse conteúdo na pesquisa. A autorização se encontra como apêndice (A). As reuniões observadas, bem como a distribuição dos

assuntos das mensagens visualizadas estão listadas na ilustração 9 e na tabela 9 respectivamente, que estão dispostas a seguir:

**Ilustração 9** - Quadro das reuniões do Comitê Popular da Copa observadas.

<b>Reunião</b>	<b>Data</b>
Reunião ordinária do CPC Poa – Paróquia Santa Tereza no Bairro Cristal	16/05/2013
Reunião ordinária do CPC Poa – Escola Alberto Bins	23/05/2013
Reunião ordinária do CPC Poa – Paróquia Santa Tereza no Bairro Cristal	06/06/2013
Reunião CPC Poa e Bloco de Luta pelo Transporte Público	08/06/2013
Reunião extraordinária com a presença do Ministério Público	16/06/2013
Reunião ordinária do CPC Poa – Escola Alberto Bins	06/07/2013
Assembleia de Moradores na Escola Alberto Bins	20/07/2013
Atividade Mutirão por direitos na Avenida Tronco	19/08/2013
Reunião ordinária do CPC Poa – Escola Alberto Bins	05/09/2013
Reunião ordinária do CPC Poa – Escola Alberto Bins	08/10/2013
Reunião ordinária do CPC Poa – Paróquia Santa Tereza no Bairro Cristal	17/10/2013
Reunião ordinária do CPC Poa – Escola Alberto Bins	17/12/2013
Reunião ordinária do CPC Poa – Escola Alberto Bins	27/03/2014

**Tabela 9** - Distribuição por assunto das mensagens visualizadas.

<b>Assunto</b>	<b>Nº de mensagens</b>
Comitê Popular da Copa em Porto Alegre	38
Comitês populares da Copa de outros locais do Brasil	11
A Copa do Mundo no Brasil	60
A Copa do Mundo em Porto Alegre	10
Protestos sobre a Copa do Mundo no Brasil	33
Protestos em outras esferas da sociedade	43
Outros assuntos	90
<b>Total</b>	<b>285</b>

As mensagens utilizadas prioritariamente na pesquisa foram as relacionadas ao Comitê Popular da Copa em Porto Alegre e aos comitês de outros locais. Os registros com a temática Copa do Mundo e protestos foram aproveitados apenas como informação complementar ao trabalho. Já as mensagens do item “outros assuntos” foram desconsideradas e não analisadas na pesquisa.

Outros espaços acompanhados foram os eventos, palestras, seminários, cursos, ocorridos em Porto Alegre ao longo dos últimos anos, que tratavam das questões da Copa do Mundo na cidade. A seguir, apresento todos os espaços de discussão acompanhados.

**Ilustração 10** - Quadro dos espaços acompanhados sobre a Copa em Porto Alegre.

<b>Espaços de discussão Copa do Mundo em Porto Alegre</b>	<b>Data</b>
Seminário Internacional de Megaeventos Esportivos	04/11/2011
Impactos Negativos da Copa do Mundo em Porto Alegre	17/05/2012
Desafios da Copa do Mundo de 2014 em Porto Alegre	03/10/2012
Qualificação para a Copa do Mundo 2014	14/12/2012
Impactos da Copa do Mundo de 2014 na metrópole Porto Alegre	10/10/2013
A Copa: Impactos dos Grandes Eventos	29/05/2014

Vale ressaltar também que as reuniões observadas - Câmaras Temáticas e Comitê Popular da Copa - foram abertas a população, não necessitando assim de autorização para presença do pesquisador no local. Já os demais espaços acompanhados possuíam entrada franca ou ingresso mediante pagamento de taxas de inscrição.

#### **4.2.1 A experiência no campo**

Cabem aqui alguns comentários sobre a experiência vivida nas observações em campo. Minha primeira relação com o campo de pesquisa se deu no dia 10 de maio de 2013, quando fiz meu primeiro contato pessoal com um dos líderes comunitários envolvidos na disputa relacionada à obra em questão. Essa aproximação teve o intuito de facilitar minha entrada no local de pesquisa desejado, que eram as reuniões do Comitê Popular da Copa. A estratégia se mostrou exitosa, uma vez que uma semana depois, no dia 16 de maio me fiz presente na reunião. Nessa reunião fui apresentado pelo líder comunitário o qual tinha feito contato anterior, e na sequência foi explicado o porquê da minha presença no local tanto por ele quanto por mim. A partir de então minha entrada no local estava referendada sem maiores percalços. Desde então passei a frequentar as reuniões do CPC Poa, prioritariamente como observador, participando de alguns poucos momentos quando chamado. Porém, uma grande dificuldade surgiu. O acesso aos locais das reuniões, bem como o horário de realização das mesmas tornavam a minha jornada trabalhosa. Tanto a igreja Santa Teresa quanto a escola Alberto Bins, locais onde ocorreram as reuniões, se posicionam em regiões de complicado acesso, tanto no quesito distância quanto no quesito segurança. Além disso, o horário das reuniões variava entre 19h e 21h, o que acentuava minha preocupação, principalmente quanto à segurança. Aliado a essas questões o fato de não possuir carro próprio aparecia como mais um agravante para o deslocamento. Mas, durante todas as minhas visitas a esses locais, apesar do meu receio, nenhuma ocorrência negativa foi experimentada.

As reuniões do CPC Poa contavam com a presença de dez a quinze participantes, entre moradores afetados e líderes comunitários engajados no caso, mas que não são diretamente afetados pela obra em questão. A lógica dos encontros era a seguinte: era apresentada a pauta da reunião; eram feitos os relatos referentes aos encaminhamentos das reuniões anteriores; eram discutidas e definidas as próximas ações (protestos, mobilizações, eventos, assembleias etc.); e por fim, se abria um espaço para os informes individuais. O que se percebeu de maneira geral nesses espaços foi que, apesar das diferenças de formação intelectual dos componentes, todos tinham voz ativa e eram respeitados. Obviamente que as pessoas mais articuladas e com maior experiência nesse tipo de espaço se sobressaiam, mas pude perceber que em nenhum momento isso foi diretamente imposto. Isso se evidenciava no fato de que no Comitê era prevista a horizontalidade, ou seja, todos com direito a participação na decisão de forma igualitária.

Já nas reuniões das Câmaras Temáticas a situação foi diferente. A minha participação foi exclusivamente como observador, sem criar nenhum vínculo com qualquer um dos participantes. A primeira reunião na qual compareci foi no dia 20 de junho 2013, depois de obter acesso ao calendário de reuniões das Câmaras Temáticas de meu interesse e do local das reuniões. Ao chegar lá, me deparei com uma mesa de formato redondo, que contava com a presença dos coordenadores da Câmara Temática em questão, bem como convidados especialistas nos temas que seriam abordadas no encontro. Ao redor da mesa algumas cadeiras colocadas para os ouvintes, em sua grande maioria cidadãos comuns e jornalistas. E assim se deram todas as minhas observações nesses espaços, posicionado na “plateia” apenas registrando o que julgava interessante.

Quanto às visitas aos locais das obras admito certa frustração com a experiência vivida. Quando optei por examinar *in loco* as obras esperava presenciar eventos como remoções, conflitos, demolições de residências, resistência de moradores etc. Porém, como minhas visitas iniciaram em setembro de 2013, e nesse período as obras já se encaminhavam para a paralisação, esses movimentos não foram percebidos. A validade dos dados obtidos com esse método se resumiu a registros de imagens das obras, tanto dos trechos prontos, que não possuem remoções, quanto dos trechos incompletos, onde algumas remoções já haviam acontecido. Além disso, conversas com moradores da região que circulavam no momento da minha presença trouxeram algumas contribuições, mesmo essa não sendo uma prática recorrente, uma vez que não me sentia a vontade em invadir a vida dessas pessoas, optando por dialogar apenas com aquelas que se mostravam solícitas.

### 4.3 ENTREVISTAS

As entrevistas realizadas foram semiestruturadas, com roteiro elaborado, sendo conduzidas a partir de um conjunto de perguntas abertas em uma ordem específica. O roteiro foi construído com base na literatura da área, e aborda as principais questões identificadas como inerentes ao processo de realocação de moradores afetados por obras para megaeventos esportivos. O roteiro de entrevista se encontra como apêndice (B).

Os sujeitos envolvidos foram: os gestores públicos responsáveis pelo processo de realocação, os líderes comunitários das localidades afetadas, e os representantes de entidades governamentais e não governamentais envolvidos indiretamente nesse processo. A escolha dos nomes foi feita com base na análise documental e nos três primeiros meses de observação no campo, onde foram identificados os nomes, feitos os contatos iniciais, e caso houvesse disponibilidade, agendadas as entrevistas. O quadro a seguir mostra os sujeitos entrevistados classificados conforme sua categoria.

**Ilustração 11** - Quadro dos sujeitos entrevistados.

<b>Entrevistado</b>	<b>Categoria</b>
GP1	Gestor Público
LC1	Líder Comunitário
LC2	Líder Comunitário
LC3	Líder Comunitário
LC4	Líder Comunitário
LC5	Líder Comunitário
ROE1	Representante de outra entidade
ROE2	Representante de outra entidade
ROE3	Representante de outra entidade

**GP: Gestor Público; LC: Líder Comunitário; ROE: Representante de outra entidade.**

Foi realizada a quantidade de entrevistas julgada necessária para responder as questões de pesquisa e atingir o ponto de saturação dos dados. No fim da coleta, se chegou ao número de nove entrevistas, totalizando 469min de áudio gravado, o que representa uma média de 52min e 20seg por entrevista. As mesmas foram feitas em algum lugar da preferência do entrevistado. Todas foram gravadas, transcritas e devolvidas para que os sujeitos fizessem alguma alteração caso julgassem necessária, e autorizassem sua utilização no trabalho. Os entrevistados assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), que está disponível como apêndice (C).



#### 4.4 ANÁLISE DE CONTEÚDO

Na a análise de conteúdo, inicialmente foi feita a seleção dos documentos (documentos oficiais e não oficiais, diários de campo, atas de reuniões e entrevistas) que foram submetidos à etapa de recorte, na qual os dados são decompostos para em seguida serem recompostos para melhor expressar sua significação (LAVILLE E DIONNE, 1999). Dessa maneira se criou o “*corpus*” do trabalho, que, segundo Bardin (2011), é o “conjunto de documentos tidos em conta para serem submetidos aos procedimentos analíticos”. Nessa perspectiva, Laville e Dionne (1999) entendem que os dados na forma bruta precisam ser preparados para se tornar utilizáveis na construção dos saberes. Uma vez finalizada essa etapa de análise inicial partiu-se para o exame mais aprofundado dos dados agrupados.

Na fase de definição das categorias analíticas, onde é feita exploração do material selecionado, foram criadas categorias *a priori*, baseadas inicialmente na literatura específica da área. Dessa maneira, foram se constituindo tópicos de referências, onde se buscavam sínteses coincidentes e divergentes de ideias (TRIVINOS, 2008). Merece destaque que, durante a exploração do material, novas categorias emergiram, sendo as mesmas agregadas às demais. Tal procedimento pode ser caracterizado com um Modelo Misto, proposto por Laville e Dionne (1999), onde as categorias são selecionadas no início, mas o pesquisador se permite modificá-las em função do que a análise apontar.

Por fim, foi realizada a análise propriamente dita. Foram estabelecidas ligações dentro das categorias e relações entre elas, a fim de alcançar os objetivos propostos. Seguindo essa lógica, Bardin (2011) acredita que, nesse instante, o investigador poderá propor inferências e interpretações a propósito dos objetivos previstos, ou que digam respeito a outras descobertas inesperadas. Além do mais, segundo Trivinos (2008), nesse momento o pesquisador não deve restringir sua análise apenas ao conteúdo manifesto dos documentos, mas sim, utilizar a reflexão e a intuição, com embasamento nos materiais empíricos, para criar relações com a realidade aprofundando as conexões de ideias. Nessa perspectiva, aparece também a teoria proposta por Strauss e Corbin (2008), chamada de Teoria Sensitiva, e que se refere aos atributos do pesquisador de possuir introspeção, habilidade para dar significado aos dados, para compreendê-los, e também à capacidade para separar os que são pertinentes à pesquisa e os que não são. A análise dos dados nos levou à criação de dois tópicos principais, os quais serão apresentados na sequência.

## 5 PORTO ALEGRE E A COPA DO MUNDO FIFA 2014

No ano de 2010, a FIFA iniciou um rodízio entre os continentes-sede de sua competição, sendo a África do Sul o país escolhido para representar o continente africano no mesmo ano. Já em 2014, o destino do evento era a América do Sul. Depois das “ameaças” de candidatura da Argentina e da Colômbia, o Brasil surgiu como opção única no pleito, sendo o único país candidato, e conseqüentemente sendo confirmado como sede do evento no dia 30 de outubro de 2007. No contexto nacional, em um primeiro momento, a “vitória” brasileira e a conseqüente realização da Copa do Mundo FIFA no país teve uma boa aceitação popular, como nos mostram as pesquisas realizadas pelo Instituto de Pesquisa Datafolha, onde até abril de 2013 os números apontavam que para aproximadamente 70% da população a Copa do Mundo de 2014 seria muito importante para o país. A seguir, é apresentado um trecho, retirado de Mascarenhas, Silva e Santos (2014), do discurso do Presidente brasileiro na época, Luís Inácio Lula da Silva, na cerimônia de anúncio do Brasil como sede da Copa do Mundo de 2014, em Zurique, na Suíça, no dia 30 de outubro de 2007, que mostra como o próprio presidente brasileiro, utilizando-se de um discurso extremamente nacionalista, acreditava contar com total apoio popular para realizar o evento.

Eu queria dizer ao presidente da FIFA, presidente Blatter, da alegria de ver o nome do Brasil aparecer naquela papeleta. Quero agradecer a todo o Comitê Executivo da FIFA, aos presidentes de federações e agradecer ao Ricardo Teixeira pelo empenho, não agradecer, dar os parabéns pelo empenho. Eu quero tranquilizar os dirigentes da FIFA. Essa não é uma responsabilidade do atual presidente, nós estamos aqui assumindo uma responsabilidade enquanto nação, enquanto Estado brasileiro para provar ao mundo que nós temos uma economia crescente.

Após a confirmação do Brasil como país sede do evento, o Governo Federal contratou uma empresa especializada, a Associação Brasileira de Indústrias de Base (ABDIB), ainda sem a definição das cidades realizadoras dos jogos. O objetivo dessa empresa era o de realizar um levantamento completo, analisando a totalidade das cidades e regiões metropolitanas, a fim de traçar um perfil das reais necessidades dessas cidades em diversos aspectos. Por conseguinte, diversas cidades brasileiras se candidataram para receber os jogos da competição. No caso de Porto Alegre, a decisão pela candidatura se deu única e exclusivamente pelo governo. Pode-se afirmar que não houve consulta à população quanto à opção da cidade em receber os jogos. Nota-se ausência de mecanismos de consulta popular,

como plebiscitos e referendos. Dessa maneira, Porto Alegre foi escolhida como uma das subedes do evento, em maio de 2009, se juntando a outras 11 cidades: Belo Horizonte (MG), Brasília (DF), Cuiabá (MT), Curitiba (PR), Fortaleza (CE), Manaus (AM), Natal (RN), Recife (PE), Rio de Janeiro (RJ), Salvador (BA) e São Paulo (SP).

A partir da escolha das cidades, iniciou-se um trabalho estratégico de planejamento e execução de ações, visando tanto o sucesso do evento quanto o possível legado deixado pelo mesmo. O instrumento que define as obrigações da União, dos estados e dos municípios é a Matriz de Responsabilidades. Tal instrumento foi elaborado para definir os compromissos relacionados às fontes de recurso e a gestão e execução dos projetos de cada uma das esferas do governo envolvidas. Aliado a isso, o Governo Federal começou a traçar o plano de ações prioritárias para a copa, que estava dividido em três ciclos:

- a) Ciclo 1 - Interferências na infraestrutura: mobilidade urbana, estádios, aeroportos, portos e reassentamento das famílias afetadas pelas obras. Tais alterações constituem a chamada Matriz de Responsabilidades das obras para a Copa. Previsão inicial: 2009-2010.
  
- b) Ciclo 2 - Serviços complementares: segurança, infraestrutura turística, energia, telecomunicações, tecnologia da informação e sustentabilidade ambiental. Previsão inicial: 2010-2011.
  
- c) Ciclo 3 - Ações específicas e de operação: discussões sobre a malha aérea, a operação aeroportuária e portuária, os transportes e a mobilidade urbana, a saúde, a energia e as estruturas temporárias para a copa. Previsão inicial: 2011-2013. Aplicada durante os jogos.

Em Porto Alegre, o primeiro passo no que tange a gestão do evento foi a criação da Secretaria Extraordinária para a Copa do Mundo 2014 (SECOPA) que tinha o intuito de, conforme apresentado no Portal SECOPA:

Seguindo exemplos de outras estruturas criadas em cidades e países sedes de megaeventos, a SECOPA foi gestada com o objetivo de gerenciar, em parceria com as demais secretarias municipais, a preparação de Porto Alegre para a Copa do Mundo de 2014 que acontece no Brasil.

Dessa maneira, a SECOPA tinha como responsabilidade a participação direta nos trâmites internos e externos, negociações e tomadas de decisão relativas ao evento.

A SECOPA busca parceiros, supervisiona os projetos da prefeitura, acompanha as reformas nos estádios e faz a relação institucional com os demais agentes envolvidos. Como se trata de uma Secretaria Extraordinária, a SECOPA será extinta ao final do ano de 2014.

No caso de Porto Alegre, a avaliação da ABDIB, segundo informações obtidas nas Atas e nas observações das Câmaras Temáticas, chegou à conclusão de que eram necessárias 268 intervenções para que a cidade obtivesse a qualidade máxima na realização do evento. Como o tempo hábil era restrito, buscou-se avaliar o que poderia ser feito em benefício à cidade com o advento da Copa do Mundo FIFA. Foi definido então o chamado “território preferencial”, que se iniciava na Arena do Grêmio, ainda não construída na época, passando pelo Estádio Beira-rio até chegar à região do Hipódromo Cristal. Dentro da região chamada de preferencial foram definidas pelo governo as ações prioritárias a serem empregadas para o evento (10), visto que se entendia não ser possível realizar todas as indicadas na pesquisa da ABDIB (60-70). Além disso, foi criado o Comitê Gestor da Copa 2014 (CGCopa), que tinha como objetivo, segundo o Portal Oficial do Governo do Rio Grande do Sul para a Copa do Mundo da FIFA 2014, “gerenciar e articular ações entre as diferentes esferas do poder público e a sociedade, visando capacitar o Estado de todas as condições para sediar a Copa do Mundo”. O órgão se estrutura em nove Câmaras Temáticas (Infraestrutura, Estádios e Gramados, Segurança, Saúde, Meio Ambiente e Sustentabilidade, Desenvolvimento Turístico, Promoção Comercial e Tecnológica, Cultura, Educação, Ação Social e Voluntariado, Transparência) e dois setores específicos (*Fan Fest* e Comunicação Social).

Com tal configuração estabelecida, foi firmada no dia 13 de janeiro de 2010, a Matriz de Responsabilidades da cidade (Anexo I), com a participação de todas as instâncias governamentais (Federal, Estadual, Municipal e Distrital), entidades e população, com o objetivo de viabilizar a execução das ações governamentais necessárias à realização da Copa das Confederações 2013 e da Copa do Mundo 2014. O Cronograma das dez obras iniciais previstas na Matriz de Responsabilidades de Porto Alegre está disposto no quadro a seguir (dados retirados do portal da SECOPA, 2011):

**Ilustração 12** – Quadro do cronograma das obras da Matriz de Responsabilidades de Porto Alegre.

<b>Duplicação da Avenida Tronco</b>
Início das Obras: 25/01/2012
Conclusão das Obras: 29/07/2013
<b>Obras de Arte na 3ª Avenida Perimetral</b>
Início das Obras: 01/02/2012
Conclusão das Obras: 01/12/2013
<b>Duplicação da Avenida Beira-Rio / Corredor da Avenida Padre Cacique</b>
Início das Obras: 12/03/2012
Conclusão das Obras: 12/09/2013
<b>BRT Avenida Protásio Alves</b>
Início das Obras: 05/03/2012
Conclusão das Obras: 05/06/2013
<b>BRT Avenida Assis Brasil</b>
Início das Obras: 05/03/2012
Conclusão das Obras: 05/05/2013
<b>Corredor da Rua Voluntários da Pátria e Terminal de ônibus São Pedro</b>
Início das Obras: 19/03/2012
Conclusão das Obras: 19/09/2013
<b>Prolongamento da Avenida Severo Dullius</b>
Início das Obras: 02/04/2012
Conclusão das Obras: 02/10/2013
<b>Complexo da Rodoviária (Viaduto e Estação Especial da Rua Conceição)</b>
Início das Obras: 19/03/2012
Conclusão das Obras: 19/09/2013
<b>BRT Bento Gonçalves e Terminais Azenha e Antônio de Carvalho</b>
Início das Obras: 05/03/2012
Conclusão das Obras: 05/06/2013

Dados retirados do portal da SECOPA (2011).

Percebe-se claramente que os principais projetos para a Copa em Porto Alegre foram os relacionados à mobilidade urbana. Uma vez finalizados, tais projetos trarão alterações e possivelmente benefícios não só no entorno dos estádios e do aeroporto Salgado Filho, mas sim em toda a estrutura viária da cidade. No portal da SECOPA encontram-se informações sobre as principais obras e projetos relacionados ao evento na cidade. Dentre elas, oito podem ser consideradas de mobilidade urbana:

- a) Duplicação da Avenida Voluntários da Pátria: importante via de acesso para moradores e expectadores oriundos da Zona Norte de Porto Alegre e do Aeroporto

Salgado Filho que desejem se deslocar para o Estádio Beira-rio através das Avenidas Mauá e Edivaldo Pereira Paiva. Relevante para a cidade, pois além de desafogar o trânsito no centro, será uma importante via de ligação entre o centro e a zona norte, possibilitando o desenvolvimento e a revitalização do Quarto Distrito e do bairro Humaitá.

**Ilustração 13** - Avenida Voluntários da Pátria e Porto Alegre.



Imagem retirada do portal da PMPA.

**Ilustração 14** - Avenida Voluntários da Pátria em Porto Alegre após a reforma.



Imagem retirada do portal da PMPA.

- b) Obras na Avenida Severo Dullius: obra que tem como objetivo melhorar o acesso entre a Avenida Assis Brasil e o Aeroporto Salgado Filho. Consolidar-se-á como via de ligação entre o aeroporto e a Zona Norte e as cidades de Gravataí e Cachoeirinha, sendo de fundamental importância para complementação do plano viário da região.

**Ilustração 15** - Avenida Severo Dullius em Porto Alegre.



Imagem retirada do portal da PMPA.

**Ilustração 16** - Avenida Severo Dullius em Porto Alegre após a reforma.



Imagem retirada do portal da PMPA.

- c) Obras na Avenida Edvaldo Pereira Paiva: obra crucial para o acesso ao Estádio Beira-río e à Zona Sul porto-alegrense, sendo inclusive uma das primeiras obras específicas para a copa a ser iniciada no país.

**Ilustração 17** - Avenida Edvaldo Pereira Paiva em Porto Alegre.



Imagem retirada do portal da PMPA.

**Ilustração 18** - Avenida Edvaldo Pereira Paiva em Porto Alegre após a reforma.



Imagem retirada do portal da PMPA.



- d) Sistema de Monitoramento dos Corredores de Ônibus: o projeto consiste na implantação do sistema de monitoramento em tempo real, através de dispositivos embarcados, paradas inteligentes, sistema de controle semafórico adaptativo, sistemas de telecomunicações, centro de comunicações e processamento e centro de controle operacional, com o objetivo de qualificar e otimizar a operação do sistema de transporte coletivo.
- e) Obras nos Viadutos da 3ª Perimetral: faz parte deste conjunto de empreendimentos a construção de cinco interseções em nível ao longo da Avenida 3ª Perimetral para melhorar o tráfego de veículos ao longo da via. As cinco obras previstas permitirão a melhoria do tráfego na Avenida 3ª Perimetral e nas vias transversais, reduzindo ou mesmo eliminando congestionamentos hoje ocorrentes tanto ao longo da 3ª Perimetral quanto nas vias que lhes são transversais.

**Ilustrações 19 e 20 - Avenida 3ª Perimetral em Porto Alegre.**



Imagens retiradas do portal da PMPA.

**Ilustrações 21 e 22 - Avenida 3ª perimetral em Porto Alegre após as reformas.**



Imagens retiradas do portal da PMPA.

- f) Obras Avenida Tronco: também faz parte deste conjunto de empreendimentos a duplicação da Avenida Tronco. Talvez a iniciativa de maior relevância no conjunto de obras específicas para a Copa de 2014. Trata-se de um eixo estruturador do sistema viário da cidade, facilitando o trânsito entre os bairros Cristal e Tristeza e a Zona Sul com as vias que conectam com as zonas Norte, Nordeste e Leste da cidade, bem como alternativa de ligação da Zona Sul ao Centro da cidade. A Avenida comporá o anel viário em torno do Estádio Gigante da Beira-Rio, juntamente com as avenidas Gastão Hassloscher Mazon, Érico Veríssimo, Aureliano de Figueiredo Pinto, Edvaldo Pereira Paiva, Padre Cacique e Chuí, facilitando o acesso ao estádio, bem como o desvio do tráfego das zonas adjacentes, notadamente nos dias de jogos.

**Ilustrações 23 e 24** - Avenida Tronco em Porto Alegre.



Imagens retiradas do portal da PMPA.

**Ilustrações 25 e 26** - Avenida Tronco em Porto Alegre após a reforma.



Imagens retiradas do portal da PMPA.

- g) Obras no Complexo da Rodoviária: as obras, que complementam a Primeira Avenida Perimetral, solucionarão o conflito de fluxo entre veículos particulares e transporte público existente nas proximidades da Estação Rodoviária de Porto Alegre, concorrendo para melhor trafegabilidade na região central da capital.

**Ilustração 27** - Complexo da Rodoviária em Porto Alegre.



Imagem retirada do portal da PMPA.

**Ilustração 28** - Complexo da Rodoviária em Porto Alegre após a reforma.



Imagem retirada do portal da PMPA.

- h) Projeto *Bus Rapid Transit* (BRT's): serão implantados três corredores exclusivos para ônibus nas avenidas Protásio Alves, Assis Brasil e Bento Gonçalves. Faz parte deste conjunto de investimentos, a implantação de um sistema para qualificação do transporte coletivo da cidade. A solução proposta visa eliminar os problemas de congestionamento e baixa velocidade, com uma rede de linhas troncais e alimentadoras. Os passageiros de ônibus procedentes dos bairros da Capital e da Região Metropolitana desembarcarão nos portais e no terminal Triângulo. Desse terminal, tomarão ônibus articulados especiais para seguir viagem dentro da cidade. Os veículos percorrerão corredores exclusivos em direção ao centro de Porto Alegre. Também haverá conexões entre os portais. A ideia é reduzir o volume de ônibus que se deslocam por dia ao Centro, 33mil em média. O projeto prevê que os ônibus partam de três em três minutos dos portais. O passageiro continuará pagando apenas uma passagem, mesmo tomando mais ônibus, desde que não saia dos portais ou das estações. Nos trajetos, serão construídas estações de embarque e de desembarque com plataforma elevada em relação à via. O passageiro pagará ao ingressar nas estações. Cada portal terá um prédio, com terminal de ônibus, estacionamento subterrâneo para carros e bicicletário.

Além das obras de mobilidade urbana citadas acima apareciam também como obras específicas para a cidade de Porto Alegre as reformas do Aeroporto Salgado Filho e do Complexo Beira-rio, e a construção da Arena do Grêmio. A descrição dos objetivos de cada uma das obras se encontra logo abaixo (PMPA, 2011).

- i) Reforma do Aeroporto Salgado Filho: Um sistema aeroportuário eficiente, capaz de suportar a demanda oriunda da Copa do Mundo, aparece como um das exigências da FIFA para a cidade realizadora do evento. O aeroporto Salgado Filho, de Porto Alegre, em 2011, possuía um movimento diário (chegadas e partidas) que girava em torno de 174 voos regulares (INFRAERO, 2011). A movimentação de passageiros no aeroporto da capital tem sido crescente, com incremento de 180,9 mil viajantes nos primeiros quatro meses do mesmo ano em comparação com o volume verificado com base nos dados verificados desde o ano de 2007 (PMPA, 2011). Segundo o site da Prefeitura de Porto Alegre, para a Copa do Mundo, o projeto de reforma do aeroporto da cidade tem como objetivo a ampliação de sua pista, buscando o aumento da competitividade das exportações gaúchas através da diminuição do custo de transporte. O Aeroporto

receberia grandes investimentos até dezembro de 2011. Eles seriam destinados à construção de novo Terminal de Carga Aérea (TECA), com área total de 72mil m<sup>2</sup>. O novo TECA possibilitaria o incremento nas operações de exportação e importação. Também serão aplicados na ampliação da pista em 920m no sentido Leste, com recursos oriundos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). A obra permitirá ao Aeroporto Salgado Filho receber aviões com maior capacidade de transporte de carga. Ainda segundo *site* da Prefeitura da capital, também existe a proposta de construção de um novo edifício-garagem, com vagas para 1,4mil veículos. A obra é de responsabilidade dos Governos Federal (INFRAERO), Estadual (Secretaria da Habitação), e Municipal, através do DEMHAB, responsável pela transferência de famílias das vilas Dique e Nazaré, que possibilitará a ampliação da pista (PMPA, 2011).

**Ilustração 29** - Aeroporto Salgado Filho em Porto Alegre após a reforma.



Imagem retirada do portal da PMPA.

- j) Projeto Gigante Para Sempre: o projeto "Gigante Para Sempre", para remodelação do Complexo Beira-Rio, fará com que o Sport Club Internacional se adapte às exigências

e padrões internacionais do futebol, estando pronto para sediar qualquer jogo nacional ou internacional. O projeto dará maior comodidade ao torcedor que vai aos jogos, *shows* no Gigantinho, ao Centro de Eventos, ou apenas usufrui de lojas e restaurantes. Além das obras relacionadas ao estádio será construído um hotel, que aproveitará a estrutura que o complexo oferecerá, além de sua localização privilegiada, e uma marina na orla do Guaíba, dando nova possibilidade de acesso ao complexo.

**Ilustração 30** - Estádio Beira-rio após a reforma.



Imagem retirada do portal da PMPA.

- k) Projeto da Arena do Grêmio: o complexo da Arena do Grêmio terá construções destinadas ao esporte, lazer, comércio, residências e de serviços com 650mil m<sup>2</sup> no bairro Humaitá, em área definida pelo Plano Diretor como corredor de desenvolvimento. O complexo contará com hotel, *shopping*, centro de convenções, edifícios residenciais, torres empresariais e a arena, com 90mil m<sup>2</sup> (PMPA, 2011).

**Ilustração 31** - Arena do Grêmio.



Imagem retirada do portal da PMPA.

Todas as obras componentes da Matriz de Responsabilidade trazem consequências de alguma forma para os moradores das regiões afetadas, como a realocação de moradores para outros locais da cidade. Dentre as obras citadas acima, três acarretam impacto mais direto nas comunidades envolvidas que são:

- 1) Transferência das Vilas Dique e Nazaré: a transferência da Vila Dique para o loteamento da Avenida Bernardino Silveira Amorim, 1.915, no Bairro Rubem Berta, tem por objetivo viabilizar as obras prioritárias no Aeroporto Internacional Salgado Filho. Quando concluído, o loteamento que ocupará uma área de 21 hectares terá um total de 1.476 habitações, 103 unidades comerciais, escola e creche municipais, posto de saúde, unidade de triagem de resíduos recicláveis, centro comunitário, praça e área de preservação ambiental. Cerca de 400 famílias já haviam sido transferidas para o novo loteamento até 2011. Todas as casas, sobrados e apartamentos contam com sala, cozinha, banheiro e dois dormitórios. Vinte unidades são adaptadas para pessoas com deficiência. Já a mudança da Vila Nazaré será para um loteamento a ser construído na Zona Norte. Três áreas estão em processo de desapropriação para receber 1.322 famílias. O projeto tem por objetivo a melhora da qualidade de vida e o aumento dos índices socioeconômicos dessas comunidades, oportunizando um futuro melhor e com perspectivas de crescimento.

**Ilustrações 32 e 33** - Loteamento destinado aos moradores da Vila Dique em Porto Alegre.



Imagens retiradas do portal da PMPA.

m) Duplicação da Avenida Tronco: além das melhorias na mobilidade urbana, o projeto de duplicação da Avenida Tronco traz aliado a recuperação urbano-ambiental de uma ampla área de vulnerabilidade social da cidade, através da construção de edifícios ao longo da via para transferência de cerca de 1,5mil famílias a fim de reassentar a população que hoje ali habita no eixo da via traçada.

Os dois casos citados acima faziam parte da Matriz de responsabilidade de Porto Alegre. Porém, existe ainda um terceiro caso na cidade de desapropriação em grande escala, que é o da comunidade residente ao lado do Estádio Beira-rio. Residiam nesse local cerca de 50 famílias, pertencentes à chamada “Ocupação 20 de novembro”. Para que as obras estádio avançassem, se fazia necessária à retirada desses moradores.

**Ilustrações 34 e 35 - Comunidade residente ao lado do Estádio Beira-rio em Porto Alegre.**



Imagens registradas pelo autor (17/11/2011).



Dessa maneira, estava constituído o plano inicial das obras a serem finalizadas em Porto Alegre até a Copa do Mundo de 2014. Essas alterações centrais componentes do projeto, aliadas as promessas de melhorias nos setores de energia, telecomunicações, segurança, saúde e turismo, além da crença de desenvolvimento econômico e da divulgação de uma imagem positiva de Porto Alegre para o exterior, criavam um cenário de otimismo com a vinda do evento para a capital gaúcha. Porém, o que se viu na sequência não foi exatamente o que se esperava. No próximo tópico serão apresentados alguns aspectos que tem o intuito de ilustrar a realidade vivida por Porto Alegre nos anos de preparação para o evento.

### 5.1 DO SONHO À REALIDADE: DO PLANEJAMENTO À EXECUÇÃO

Quando da assinatura da Matriz de Responsabilidades porto-alegrense, em janeiro de 2010, Porto Alegre contava não apenas com a certeza de que seria uma das doze subdeses do evento principal, a Copa do Mundo FIFA, mas sim, contava também com o indicativo de que poderia ser uma das seis subdeses do evento menor, interligado ao megaevento de 2014, a Copa das Confederações de 2013. Portanto, a cidade trabalhava inicialmente com um prazo mais enxuto para a finalização das obras, mais especificamente as obras condicionantes para a realização desse evento de menor porte, que eram a reforma do estádio para a realização dos jogos e a consequente adequação do seu entorno. Dessa maneira, até Porto Alegre ser definitivamente excluída dessa competição, no dia 20 de outubro de 2011 em uma cerimônia<sup>4</sup> da FIFA em Zurich, na Suíça, todo o foco, principalmente da mídia, estava voltado para o imbróglia entre o Sport Club Internacional e a empreiteira Andrade Gutierrez na reforma do estádio Beira-rio, conflito esse que se estendeu de maio de 2011 até a assinatura do contrato entre as duas partes no dia 19 de março de 2012, período em que as obras estiveram totalmente paralisadas, sendo esse o principal motivo apontado para a não escolha de Porto Alegre como subdesede da Copa das Confederações de 2013.

Durante o mesmo período, as obras de mobilidade urbana e no aeroporto pouco avançaram na cidade, inclusive a maioria sequer saindo do papel. A defasagem no cronograma se tornava cada vez mais gritante aos olhos mais atentos. Com a aparente resolução da questão do estádio Beira-rio, o foco agora se voltava todo para as demais obras

---

<sup>4</sup> Cerimônia de anúncio das cidades-sede e do calendário de jogos da Copa das Confederações FIFA 2013 e da Copa do Mundo FIFA 2014, realizada em Zurich, na Suíça. Porto Alegre recebeu a confirmação de que estava fora da Copa das Confederações e de que seria sede de 5 jogos da Copa do Mundo (4 da fase de grupos e 1 das oitavas-de-final).

na cidade. Porém, a gestão municipal adotava ainda nesse momento o discurso que seria viável o término de todas as obras até o mundial. Em dezembro de 2012, o Ministério do Esporte apresentou o chamado 4º Balanço de Ações para a Copa (referentes ao 1º ciclo) para a cidade-sede Porto Alegre. A seguir apresentarei alguns dados retirados desse balanço que retratam a situação das obras em Porto Alegre nesse momento.

**Tabela 10** - Distribuição dos investimentos em Porto Alegre, agrupados por tema.

Tema de atuação	Valores aproximados (em R\$ milhões)				Total
	Financiamento Federal	Orçamento Federal	Recursos Locais	Recursos Privados	
Mobilidade Urbana	427,0	0,0	495,0	0,0	922,0
Estádios	277,0	0,0	0,0	53,0	330,0
Aeroportos	0,0	351,0	0,0	0,0	351,0
<b>Total</b>	<b>704,0</b>	<b>351,0</b>	<b>495,0</b>	<b>53,0</b>	<b>1.603,0</b>

Tabela adaptada do Ministério do Esporte (2012).

**Ilustração 36** – Quadro do cronograma das obras de Porto Alegre, atualizado em dezembro de 2012 (continua na próxima página).

<b>Duplicação da Avenida Tronco</b>
Início das Obras: maio de 2012
Conclusão das Obras: maio de 2014
Realizado até dezembro de 2012: 14,2% das obras
<b>Obras de Arte na 3ª Avenida Perimetral</b>
Início das Obras: maio de 2012
Conclusão das Obras: maio de 2014
Realizado até dezembro de 2012: 2,3% das obras
<b>Duplicação da Avenida Beira-Rio / Corredor da Avenida Padre Cacique</b>
Início das Obras: março de 2012
Conclusão das Obras: maio de 2014
Realizado até dezembro de 2012: 9,2% das obras
<b>BRT Avenida Protásio Alves e Terminal Manoel Elias</b>
Início das Obras: março de 2012
Conclusão das Obras: maio de 2014
Realizado até dezembro de 2012: 5,6% das obras
<b>BRT João Pessoa e Terminal Azenha</b>
Início das Obras: setembro de 2012
Conclusão das Obras: maio de 2014
Realizado até dezembro de 2012: 0,4% das obras
<b>Corredor da Rua Voluntários da Pátria e Terminal de ônibus São Pedro</b>
Início das Obras: julho de 2012
Conclusão das Obras: maio de 2014

Realizado até dezembro de 2012: 1,5% das obras
<b>Prolongamento da Avenida Severo Dullius</b>
Início das Obras: fevereiro de 2013
Conclusão das Obras: março de 2014
Realizado até dezembro de 2012: obras não iniciadas
<b>Complexo da Rodoviária (Viaduto e Estação Especial da Rua Conceição)</b>
Início das Obras: agosto 2012
Conclusão das Obras: março 2014
Realizado até dezembro de 2012: 7,2% das obras
<b>BRT Bento Gonçalves e Terminal Antônio de Carvalho</b>
Início das Obras: março de 2012
Conclusão das Obras: maio de 2014
Realizado até dezembro de 2012: 8,0% das obras
<b>Entorno do Beira-rio: 3 vias de acesso</b>
Início das Obras: dezembro de 2012
Conclusão das Obras: dezembro de 2013
Realizado até dezembro de 2012: obras não iniciadas
<b>Estádio Beira-rio</b>
Início das Obras: julho de 2010
Conclusão das Obras: dezembro de 2013
Realizado até dezembro de 2012: 52,5% das obras
<b>Monitoramento dos corredores de ônibus</b>
Início das Obras: outubro de 2012
Conclusão das Obras: abril de 2014
Realizado até dezembro de 2012: sem medição
<b>Aeroporto Salgado Filho – Terminal de Passageiros e Pátio de Aeronaves</b>
Início das Obras: janeiro de 2013
Conclusão das Obras: dezembro de 2013
Realizado até dezembro de 2012: obras não iniciadas
<b>Aeroporto Salgado Filho – Módulo Operacional</b>
Início das Obras: maio de 2011
Conclusão das Obras: janeiro de 2012
Realizado até dezembro de 2012: 100% das obras

Dados retirados do Ministério do Esporte (2012).

Comparados com o cronograma inicial da Matriz de Responsabilidades de Porto Alegre, os dados apresentados pelo Ministério Esporte em dezembro de 2012, menos de dois anos antes do mundial, nos mostram o efetivo atraso nas obras da capital. Os prazos de início das obras foram postergados e os prazos de entrega se tornavam cada vez mais exprimidos, tendo suas finalizações previstas em sua grande maioria para um mês antes da Copa de 2014. Essas alterações nas obras e nos compromissos da cidade foram consolidadas em uma

segunda versão da Matriz de Responsabilidades (Anexo II), firmada em abril de 2013. Quanto ao atraso nas obras, o gestor público entrevistado (GP1) entende que:

(...) Sim atrasaram muitas obras, mas o serviço público é complicado, a burocracia é muito complicada e sempre tem algum detalhe ou alguma coisa que não tá de acordo e aí para a obra, ou atrasa a obra (...) (GP1).

Todo esse contexto desfavorável, em boa parte criado pelo poder público, gerou uma pressão para que fosse dada continuidade às obras da forma mais acelerada possível, pois a verba estava disponível e a responsabilidade por um possível fracasso na execução dos projetos cairia sobre a gestão municipal. E essa constrição nos prazos teve reflexo direto nas comunidades atingidas pelas obras da Copa, afinal, o terreno precisava ser “limpo” para que os projetos saíssem do papel.

A primeira comunidade a vivenciar esse processo integralmente foi a residente ao lado do estádio Beira-rio, a chamada “Ocupação 20 de novembro”. Com o retorno das obras no estádio, a pressão para a saída das famílias aumentou, e foi estabelecido o final do mês de abril de 2012 como data limite para saída desses moradores. Segundo o *blog* pertencente a essa comunidade, desde 2008, o Movimento Nacional de Luta pela Moradia vinha construindo uma alternativa de reassentamento para as famílias, que seria a reforma de um prédio pertencente à União, no centro da cidade. O repasse do prédio para este fim já estava garantido junto ao Governo Federal, no entanto a reforma dependia da prefeitura de Porto Alegre. A reforma ainda não havia sido iniciada e os prazos das obras da Copa forçaram as famílias a deixarem o local antes da conclusão. Apesar de o prefeito ter se comprometido com o assentamento definitivo das famílias nesse prédio, os “agentes comunitários” do DEMHAB pressionaram as famílias a deixar o local imediatamente sem nenhuma garantia do reassentamento no local indicado.

O Poder Municipal apresentou como alternativa o bônus moradia no valor de R\$52 mil, e algumas famílias que avaliaram não ter perfil para residir em apartamento optaram pelo bônus. No entanto, com este valor só conseguiram adquirir imóveis fora de Porto Alegre ou em regiões afastadas do centro, sua região de referência. Porém, a maioria das famílias decidiu que já que a única alternativa seria o aluguel social, gostariam de alugar um prédio para manter-se juntas e seguir seu processo de organização. Contudo, o aluguel que a prefeitura disponibilizava era no valor de apenas R\$500,00, os contratos eram assinados em nome das famílias e o “calção” (valor que o locatário pede como garantia) era de responsabilidade da família. Sendo assim, ficava inviável a locação de um prédio na região

central, onde as famílias trabalhavam e as crianças estudavam. Dessa maneira, houve uma dispersão dos moradores pela cidade, mas a articulação entre os mesmo foi mantida, de forma que a pressão sobre a prefeitura continuou forte. Depois de muita mobilização e disputa, foi apresentado no dia 24 de fevereiro de 2013, aproximadamente um ano após a saída das famílias do entorno do estádio, o Projeto Habitacional do Assentamento 20 de Novembro, conforme ilustração retirada do *blog* do FERU/RS:

**Ilustração 37** - Convocação para a apresentação do Projeto Habitacional do Assentamento 20 de Novembro.



Imagem retirada do *blog* do FERU/RS (22/03/2013).

Outras comunidades que experimentaram as agruras desse processo foram as das Vilas Dique e Nazaré, localizadas nas proximidades do Aeroporto Salgado Filho. Estão envolvidos no projeto de ampliação da pista do aeroporto o Governo Federal (INFRAERO) e o município de Porto Alegre. Ao município cabe a retirada das famílias das áreas de incidência direta das obras. Segundo informação retirada do *blog* do FERU/RS são atingidas diretamente 1.479 famílias na Vila Dique. O projeto de reassentamento foi apresentado em conjunto com a Vila Nazaré. Ao todo serão transferidas 2.770 famílias considerando as duas comunidades. O projeto registrado junto à Caixa Econômica Federal chama-se “Produção habitacional para viabilizar a urbanização na Vila Nazaré, com área de Intervenção na Vila Dique e na Vila Nazaré”, cujo contrato de repasses é o de nº 218814-40/2007.

Para a Vila Dique foi definido como destino o empreendimento denominado Loteamento Bernardino da Silveira. O loteamento localiza-se na Av. Bernardino da Silveira, 1915, no Bairro Rubem Berta. A transferência iniciou-se em outubro de 2009. Em janeiro de 2010 a obra já sofria auditoria do Tribunal de Contas da União na qual foram identificadas

várias irregularidades. Até julho de 2012 foram transferidas 798 famílias. Em setembro do mesmo ano ainda faltavam ser transferidas mais de 600 famílias. Ou seja, transcorridos quase três anos foram transferidas praticamente 50% das famílias. Além disso, segundo informação retirada do *blog* do CPC Poa, o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH), da Secretaria dos Direitos Humanos da Presidência da República, em visitas a comunidade nos dias 25 e 26 de setembro de 2012, elaborou um relatório que apontava diversas irregularidades no local de reassentamento destinado aos moradores transferidos. Alguns dos apontamentos desse relatório estão descritos a seguir:

- a) Ausência de escola e creche;
- b) O posto de saúde foi inaugurado, porém atende de forma precária à população;
- c) Baixa qualidade das construções;
- d) Portadores de necessidades especiais instalados em casas não adaptadas;
- e) Algumas casas adaptadas encontram-se isoladas das demais;
- f) Moradores acumulam dívidas referentes aos custos com a nova casa e já ocorrem despejos;
- g) Aproximadamente 150 famílias viviam da coleta de material reciclável e utilizavam carrinho ou carroça para tal atividade, e aguardam a instalação de um estábulo prometido pelo DEMHAB para que consigam retomar as atividades;
- h) Foram constatados problemas relacionados ao sistema de esgoto. Em junho de 2012 crianças foram observadas brincando em meio ao esgoto a céu aberto.
- i) Mais de 600 famílias permanecem no local de origem (Vila Dique), onde muitos serviços foram retirados deixando a população com mais dificuldades de acesso à energia elétrica, água, coleta de lixo e atendimento no posto de saúde;

Quanto a Vila Nazaré, até esse momento nada havia sido feito e nenhuma família havia sido realocada. O que se tinha era o compromisso da prefeitura e do DEMHAB, por meio da assinatura da ordem de início para as obras de infraestrutura dos loteamentos da Vila Nazaré, no dia 2 de abril de 2012.

A Vila Nazaré é uma ocupação irregular formada há mais de 30 anos na Avenida Sertório. Para reassentar as mais de 1,2mil famílias, a prefeitura desapropriou duas áreas nas ruas Senhor do Bonfim e Irmãos Maristas. Os loteamentos teriam toda a infraestrutura básica (redes de abastecimento de água e esgotos, de energia elétrica, ruas pavimentadas), além de equipamentos comunitários. Nas obras de infraestrutura, seriam investidos cerca de R\$34 milhões. A construção das unidades habitacionais seria realizada com recursos do Programa Minha Casa, Minha Vida<sup>5</sup> (PMCMV).

**Ilustração 38** - Loteamento destinado aos moradores da Vila Dique em Porto Alegre.



Imagem retirada do portal da PMPA.

Quanto ao reassentamento dos moradores afetados pela Avenida Tronco, os números apresentados pelo 4º Balanço de Ações para a Copa indicavam que em dezembro de 2012, 150 imóveis já haviam sido desocupados e suas famílias reassentadas, 58 processos se encontravam em análise e 1.321 em negociação. Esse caso receberá uma atenção especial na

---

<sup>5</sup> O objetivo do Programa é a produção de unidades habitacionais, que depois de concluídas são vendidas sem arrendamento prévio, às famílias que possuem renda familiar mensal até R\$1,6mil.

sequência do trabalho, onde será feito o detalhamento de todos os pontos que envolvem essa questão.

Toda essa conjuntura de fatores emergentes em consequência da organização do megaevento, aliada as disputas já existentes em Porto Alegre, gerava um clima de tensão na cidade nos anos de 2012 e 2013, mas que ainda não era absorvido pela população em geral. Foi então que Porto Alegre vivenciou uma onda de manifestações iniciadas em junho de 2013, e esse momento se tornou propício para que essas comunidades escancarassem seus problemas.

As manifestações de 2013 tiveram muitas pautas e agentes, e por isso é difícil produzir um resumo sobre as mesmas. Pode-se afirmar que elas tiveram pelo menos duas fases, embora isso não tenha ocorrido em todas as cidades. Na primeira fase tinha como pauta principal a mobilidade urbana, e foi articulada com base no calendário anual de aumento no preço do transporte público. Saíram às ruas estudantes com vinculação a partidos de esquerda e a diversos coletivos, mas que não se reivindicavam como movimentos sociais, sendo alguns deles inclusive estreantes na cena pública. A princípio os gastos com a organização da Copa de 2014 não tinham maior visibilidade nos protestos, porém, em São Paulo e no Rio de Janeiro, houve um adiamento na data da elevação dos preços das passagens de março para junho, e a mobilização contra tal acréscimo se deu em meio à Copa das Confederações. O que era para ser um evento futebolístico apenas acabou incorporando elementos de contestação, e o que era para ser uma manifestação, se tornou uma festa, intensificando as reivindicações. Um grande contingente de pessoas saiu às ruas para protestar, algumas delas escolhendo uma causa, entre as muitas disponíveis, como transporte público, saúde, educação, corrupção, entre outras. Ficou evidente a não aceitação às tentativas de hierarquização, sendo talvez esse o principal motivo pelo qual não ocorreu a unificação das pautas e nem a identificação de lideranças representativas nas ruas, ou seja, os protestantes obtiveram uma singularidade, confundindo a força policial com seu fluxo constante e sem rumo definido, e não dando a possibilidade para que muitos intelectuais conseguissem interpretar o que estava acontecendo.

E esse foi o espaço ideal para que os problemas das comunidades afetadas pelas obras da copa, que até então estavam disfarçados, aflorassem para restante da população. Em parceria com o Bloco de Luta pelo transporte público em Porto Alegre, os moradores das regiões abaladas se mobilizaram, foram as ruas e explicitaram seus problemas nessa atmosfera tão fortemente divulgada pela mídia. A seguir, trago dois exemplos de mensagens eletrônicas enviadas para o grupo de *e-mails* pertencente ao CPC Poa, que continham material de



divulgação para mobilizações dos moradores do entorno da Avenida Tronco durante a onda de manifestações de 2013.

Ilustração 39 - Material de divulgação para manifestação ocorrida no dia 4 de junho de 2013.



Imagem retirada do e-mail enviado no dia 29 de junho de 2013.

Ilustração 40 - Material de divulgação para mobilização ocorrida no dia 18 de agosto de 2013.

**COMUNIDADE DA AVENIDA TRONCO  
COMITE POPULAR DA COPA  
BLOCO DE LUTAS**  
CONVidam:

**BLOCO DE LUTA**

**MUTIRÃO POR DIREITOS OFICINAS** 10h

**TEATRO ASSEMBLEIA BANDAS** 15h 16h 18h

**18 DE AGOSTO AVENIDA TRONCO**

**AMANHÃ VAI SER**

**Veja a localização das atividades !!!**

Faremos maquinas fotograficas com latas de leite vazias... Traga a sua!!!

**O Passe livre é direito a cidade !!!**

**Participe, venha para a luta !!!**

Teremos oficina de sabão e para isto traga seu Óleo usado para reciclarmos...

**A Muro do Gauchinho**  
Rua Bpo. Laranjeira  
- Grafite - com o Trampo 10h

**B Escola Alberto Bins**  
Rua Gabriel Fialho Camargo  
-Direitos Humanos, violência policial e juventude negra 10h  
-Musica-Percussão  
-Carron e partitura analógica 10h

**C Postão da Cruzeiro**  
Av. Moab Caldas  
-Câmera fotografica de Lata 10h  
-Recreação com Crianças  
-Atividade com as crianças  
-Teatro de bonecos

**D Barracão-União de Vilas**  
Rua Cruzeiro do Sul  
postinho do barracão 10h  
Meio Ambiente, composteira e residuos  
Teatro  
Cambada de teatro em ação direta Levanta Favela 15h  
AssEmBLEiA PoPaLaR 16h

**E Pezi**  
Rua Cruzeiro do Sul  
- Stencil 10h  
- Edu - percussão de sopapo e bonecos  
- Capotira 13h30

**F Rua da ACM**  
Rua Cruzeiro do Sul  
Cinturão Verde e Oleo Legal 10h

**G Igreja Santa Tereza**  
Rua Comandã  
- Assistência Técnica Pública e Gratuita a Famílias de Baixa Renda 10h  
- Dj hiphop

**H QuiLomBo do SoPaPo**  
Av. Capivari  
- Internet LIVRE e Redes Sociais 10h

Imagem retirada do e-mail enviado no dia 13 de agosto de 2013.

Na primeira imagem percebe-se claramente a tentativa de unir essas duas pautas latentes na cidade. Já na segunda nota-se a tentativa de mobilização dentro das próprias comunidades envolvidas, a fim de angariar mais militantes para o litígio.

E esse ambiente de conflito criado na cidade, aliado ao recorrente atraso no cronograma dos projetos para a Copa colaborou fortemente para a última alteração realizada na Matriz de Responsabilidades de Porto Alegre, ocorrida no dia 3 de novembro de 2013. Nessa 3ª versão do documento (Anexo III) foram retiradas dez obras de mobilidade urbana prometidas para o Mundial de 2014, todas as previstas para a cidade. Porto Alegre foi a cidade-sede que mais desistiu de entregar projetos para a Copa. A exclusão, segundo o Ministério do Esporte, foi uma solicitação da Prefeitura de Porto Alegre, responsável pelos projetos. Na tabela a seguir são listadas as obras retiradas da Matriz de Responsabilidades de Porto Alegre, bem como o custo projetado de cada uma delas.

**Tabela 11** - Obras canceladas em Porto Alegre (custos em R\$ milhões).

<b>Obras canceladas em Porto Alegre</b>	<b>Custo das obras</b>
Duplicação da Avenida Tronco	156,0
Obras de Arte na 3ª Perimetral	194,1
Corredor Padre Cacique / Duplicação da Av. Beira Rio	144,3
Monitoramento dos corredores de ônibus	14,4
BRT Protásio Alves e Terminal Manoel Elias	77,9
BRT João Pessoa e Terminal Azenha	64,5
Corredor Rua Voluntários da Pátria e Estação São Pedro	95,3
Prolongamento da Avenida Severo Dullius	83,0
Complexo da Rodoviária	31,5
BRT Avenida Bento Gonçalves e Terminal Antônio Carvalho	52,7

Dados retirados do portal da SECOPA.

Sendo assim, o principal legado difundido pelos gestores públicos porto-alegrenses, o na mobilidade urbana, passava a ficar totalmente desvinculado da realização do evento na cidade. Esse fato pode ser considerado uma grande vitória para os moradores atingidos, que ganharam no mínimo mais tempo para que suas reivindicações fossem pelo menos analisadas. Dessa maneira, além da reforma do Complexo Beira-rio até então corrente, restavam como ações e empreendimentos específicos para a Copa na cidade presentes na última versão da Matriz de Responsabilidades apenas os seguintes itens, listados no Portal de Transparência na Copa em Porto Alegre.

**Tabela 12** - Ações e empreendimentos restantes na Matriz de Responsabilidades de Porto Alegre (custos em R\$ milhões).

<b>Ações e empreendimentos</b>	<b>Custos</b>
Aeroporto Salgado Filho - Implantação do Módulo Operacional	4,95
Aeroporto Salgado Filho - Reforma e Ampliação do Terminal de Passageiros (1ª Fase) e ampliação de Desembarque	58,9
Aeroporto Salgado Filho - Sistema de Pátios e Pistas de Táxi	23,7
Ações na Infraestrutura do Turismo	12,78
Entorno Estádio Beira-rio: 3 vias de acesso	8,0
Projeto de Pavimentação do entorno do Beira-rio	7,9

Informações retiradas do portal da Transparência na Copa em Porto Alegre.

Segundo o mesmo portal, dentre as obras que permaneceram na Matriz, apenas a Implantação do Módulo Operacional do Aeroporto Salgado Filho foi totalmente finalizada até o evento em 2014. O Projeto de Pavimentação do entorno do Beira-rio, bem como as 3 vias de acesso para o estádio foram parcialmente completadas. As demais ações não foram concluídas até o evento, não tendo previsão para seus termos. Além disso, no final da preparação da cidade, atrelado ao cronograma apertado na reforma do Beira-rio, veio à tona o problema envolvendo o custeio das ditas “estruturas temporárias”, que são aparatos que envolvem questões como tecnologia da informação, área de imprensa, segurança, tendo suas despesas relacionadas à construção de passarelas, tendas, gastos com mobiliário, iluminação, cercas e assentos, entre outros. O custo dessas despesas girava em torno de R\$30 milhões.

O infortúnio começou quando o Sport Club Internacional se posicionou dizendo que não teria recursos para pagar as obras complementares pedidas pela FIFA, mesmo sendo responsável por contrato por tais despesas. Com o impasse, a solução veio com o investimento do Governo Estadual, através da aprovação de um projeto de lei que isentava em R\$25 milhões do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) as empresas que decidissem bancar as estruturas a serem construídas nas dependências do Beira-Rio. Para completar os R\$30 milhões necessários, a Prefeitura de Porto Alegre se comprometeu a colaborar comprando equipamentos, como geradores e ar condicionados, que poderiam ser reutilizados depois da Copa. Segundo o gestor público ouvido (GP1) “o estado receberá de volta mais de R\$3,5 milhões em materiais que foram usados, como lixeiras, carpetes, divisórias, portas, entre outros”.

Em linhas gerais, essa foi a preparação da cidade de Porto Alegre para o megaevento. O resultado final, comparado ao planejamento inicial, ficou muito distante do previsto, sendo o processo não conduzido da forma mais adequada e efetiva. Quanto à realização da Copa,

uma análise superficial indica êxito operacional durante os jogos na cidade. Quanto ao que fica para a cidade após a Copa do Mundo FIFA, o chamado legado, serão discutidos alguns pontos e serão apontadas algumas perspectivas para a cidade na seção posterior.

## 5.2 O LEGADO: A COPA PASSOU E O QUE FICOU?

O primeiro ponto a ser analisado quando se fala em legado de megaeventos esportivos é o dos estádios/arenas construídos ou reformados para os jogos. Nesse quesito, tanto a reforma do Estádio Beira-rio quanto a construção da nova Arena do Grêmio nos parecem benéficas, pois, apesar de receberem incentivos fiscais, são obras de cunho privado e possibilitam o crescimento de dois clubes que são um patrimônio esportivo e cultural da cidade e que levam o nome de Porto Alegre para o mundo. No entanto, segundo argumentação do Doutor em Antropologia Social, Arlei Sander Damo, realizada no evento “A Copa: Impactos dos Grandes Eventos” no dia 29 de maio de 2014, “as novas arenas vão exibir um perfil de público elitizado, que escancaram um projeto de nação excludente”. Segue um trecho da fala do gestor público entrevistado que vai ao encontro do que foi dito.

(...) a gente tem dois equipamentos de primeiro mundo, coisas que são importantes para gente, agora nós temos que trabalhar pra ver como é que a população de baixo poder aquisitivo vai poder entrar nesses estádios (...) (GP1).

A Arena do Grêmio, inaugurada no dia 8 de dezembro de 2012, não sediou jogos da Copa, sendo utilizada como campo de treinamento apenas por três das seleções nacionais que atuaram em Porto Alegre. Mesmo assim, estava presente dentre as obras específicas para o evento, sendo também desencadeadora do processo de valorização imobiliária cuja infraestrutura viária está sendo provida através dos financiamentos para a Copa. A obra inicialmente presente na Matriz de Responsabilidades era a implantação do Corredor da Avenida Voluntários da Pátria e do Terminal São Pedro. O projeto previa somente a duplicação da avenida, mas com a aprovação de novos recursos ocorreu à inclusão de outros itens que qualificavam o entorno da Arena e levavam infraestrutura até os empreendimentos vinculados à construção do estádio.

Atrelado à construção surge um legado negativo que deveria ser evitado, mas que dificilmente será controlado, que é o que se dará na Vila Santo André. Essa comunidade se

localiza na Avenida dos Estados - Bairro Humaitá -, muito próximo a Arena do Grêmio. Na Vila Santo André residem aproximadamente 700 famílias há mais de 40 anos. Nesse tempo a demanda da comunidade sempre foi por infraestrutura, garantia das posses e equipamentos públicos (*blog FERU/RS*, 2013). As moradias também são bastante precárias. Mesmo diante dessa demanda reprimida há décadas, a principal intervenção que se fez presente na região e que não tem caráter de utilidade pública foi a da construção da Arena do Grêmio. Nesse contexto, observa-se o Bairro Humaitá como um dos focos do mercado imobiliário de Porto Alegre. Essa região, que além da Vila Santo André, apresenta outras comunidades de baixa renda como a Vila Liberdade, Beco X e Vila Esperança, está a muitas décadas lutando pelo direito à moradia através da qualificação das suas casas, da qualificação urbana de suas comunidades e da garantia das suas posses (*blog FERU/RS*, 2013). No entanto, essas comunidades estão ameaçadas pelo chamado “deslocamento indireto”, visto que não se observam políticas públicas traduzidas em ações e investimentos em moradia, regularização fundiária e qualificação urbana direcionada a garantir “cidade” para essas famílias. Esse é um caso claro de deslocamento indireto causado em parte pelas obras vinculadas à Copa. Esse fenômeno provavelmente acontecerá também em outras regiões de Porto Alegre, inclusive naquelas em que os deslocamentos diretos aconteceram ou acontecerão.

Retomando os casos mais específicos de realocações citados anteriormente, as vésperas do encerramento da Copa do Mundo FIFA 2014, a Secretaria Geral da Presidência da República, em parceria com o Ministério das Cidades e a Caixa Econômica Federal, apresentou um documento com as informações referentes a todas as desapropriações e deslocamentos involuntários<sup>6</sup> causados pela Copa do Mundo FIFA 2014 em todas as subsedes brasileiras (Anexo IV). Na ilustração 41, são exibidos os dados referentes à Porto Alegre presentes nesse documento. Cabe ressaltar que Porto Alegre, segundo esses dados, foi a cidade que mais sofreu com desapropriações em decorrência da Copa do Mundo FIFA.

---

<sup>6</sup> Definição de deslocamentos involuntários para a Secretaria Geral da Presidência da República: alteração compulsória do local de moradia ou de exercício de atividades econômicas, provocado pela execução de obras e serviços de engenharia e arquitetura, melhorando a qualidade de vida e assegurando o direito à moradia das famílias afetadas.

**Ilustração 41** - Quadro das desapropriações e deslocamentos involuntários causados pela Copa do Mundo em Porto Alegre.

<b>Obras</b>	<b>Residências atingidas</b>	<b>Imóveis comerciais / terreno / outros</b>	<b>Total</b>
Reforma do Aeroporto Salgado Filho	1.476	0	<b>1.476</b>
Duplicação da Avenida Tronco	1.669	180	<b>1.849</b>
Corredor de ônibus da Av. Padre Cacique / Duplicação da Avenida Beira-rio	57	15	<b>72</b>
BRT Avenida Protásio Alves e Terminal Manoel Elias	0	1	<b>1</b>
BRT João Pessoa e Terminal Azenha	0	0	<b>0</b>
Corredor da Rua Voluntários da Pátria e Terminal de ônibus São Pedro	0	63	<b>63</b>
Prolongamento da Avenida Severo Dullius	0	9	<b>9</b>
Complexo da Rodoviária (Viaduto e Estação Especial da Rua Conceição)	0	2	<b>2</b>
BRT Bento Gonçalves e Terminal Antônio de Carvalho	6	0	<b>6</b>
Entorno do Beira-rio: 3 vias de acesso	10	0	<b>10</b>
<b>Total</b>	<b>3.218</b>	<b>270</b>	<b>3488</b>

Informações retiradas do relatório da Secretaria Geral da Presidência da República (2014).

Ao contrário dos dados oficiais apresentados pelo Governo Federal, a Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa (ANCOP) apresentou elementos que vão de encontro à informação que foi de 10.804 o número de famílias atingidas pelas obras da Copa em todo o Brasil, o que representaria 35.653 pessoas<sup>7</sup> afetadas. Segundo essa organização popular os números são muito mais elevados, e girariam em torno de 250mil pessoas. Para a ANCOP, os dados do governo maquam a verdadeira situação, e não incluem questões como: as diversas mudanças na Matriz de Responsabilidades e as obras não vinculadas diretamente ao megaevento; as vitórias das comunidades em luta, que impediram diversas outras desapropriações; as obras para os Jogos Olímpicos de 2016, mais especificamente na cidade do Rio de Janeiro; dentre outras. No caso de Porto Alegre, apresentamos a seguir um quadro, retirado do *blog* do CPC Poa, com os dados atualizados no dia 11 de julho de 2014, sobre o

<sup>7</sup> Estimativa de 35.653 pessoas atingidas por deslocamentos utilizando-se como base o número de 3,3 pessoas por família, conforme o IBGE, 2010.

número de pessoas afetadas pelas obras relacionadas ao megaevento na cidade.

**Ilustração 42** - Quadro do número de famílias afetadas nas comunidades atingidas pelas obras da Copa.

<b>Comunidades</b>	<b>Total de famílias atingidas</b>	<b>Nº de famílias já removidas/reassentadas</b>	<b>Ações públicas</b>
Vila Dique	1.476	922	Remoção/reassentamento para o Conjunto Habitacional Porto Novo.
Vila Nazaré	1.291	Nenhuma até o momento	Remoção/reassentamento
Atingidos pela duplicação da Avenida Tronco	1.525	708	Bônus moradia, aluguel social e indenizações.
Ocupação 20 de Novembro	50	50	Bônus moradia e aluguel social.
Atingidos pelo Programa Integrado Sócio Ambiental (PISA)	1.680	910	Remoção/reassentamento, bônus moradia e regularização fundiária.
<b>Total</b>	<b>6.022</b>	<b>2.590</b>	

Informações retiradas do *blog* do CPC Poa (11/07/2014).

É importante destacar que o PISA, citado na ilustração 42, vem de uma experiência de reassentamentos subsidiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e não faz parte das obras para a Copa diretamente. Porém, foi impulsionado por representar a alternativa encontrada para suprir a deficiência em saneamento identificada no “Relatório de Análise de Infraestrutura das Cidades Candidatas à Copa do Mundo FIFA Brasil 2014” realizado pela ABDIB.

Quanto ao caso da Vila Dique, os números atualizados demonstrados pelo governo e os números trazidos pela ANCOP informam que do total de 1.476 famílias, 922 já foram transferidas para o Conjunto Habitacional Porto Novo. As 554 restantes, segundo o Governo Federal, serão reassentadas assim que as novas moradias forem concluídas. Porém, a realidade vivida vai muito além dos números apresentados. A Vila Dique continua em “ebulição”. No dia 18 de julho de 2014, a comunidade realizou um ato para reivindicar respostas do poder público ao abandono e às violações de direitos a que estão submetidos. Na sequência, exponho uma imagem dessa manifestação (Ilustração 43).

**Ilustração 43** - Manifestação dos moradores da Vila Dique no dia 18 de junho de 2014.



Imagem retirada do *blog* do CPC Poa (19/07/2014).

A reivindicação é basicamente voltada para a melhoria das condições dos moradores que ainda não foram realocados, cerca de 600 famílias. Segundo as informações retiradas do *blog* do CPC Poa, o governo retirou da comunidade todos os equipamentos públicos e, depois da desistência da realização da obra, deixou a população esquecida. Crianças, idosos e trabalhadores se mobilizaram para chamar atenção da população e do governo para esse abandono. A manifestação reuniu cerca de 200 pessoas.

E nesse momento chamo a atenção para um legado inesperado que possa ter surgido também em decorrência da Copa do Mundo no Brasil, e mais especificamente em Porto Alegre. Se por um lado o legado social através da melhoria das condições de vida dessas pessoas parece não ter sido concretizado, talvez outro legado tenha sido potencializado, que é o legado na organização popular e na articulação entre os diversos atores sociais de resistência na cidade. Dessa maneira, tais questões, como a citada acima, vem ganhando maior visibilidade da população em geral, talvez não ainda da maneira ideal, mas com certeza maior no pós-copa do que antes do megaevento. São apresentados a seguir dois exemplos que retratam esse fomentado poder de articulação. O primeiro mostra a capacidade de articulação a nível nacional, por meio da ANCOP e dos Comitês Populares da Copa, em conjunto com o Bloco de Luta pelo Transporte Público, que organizaram um evento denominado “dia internacional de lutas contra a Copa da FIFA”, que foi realizado no dia 15 de maio de 2014.



Em Porto Alegre, a concentração se deu na prefeitura de Porto Alegre. A seguir é trazida uma imagem que ilustra a convocatória para tal evento.

**Ilustração 44** - Material de divulgação para manifestação ocorrida no dia 5 de maio de 2014, em Porto Alegre.



Imagem retirada do *blog* do CPC Poa (14/05/2014).

O segundo exemplo mostra como os problemas sociais de Porto Alegre ficaram mais evidenciados, uma vez que as comunidades e entidades populares aumentaram sua capacidade de articulação. Através dessa unidade coletiva várias ações puderam ser realizadas. Uma amostra desse fenômeno se dá com o lançamento, na noite do dia 24 de junho de 2014, do documentário “A Copa que o mundo perdeu em Porto Alegre”, uma parceria entre o Comitê Popular da Copa, a ONG Amigos da Terra e o Coletivo Catarse. Segundo informações do *blog* do CPC Poa, o documentário de 22 minutos foi produzido indiretamente ao longo dos últimos quatro anos, já que conta com diversas filmagens de arquivo, e mostra a situação de quatro comunidades atingidas por remoções forçadas em Porto Alegre: a Vila Cruzeiro, a Vila Dique, o Morro Santa Tereza e a Vila Icaraí II.

Quanto aos moradores da Vila Nazaré, mesmo com a ordem de início para as obras de infraestrutura dos loteamentos destinados aos moradores, no dia 2 de abril de 2012, nada de concreto foi realizado. A última promessa divulgada ocorreu no dia 26 de março de 2014, com a assinatura do contrato de construção de 1.300 unidades habitacionais na Rua Irmãos Maristas, no bairro Mário Quintana. Este é um dos loteamentos que deverá reassentar parte da Vila Nazaré. Na área, de propriedade do DEMHAB, está sendo implantada a infraestrutura do local. A partir da assinatura do contrato, a empresa responsável teria um prazo de até noventa

dias para finalizar os ajustes e, logo a seguir, iniciar as obras. No entanto, conforme informa a ilustração 42, nenhuma família foi realocada até o dia 11 de junho de 2014.

Quanto aos moradores afetados pela duplicação da Avenida Tronco, conforme citado anteriormente, tal tema será abordado mais detalhadamente no tópico posterior (6). Neste momento serão apresentados apenas alguns trechos retirados das respostas dos entrevistados referentes à questão: “Em sua opinião, quais são as implicações da realização da Copa do Mundo de Futebol de 2014 para a cidade Porto Alegre?”. Os trechos pertencem às falas dos líderes comunitários (LC) e dos representantes de outras entidades (ROE). Dessa maneira, se pode ter um breve apanhado de como as pessoas envolvidas com o processo de realocação dos moradores do entorno da Avenida Tronco enxergam a Copa do Mundo na cidade de Porto Alegre. As respostas seguem basicamente duas linhas, uma de que as obras de mobilidade urbana podem representar um avanço na cidade, a outra de que para que tais obras se realizem não estão sendo respeitados os direitos sociais adquiridos, e que esse fato se reflete principalmente nas comunidades menos abastadas da cidade. A sequência de falas demonstrada a seguir serve para ilustrar essas visões.

(...) a minha visão é bastante crítica, eu acho que a gente teve obras que ofenderam o Plano Diretor da cidade, que pela nossa Constituição Federal é o instrumento básico da política de desenvolvimento urbano (...) (ROE1);

(...) relativizar a ordem urbanística, relativizar leis de licitações, diminuir as possibilidades de controle social sobre esses eventos, impor uma decisão de cima para baixo, tudo isso para mim parece um retrocesso (...) (ROE1);

(...) eu acho que na relação custo social e benefício é bastante questionável (...) (ROE1);

(...) a gente nunca disse que era contra a copa ou contra qualquer tipo de mobilidade, construção né, a gente só queria que os nossos direitos fossem respeitados, e não estão sendo respeitados, então a Copa do Mundo não vai trazer nenhum benefício para o Brasil (...) (LC3);

(...) só que em nenhum momento a Prefeitura, a FIFA, quem estava trazendo a Copa do Mundo para o Brasil pensou, tá, essas obras tem que serem feitas, mas no contexto na cidade de Porto Alegre, como é que a gente vai fazer elas sem impactar de uma maneira mais radical as pessoas que vivem aqui e que construíram essa cidade (...) (LC4);

(...) a Copa do Mundo ela veio para Porto Alegre para acabar com a vida de muitas famílias que novamente são as famílias da classe trabalhadora que moram na periferia (...) (LC4);

(...) é um legado de expulsão dos pobres para a periferia urbana (...) (LC1);

(...) eu não tenho dúvida de que os investimentos de mobilidade são um legado, embora nenhuma, ou quase nenhuma obra fique pronta para a copa de fato (...) (LC1);

(...) a parte positiva, posso citar próximo aqui como a grande obra, a elevada na Avenida Bento Gonçalves da igreja São Jorge, um projeto que estava no papel e que a prefeitura não tinha dinheiro para fazer (...) (ROE2);

(...) obra que não muda a matriz energética, que não incentiva o cara a largar o carro para usar o transporte público né, então não é uma solução de fato para os problemas da cidade (...) (LC1).

Nessa perspectiva, aliados as necessidades do evento aparecem os interesses da cidade, que possuem anseios e princípios que norteiam sua planificação urbana, e devem ser respeitados para que o processo de transformação da cidade seja exitoso. Dentre as estratégias para o desenvolvimento urbano contidas no Plano Diretor de Porto Alegre, destacam-se os seguintes itens, no que se refere à mobilidade urbana:

I - prioridade ao transporte coletivo, aos pedestres e às bicicletas;

II - redução das distâncias a percorrer, dos tempos de viagem, dos custos operacionais, das necessidades de deslocamento, do consumo energético e do impacto ambiental;

III - capacitação da malha viária, dos sistemas de transporte, das tecnologias veiculares, dos sistemas operacionais de tráfego e dos equipamentos de apoio - incluindo a implantação de centros de transbordo e de transferência de cargas;

IV – Plano de Transporte Urbano Integrado, compatível com esta Lei Complementar, integrado à Região Metropolitana;

V - resguardo de setores urbanos à mobilidade local;

VI - estímulo à implantação de garagens e estacionamentos com vistas à reconquista dos logradouros públicos como espaços abertos para interação social e circulação veicular.

VIII – desenvolvimento de sistema de transporte coletivo de passageiros por via fluvial, aproveitando as potencialidades regionais.

(Plano Diretor de Porto Alegre, parte 1, capítulo II, art. 6º).

Nota-se ao longo do texto, que a mobilidade urbana sempre foi um dos eixos centrais do projeto porto-alegrense para a Copa. Porém, todas as obras estão voltadas para melhorias

nas condições de trânsito de veículos automotivos, sejam particulares ou coletivos. Um meio de transporte ainda pouco difundido na capital e que já se mostrou exitoso em outros países é a bicicleta. No Plano Diretor de Porto Alegre, uma das estratégias para o desenvolvimento urbano, no que se refere à mobilidade urbana, preconiza a construção de:

V - Ciclovias com características geométricas e infraestruturais próprias ao uso de bicicletas.

(Plano Diretor de Porto Alegre, parte 1, capítulo II, art. 9º).

Sendo assim, Porto Alegre poderia utilizar as modificações estruturais provocadas pela Copa do Mundo para fomentar a utilização desse meio de transporte. Algumas ações já vêm ocorrendo, mas ainda longe da quantidade necessária. Caso ocorressem da maneira ideal, à longo prazo, poderiam colaborar para desafogar o tráfego de carros e de ônibus na cidade, diminuindo a emissão de gases poluentes, além de promover um estilo de vida mais saudável, sendo esse mais um possível legado do megaevento.

O que se tem são obras que por mais que não mudem o conceito da mobilidade urbana porto-alegrense, obviamente trarão algum benefício para a cidade quando concluídas. Segundo informação veiculada no Portal Oficial do Governo do Rio Grande do Sul para a Copa do Mundo da FIFA, no dia 2 de julho de 2014, o prefeito de Porto Alegre declarou que dez obras inicialmente incluídas na Matriz de responsabilidades acabaram sendo retiradas em função das dificuldades para o cumprimento de prazos, mas que todas serão concluídas. Além delas, foram entregues à população os viadutos das Avenidas Júlio de Castilhos, no Centro, e Pinheiro Borda, a duplicação da Avenida Edvaldo Pereira Paiva e o corredor de ônibus da Avenida Padre Cacique, bem como a abertura de ruas no entorno do estádio Beira-rio.

Segundo informação do Portal de Transparência na Copa em Porto Alegre, outros legados de infraestrutura menos divulgados também seriam deixados para a cidade. Eles são os relacionados à segurança, como o Centro Integrado de Comando e Controle (CICC), as telecomunicações, e a saúde, como a Força Estatal de Saúde.

Quanto ao legado no turismo e na hospitalidade, além do maior fluxo turístico que ocorreu durante o evento, a Copa do Mundo surgiu como uma oportunidade de divulgação de uma cidade atrativa e receptiva para os turistas nacionais e internacionais, possivelmente elevando a rotatividade turística de Porto Alegre no futuro. Nessa óptica, segue um trecho de uma das falas de um entrevistado (LC2), que se refere a essa questão como possível legado positivo para a cidade.

(...) é uma questão de tu poder ter a visibilidade do lugar, que isso tem, é um puta de um evento midiático, então, efetivamente ela acaba expondo mundialmente os lugares onde acontece (...) (LC2).

Um exemplo dessa divulgação de Porto Alegre pode ser constatado pelo sucesso do chamado “Caminho do Gol<sup>8</sup>”. Impressionada com a repercussão da iniciativa, a FIFA enviou uma equipe de televisão para acompanhar a movimentação no dia do jogo entre Argentina e Nigéria. A ideia foi a de analisar a ação e, quem sabe, implantar em futuras edições do torneio. Em contrapartida, para que essa e outras ações no entorno do estádio pudessem ser concretizadas nos dias de jogos, o Brasil, e por consequência Porto Alegre, concordou em cumprir uma regra imposta pela FIFA, chamada de “regime de exceção”. Segundo o Dossiê do Comitê Popular da Copa, o “regime de exceção” é caracterizado por um conjunto de leis e regras que anulam e ignoram as legislações pré-existentes, tem caráter legal e são instituídos especialmente no contexto dos jogos, permitindo a flexibilização das leis e a suspensão dos direitos. Uma amostra desse poderio se dá através das ditas “zonas de exclusão”, que são criadas em torno do território dos jogos e ficam controladas pela força especial de segurança, inclusive legislando sobre o que se pode ser vendido e consumido nessas áreas. Seguindo essa linha, são trazidos mais dois trechos das falas dos entrevistados (LC2 e ROE1), que demonstram qual as suas visões da relação cidade-sede e FIFA.

(...) ela (FIFA) é literalmente uma parasita nesse aspecto porque se habita de um corpo que vai dar sustento para ela (...) (LC2);

(...) a gente tem um princípio no Brasil que é o princípio da supremacia do interesse público sobre o interesse privado, mas para mim parece que a FIFA na verdade deu as cartas (...) (ROE1).

Sabe-se que a FIFA não é diferente de qualquer multinacional, e tem como objetivo fundamental a geração de lucros, sendo seu principal produto a Copa do Mundo de Futebol. Seu discurso para a venda da sua mercadoria é primordialmente baseado em três “palavras mágicas” que são: oportunidade, investimento e legado. E o Brasil comprou esse produto, e aliado a essa compra, se sujeitou a todas as contrapartidas dessa empresa do futebol. “Eu acho

---

8 Corredor cultural de 3,5 quilômetros que ligou o centro histórico da Capital ao estádio Beira Rio.

que a Copa foi um grande negócio, um grande negocio da FIFA” (GP1). Porém, mesmo com toda a bagagem negativa da FIFA e a notória falta de competência na preparação do evento, é inegável o sucesso do mesmo no país, fundamentalmente em Porto Alegre. É bem possível que a cidade gaúcha tenha passado uma imagem positiva para o mundo, com belos espetáculos de futebol em uma cidade segura e receptiva. Infelizmente que, por falta de capacidade de gestão, Porto Alegre não tenha utilizado a Copa do Mundo de Futebol como catalisadora para várias ações que pudessem ser benéficas para a cidade. Mesmo assim, com todos os problemas, além da divulgação de uma imagem positiva, algum legado para a cidade pode aparecer, como os das obras de infraestrutura urbana, que quando finalizadas podem representar um avanço para Porto Alegre. Lamentavelmente que tais melhorias tenham que ocorrer à custa dos cidadãos porto-alegrenses, em especial os menos favorecidos. A oportunidade de fazer “desse limão uma limonada” e oferecer melhores condições para essa camada social era evidente. Porém, Porto Alegre nesse e em outros quesitos não parece ter obtido êxito. Sendo assim, a capital gaúcha pode ter cometido o erro de qualificar sua imagem para o público externo em detrimento da população local.

Acreditamos que de maneira mais abrangente e menos aprofundada, todos os principais pontos que envolveram a realização da Copa do Mundo em Porto Alegre foram abordados, principalmente os ligados a etapa de preparação desse evento esportivo de grandiosa dimensão. Toda essa conjuntura de fatores analisados, e toda a trajetória descrita, tem o intuito de contextualizar o leitor, sendo imprescindível como subsidio para o mergulho na questão mais pontual da duplicação da Avenida Tronco, foco principal da pesquisa.

## **6 A DUPLICAÇÃO DA AVENIDA TRONCO E A REALOCAÇÃO DOS MORADORES**

O projeto de duplicação da Avenida Moab Caldas (Avenida Tronco) está previsto no Plano Diretor de Porto Alegre à aproximadamente quatro décadas, sendo que a área está reservada para o empreendimento desde o ano de 1959. Na época, o então prefeito de Porto Alegre, Leonel Brizola, incorporou ao Plano Diretor da cidade um adendo que previa a finalidade de tal área para a duplicação da via hoje chamada de Tronco pela população. Porém, com a ocupação desornada desse território ao longo dos anos, em grande parte por instalações irregulares, a viabilidade desse projeto foi se tornando cada vez mais complexa.

Muitos governos se passaram e nenhum conseguiu dar prosseguimento a essa questão. A impressão é a de que, quanto menos ela fosse “mexida” melhor, pois poderia acarretar em

grandes dificuldades para quem assumisse esse problema. Porém, após a avaliação da ABDIB, a duplicação da Avenida Tronco é resgatada na capital, e o Governo Municipal entende que é o momento de aproveitar o recurso disponível e realizar esse obra de grande dimensão<sup>9</sup>. Seguem dois trechos da fala de um dos entrevistados (ROE2) que corroboram com o que foi dito até o momento.

(...) o governo enxergou que poderia fazer uma grande obra e ao mesmo tempo colocar em prática essa questão do projeto da Avenida Tronco aproveitando a Copa do Mundo pegando dinheiro do Governo Federal (...) (ROE2);

(...) essa via foi projetada, não tem como não fazer, mais cedo ou mais tarde teria que ser construída (...) (ROE2).

A duplicação da Avenida repercute na cidade como uma das intervenções com maior impacto na vida das pessoas e comunidades da região. A alteração da via irá ligar a Avenida Teresópolis e a 3ª Perimetral com a Avenida Icarai num trajeto total de 5,4 km, afetando diretamente em torno de 1,5mil famílias, que perderão sua moradia para dar passagem à obra.

A seguir são apresentados alguns trechos das falas dos sujeitos entrevistados em relação à repercussão da obra na cidade. Vale ressaltar que os trechos retirados referem-se às consequências para a cidade de uma maneira geral, não incluindo as implicações para os moradores em processo de realocação.

(...) para mim a mobilidade é um nó do direito à cidade, e sem a mobilidade não adianta tu ter um padrão excelente de hospital no centro da cidade se tu não consegue chegar nele (...) (LC1);

(...) eu concordo que tem que ser feita essa obra, ela tinha que ser feita, alguém tinha que fazer porque é impossível, seria impossível de pensar aquela área da cidade sem essa ligação (...) (ROE2);

(...) ela é uma obra importante sim, que atinge, ou melhor, afeta, ai uma, quase que 10% da população de Porto Alegre (...) (LC2);

(...) ela é uma obra que tem importância, que pode ser beneficiadora dessa população, e qualificar e muito a mobilidade e a integração da cidade (...) (LC2);

---

<sup>9</sup> Informações não-oficiais, retiradas das observações realizadas, a fim de contextualizar o leitor.

(...) se ela fosse feita com respeito, junto com as pessoas que moram ali, e aí sim poderia ser uma obra que ficasse de legado para a cidade e para os moradores da região (...) (LC4);

(...) é uma obra importante, uma obra que tem necessidade, tem essa demanda real para a cidade, uma obra que pode permitir uma melhor qualificação do transporte coletivo, que é o transporte prioritário dos moradores daqui (...) (LC2);

(...) não há dúvida que do ponto de vista do fluxo né, é necessária, é uma via rápida que consiga dar efetivamente vazão para quem está indo para a zona sul (...) (LC1);

(...) para quem tem carro vai ser ótimo né, porque não precisa passar pelo centro da cidade (...) (LC3);

(...) um traçado não adequado à realidade atual (...) (LC2);

(...) aquilo que atingiria um traçado mais condizente com a realidade e qualificando a realidade em termos de transporte e mobilidade (...) (LC2);

(...) eu penso que o Brasil tem um modelo de desenvolvimento urbano baseado no transporte individual de passageiros que é muito equivocados (...) (ROE1);

(...) sim talvez até melhore um pouco por um tempo para o transporte individual de passageiros, só que na minha visão esse é um modelo equivocados, e a gente teria que transitar para um outro modelo que priorizasse outros modais (...) (ROE1);

(...) o ideal é a mudança da matriz do transporte né, uma mudança radical na forma de se transportar (...) (LC1);

(...) ampliar avenidas para tentar melhorar o trânsito é como querer tratar a obesidade afrouxando o cinto (...) (ROE1).

Analisando os seguimentos demonstrados acima visualizamos certo consenso nos discursos em dois itens. O primeiro de que a obra pode representar um avanço para a cidade e para os cidadãos que usufruirão a mesma. O segundo de que o ideal para a cidade de Porto Alegre seria repensar seus modais de transporte. Ainda aparecem alguns trechos de sujeitos que entendem que a obra só representaria um legado para a cidade caso fosse repensada, sendo considerada a nova configuração existente nos bairros do entorno, muito diferente da que se tinha quando o projeto foi elaborado.



## 6.1 O PROJETO

Quando inserida na Matriz de Responsabilidades de Porto Alegre em 2010, a obra na Avenida Tronco era tratada como prioritária para o megaevento e como um dos principais legados para a cidade. Sua relevância era explicada por dois motivos: mobilidade urbana e plano social. À vista disso, segundo trechos recortados da portaria publicada no Diário Oficial de Porto Alegre (DOPA) em 3 de setembro de 2010, foi criado o Comitê Gestor Específico para o Projeto de Duplicação da Avenida Tronco.

O prefeito municipal de Porto Alegre, no uso de suas atribuições legais, constitui, em razão da importância estratégica do projeto de duplicação da Av. Tronco para a cidade e para o conjunto de intervenções urbanísticas relacionadas à Copa do Mundo 2014 - Comitê Gestor Específico para o Projeto de Duplicação da Avenida Tronco (DOPA, 03/10/2010);

Em função da complexidade das ações necessárias à duplicação da Av. Tronco e seu entorno, o presente Comitê Gestor Específico reunir-se-á com regularidade, a fim de que as decisões e encaminhamentos para a viabilização técnica e social do mencionado projeto sejam tomadas de maneira conjunta e coordenada (DOPA, 03/10/2010).

A obra, financiada em sua grande parte pela Caixa Econômica Federal, com privilégios garantidos como as demais obras da Copa, tem custo total de aproximadamente R\$156 milhões. A distribuição do investimento para a obra está colocada na tabela a seguir.

**Tabela 13** - Investimento para a obra da Avenida Tronco (custos em R\$ milhões).

<b>Investimento</b>	<b>Agente financiador</b>	<b>Custo</b>
Duplicação da Avenida Tronco	Caixa Econômica Federal	128,5
Desapropriações	Prefeitura de Porto Alegre	28,0
<b>Total</b>		<b>156,5</b>

Dados retirados do portal da Transparência na Copa em Porto Alegre.

A implantação do Corredor da Avenida Tronco estabelecerá uma nova rota entre a Zona Sul e Zona Norte da cidade de Porto Alegre. As intervenções e adequações propostas dizem respeito à introdução de um conjunto de elementos e sua geometria para viabilizar o sistema viário com seis faixas de rolamento com largura no padrão internacional, ciclovia e amplos passeios arborizados, em média com 35 metros de largura, recebendo o tráfego no sentido norte-sul e sul-norte. Está prevista também a adequação de estações tipo padrão no corredor (PMPA, 2011). Seguem duas imagens que ilustram o projeto. A primeira (Ilustração

45) mostra a configuração desejada para a via após a sua conclusão, e a segunda (Ilustração 46) demonstra o traçado que será remodelado.

**Ilustração 45** - Maquete da Avenida Tronco após a conclusão das obras.



Imagem retirada do portal da PMPA.

**Ilustração 46** - Traçado que será remodelado na Avenida Tronco.



Imagem ilustrativa elaborada pelo autor.

Para a implementação da malha viária e para a melhor adequação da gestão da obra o projeto foi compartimentado em quatro trechos. Tais trechos estão representados na imagem abaixo, retirada de uma apresentação feita pelo DEMHAB em julho de 2011.

**Ilustração 47** - Trechos da obra na Avenida Tronco.

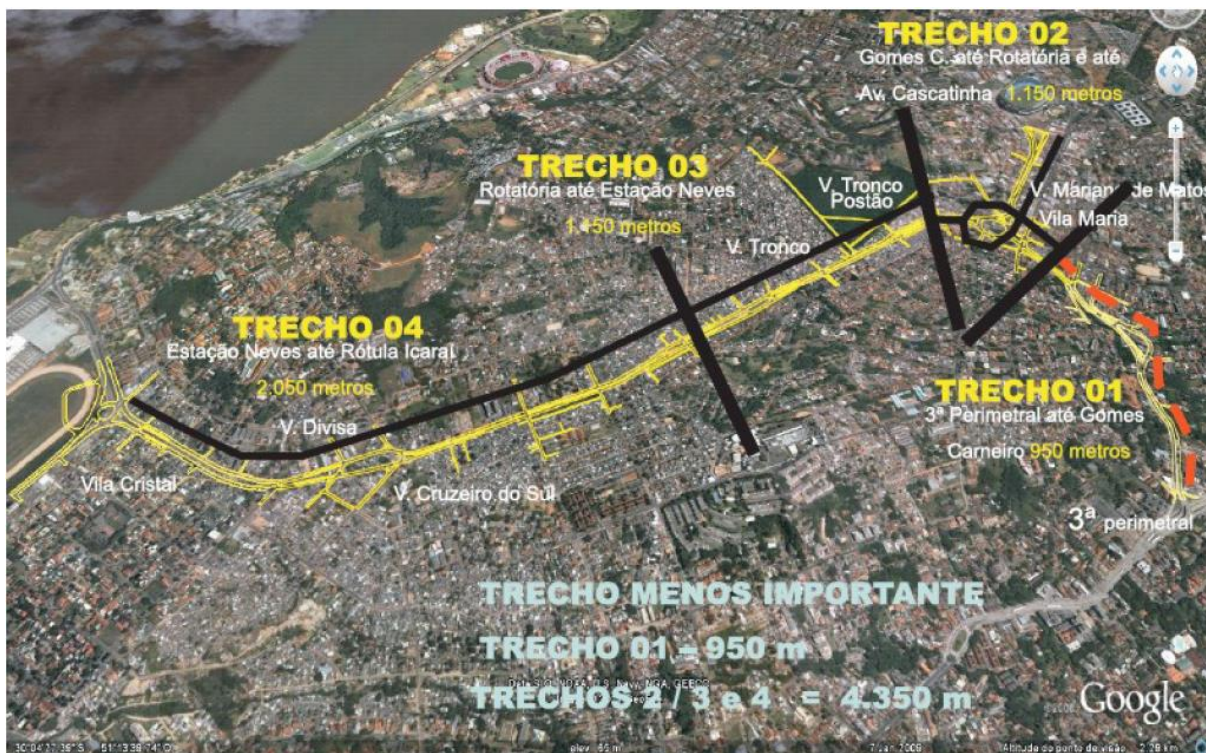


Imagem retirada da apresentação “Análise preliminar - reassentamento das famílias das ocupações irregulares atingidas pelo projeto da Avenida Tronco - Copa 2014” (DEMHAB, 2011).

Para que a execução da ação no trajeto seja feita diversas comunidades serão atingidas, e grande parte delas é composta por ocupações irregulares. As comunidades afetadas são as seguintes: Vila Cristal, Vila Cruzeiro do Sul, Vila Tronco, Vila dos Comerciários, Vila Gastão Mazon, Vila Maria e Vila Silva Paes. A seguir, é exibido um mapa com as comunidades atingidas pelo traçado da obra.

**Ilustração 48** - Ocupações irregulares atingidas pelo projeto da Avenida Tronco.

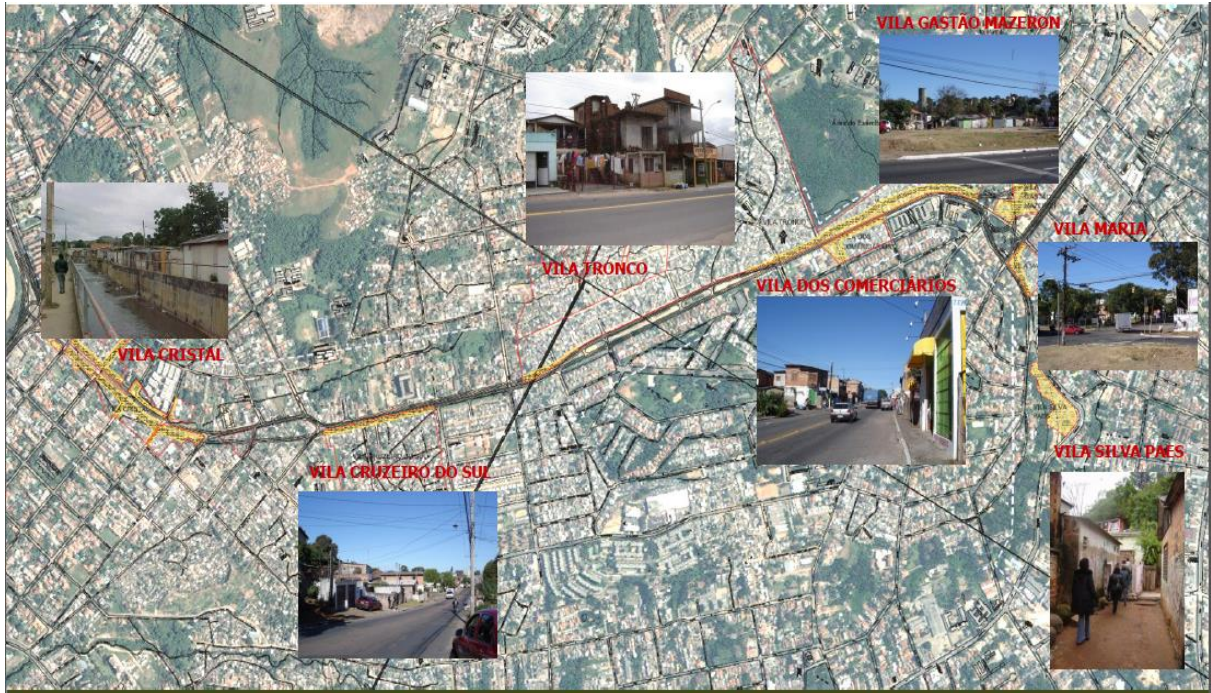
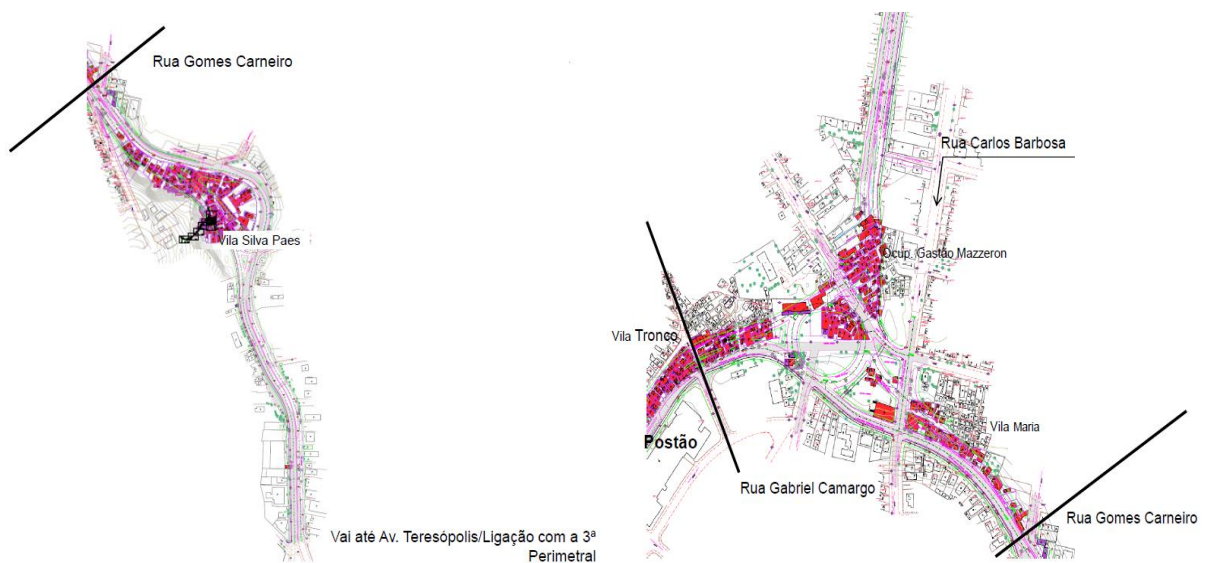


Imagem retirada da apresentação “Análise preliminar - reassentamento das famílias das ocupações irregulares atingidas pelo projeto da Avenida Tronco - Copa 2014” (DEMHAB, 2011).

Na sequência, são apresentadas cinco ilustrações (49, 50, 51, 52 e 53) que apresentam as edificações atingidas pelo projeto viário. As imagens referem-se a cada um dos trechos da obra apresentados anteriormente. Todas as ilustrações foram retiradas da apresentação do DEMHAB em julho de 2011 mencionada acima.

**Ilustrações 49 e 50** - Projeto viário e edificações atingidas - Trecho 1 e Trecho 2, respectivamente.



Imagens retiradas da apresentação do DEMHAB (2011).

**Ilustração 51** - Projeto viário e edificações atingidas - Trecho 3.

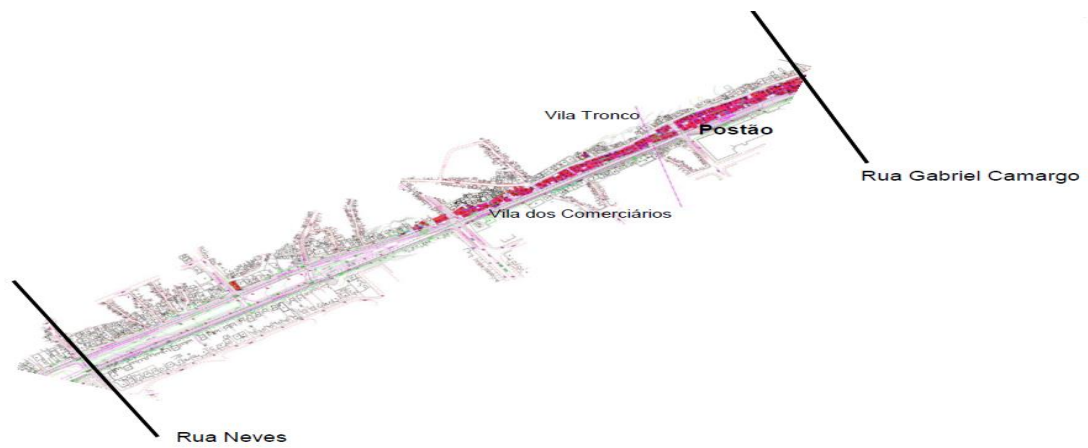


Imagem retirada da apresentação do DEMHAB (2011).

**Ilustração 52** - Projeto viário e edificações atingidas - Trecho 4 (Parte 1).



Imagem retirada da apresentação do DEMHAB (2011).

**Ilustração 53** - Projeto viário e edificações atingidas - Trecho 4 (Parte 2).



Imagem retirada da apresentação do DEMHAB (2011).

Em 2011 eram 1.525 as famílias cadastradas pelo DEMHAB. Para a realocação, segundo informações do portal PMPA, o município adquiriu áreas nas imediações das avenidas que passariam por obras, onde seriam construídos os residenciais, com recursos do PMCMV. O cronograma preliminar para o início das obras tanto na via quanto as habitacionais, bem como a previsão para a conclusão das habitações destinadas às famílias, e para o início das remoções, estão colocados logo abaixo (DEHMAB, 2011).

**Ilustração 54** - Quadro do cronograma inicial do projeto da Avenida Tronco, separado por trechos.

<b>Trecho 1</b>
Início das obras na via: sem previsão
Início das obras habitacionais: maio de 2012
Conclusão das obras habitacionais: maio de 2013
Início das remoções: após a conclusão das obras habitacionais
<b>Trecho 2</b>
Início das obras na via: janeiro de 2012
Início das obras habitacionais: abril de 2012
Conclusão das obras habitacionais: abril de 2013
Início das remoções: janeiro de 2012
<b>Trecho 3</b>
Início das obras na via: janeiro de 2012
Início das obras habitacionais: abril de 2012
Conclusão das obras habitacionais: abril de 2013
Início das remoções: janeiro de 2012
<b>Trecho 4</b>
Início das obras na via: janeiro de 2012
Início das obras habitacionais: abril de 2012
Conclusão das obras habitacionais: abril de 2013
Início das remoções: janeiro de 2012

Informações retiradas da apresentação do DEMHAB (2011).

Percebe-se analisando o cronograma uma ação que podemos classificar como contestável. Nos trechos (2), (3) e (4) notamos que o início das remoções, programado para janeiro de 2012, se dá antes da conclusão das obras habitacionais, programadas apenas para abril de 2013. Esse fato já um é primeiro indicativo de que a gestão municipal pretendia trabalhar com outras políticas de reassentamento, algumas delas destinadas preferencialmente para situações de risco, como o “Aluguel Social”, que será abordado futuramente no trabalho. Além disso, no Dossiê do CPC Poa, é trazida a informação de que um grande número de famílias será afetado pela praça localizada entre as vias do traçado, fato esse que poderia ser

evitado caso o projeto fosse revisto, diminuindo assim o número de moradores atingidos. A seguir trago duas ilustrações (55 e 56), retiradas de tal dossiê, que retratam essa situação.

**Ilustração 55** - Praça a ser construída entre as vias no traçado da Avenida Tronco.



Imagem retirada do Dossiê do CPC Poa.

**Ilustração 56** - Edificações atingidas pela construção da praça.



Imagem retirada do Dossiê do CPC Poa.

Tal fato é um indício da defasagem do projeto, que foi elaborado pensando numa situação que não é condizente com a realidade vivida e com o desenvolvimento, mesmo que desordenado, daquela região. Essa circunstância apresentada vai também ao encontro das

ideais de um dos entrevistados, citadas nos início desse capítulo, a respeito da desatualização do projeto.

Como citado anteriormente, as localidades atingidas pelas obras são dotadas de grande número de ocupações irregulares. São comunidades bastante antigas. Alguns moradores vivem ali há mais de 40 anos e essas regiões, em sua maioria, já não podem mais ser chamadas de favelas pela precariedade das habitações, pois as malocas provisórias já foram quase totalmente substituídas por edificações em alvenaria, várias delas com dois ou três pavimentos. As vilas, portanto, vivem um momento de consolidação, que inclui certa verticalização, e um contínuo adensamento (FÁVARO, 2011). Seguem dois trechos da fala de um dos líderes comunitários que reforçam o que foi dito.

(...) ali está seguramente a maior vulnerabilidade social dentro da cidade, mas não está ali somente a maior vulnerabilidade social, estão ali famílias de classe média, trabalhadores com casas bem estabelecidas, bem equipadas, extremamente estruturadas e coisa e tal, sem problema de trabalho, sem problema de, enfim, como qualquer outra família que precisa de um médico, que precisa de educação e coisa e tal (...) (LC2);

(...) são moradores estabelecidos há bastante tempo, há décadas, entendeu, que construíram todo um processo, construíram o bairro efetivamente, aliás, a qualificação em termos de saneamento, eletrificação, escola, serviço público, se deu exatamente pela luta já desses moradores em qualificar o espaço que eles habitavam, então assim a trajetória deles é construtores da cidade também (...) (LC2).

No próximo subitem, é feita uma tentativa de retratar como se deu historicamente a formação das comunidades residentes na região que rodeia a obra com o intuito de colaborar para a compreensão da realidade vivida pelas mesmas atualmente. Cabe ressaltar que tal tentativa não tem a pretensão de reproduzir fielmente e profundamente tal realidade, servindo apenas para contextualizar o leitor. O texto é baseado fundamentalmente nas entrevistas com as pessoas envolvidas com a região, algumas delas especialistas em algumas áreas como arquitetura, geografia e história, outras simplesmente com conhecimento acumulado por residirem a muito tempo nesses locais. Dessa maneira, pelo fato dos moradores do bairro Cristal terem cumprido um papel de liderança das comunidades, e conseqüentemente pelo fato de o maior número de sujeitos entrevistados pertencerem a essa região, a formação de tal bairro receberá maior destaque ao longo da redação.



### **6.1.1 Breve histórico da formação dos bairros do entorno da Avenida Tronco**

No final século XIX o turfe era o esporte que dominava a cena da capital gaúcha. Inicialmente as “corridas de cavalo” que reuniam a alta sociedade porto-alegrense se davam no Prado Independência (hipódromo), inaugurado em 1894, localizado no que chamamos hoje de bairro Moinhos de Vento. Ao longo dos anos, com o crescimento do esporte e dos grandes negócios que ele gerava, se fez necessária a mudança para uma estrutura maior. A transferência se deu para o que é conhecido atualmente como bairro Cristal. A nova sede foi construída na área onde antes se localizava uma hospedaria para imigrantes do governo do estado, e foi inaugurada em 1959.

Como citado anteriormente, o turfe era um grande negócio na época. Cada cavalo envolvia cerca de 50 pessoas no seu tratamento. Essa mão de obra advinha grande parte de fazendas do interior do estado, de Santa Catarina, da Argentina e do Uruguai, e era composta geralmente por pessoas com baixo nível de instrução. Esse pessoal morava no próprio hipódromo, que compreendia uma região maior do que nos dias atuais. Com o passar do tempo o turfe perdeu espaço na cidade, e essa mão de obra ficou desamparada, não possuindo inclusive qualificação para atender outras necessidades da cidade. Dessa maneira, essa população foi se consolidando no local, que era afastado do restante da cidade, por meio de ocupações irregulares, dando início à constituição do bairro atualmente denominado Cristal.

Aliadas a essa particularidade do bairro Cristal temos outras duas questões. A primeira é a das populações negras, que foram escravizadas e quando libertas da escravidão, no sentido do contrato, não foram libertas na sua plenitude, porque o preconceito que carrega toda essa população é gigantesco. Dito isso, se sabe que elas são parte da existência das periferias, daquilo que são chamadas de favelas, vilas, áreas irregulares etc.

A segunda é a questão do chamado campesinato. A partir das décadas de 50 e 60, em especial de 60 em diante, com a revolução verde, uma massa campesina foi jogada nas cidades. E essa população começa a ocupar exatamente essas áreas, pois não encontra local de moradia ao chegar à cidade. Esses trabalhadores passam a ser inclusive incentivados a ocupar áreas irregulares por empregadores, donos de empresas assentadas ou que estavam se estabelecendo, como o caso do Hipódromo Cristal, do Estaleiro Só, da Pedreira, da Massas Coroa, da Termolar, todos empregadores que induziram boa parte da irregularidade que é vista hoje nesses locais. As empresas tinham interesse em ter o trabalhador próximo, porém, para não ter que dar terrenos para seus empregados, os incentivavam a ocupar regiões como margens de arroios, encostas de morros, áreas devolutas, que enfim, estavam lá,

“disponíveis”. Os empregados ali estabelecidos aos poucos foram se estruturando, aprimorando suas casas e constituindo suas comunidades.

E foi basicamente com essa composição que as comunidades, em especial o bairro Cristal, foram se desenvolvendo ao longo dos anos, geração após geração até chegar à organização atual. A cidade também se expandiu, ultrapassou os limites desses bairros, que continuaram com um percentual alto de pobreza, porém, hoje, num local privilegiado da cidade, considerado central, ao contrário do passado. E talvez aí esteja uma das justificativas para a execução da obra nesse momento, pensando muito mais na sua relevância para a cidade do que para essas comunidades mais proximamente envolvidas.

Só que essas comunidades construíram esses locais, e por eles tem direito. Na sequência, são trazidas para finalizar esse tópico, três partes retiradas de conversas com lideranças desse corpo social supracitado que exemplificam a luta dessa população para desenvolver essa área.

(...) isso aqui era tudo campo, não tinha água, não tinha luz, não tinha transporte, e aos poucos a gente junto com mobilizado os moradores, porque não existia associação, a gente conseguiu fazer com que o governo trouxesse esses equipamentos para a nossa zona (...) (LC3);

(...) hoje a gente tem mais de 30mil habitantes né, tudo que a gente conseguiu aqui também que não tinha né, todos esses equipamentos que foi com muita luta, com muita garra, a gente se reunindo, fazendo, saindo para a rua, fazendo barulho, também naquela época né, e a gente conseguiu com que o poder público olhasse para cá com outro olhar né, vendo que de fato as pessoas tinham que ser atendidas né (...) (LC3);

(...) importante dizer né que quem construiu aquele bairro foram essas pessoas, que conquistaram postos de saúde, conquistaram escolas (...) (LC1).

### **6.1.2 Os moradores remanescentes**

É inegável que a transformação da via pode trazer avanço para as comunidades do seu entorno. A obra possibilitará aos moradores remanescentes nos bairros afetados desfrutarem de uma avenida sinalizada, num traçado bem delimitado, que oferecerá uma estrutura mais qualificada não só para o uso do transporte automotivo individual, mas para o uso do transporte público, e também de outros modais como a bicicleta, meio já utilizado na região, porém sem a estrutura adequada. Além disso, a via contará com praças e espaços públicos que

também poderão ser usufruídos por essas pessoas. Todo esse contexto favorável pode colaborar indiretamente para a qualificação de outros serviços nos bairros, como saúde e segurança. Seguem fragmentos das entrevistas e das conversas realizadas com as pessoas que vivenciam esse contexto, e que vão ao encontro do que foi sugerido.

(...) os moradores podem ter uma avenida melhor pavimentada, uma avenida regularizada, uma avenida com definição de fluxos, de tipos de veículos estabelecido, uma coisa que ela não tem hoje (...) (LC2);

(...) uma avenida que vai permitir o passeio e o trânsito do pedestre numa área também definida que hoje não tem, uma avenida que pode vir a ofertar um tipo de circulação também que não tinha, que também existe numa prática real, mas que pode ter definido seu espaço que a bicicleta (...) (LC5);

(...) para os moradores também porque agora a gente teve, em um mês a gente teve dois casos de atropelamento na avenida (...) (LC4);

(...) eu acho que vai a partir de que essa via ali fique pronta essa área ali vai ficar com outra cara (...) (LC2);

(...) nós temos uma das vilas mais problemáticas, que nós temos hoje, com a questão de saúde, social geral, segurança tudo é a Vila Cruzeiro, e eu acho que com essa mudança radical que está acontecendo ali, principalmente para esses problemas sociais daquela área ali, grande parte vai resolver (...) (LC3);

(...) então, assim, no plano ideal uma obra desse ela tem todo esse potencial (...) (LC2).

Por outro lado, com a valorização da região, a tendência é a do aumento da especulação imobiliária, o que pode acarretar de forma indireta, na saída de boa parte desses residentes, dando espaço para uma camada social com maior poder aquisitivo no local. E com o possível enobrecimento do lugar talvez possamos observar o já citado processo de gentrificação, afugentando as populações mais carentes que não terão condições de sobreviver num meio encarecido, dessa maneira não aproveitando a nova configuração dos bairros. Algumas falas dos envolvidos também ratificam esse pensamento. As mesmas estão colocadas na sequência.

(...) não vai trazer muito benefício para a população que vai ficar no seu entorno né, porque a gente sabe que isso aqui já era uma área nobre, 15 minutos do centro de Porto Alegre, e vai ficar muito mais nobre (...) (LC3);

(...) eu acho que se aquele espaço realmente desenvolver com as características as quais foram projetadas, quem vai desfrutar daquele espaço não é aquela população né, é a população que vem tomando conta daquele bairro Cristal, que vem elitizando (...) (LC1);

(...) alguns não estão sendo despejados pela obra em si, mas acabarão sendo despejados pelo próprio mercado imobiliário, porque a tendência do mercado é promover essa substituição por camadas mais altas de renda já que o próprio valor ali do terreno, do m<sup>2</sup> naquele bairro deve ficar mais alto (...) (ROE1);

(...) as pessoas que vão ficar no entorno são famílias humildes que as suas casas, mesmo aquelas que vão ficar, são casas bem precárias né, e que a gente sabe que quem está de olho nisso aqui é a especulação imobiliária (...) (LC3);

(...) toda essa estrutura que hoje está sendo disputada pela burguesia foi construída pela classe proletária daquela região, e que agora está sendo expulsa, num processo evidente de gentrificação (...) (LC1);

(...) pode ser um benefício que ao fim acaba sendo assim aqueles tiros que saiam pela culatra né, e que acaba levando essa população mais para a periferia (...) (ROE1);

(...) a questão que está por trás não é só a obra, é a higienização da cidade, a higienização do centro (...) (LC4).

Nessa perspectiva, Mendes (2013) entende que o interesse governamental em remover a população das comunidades não é somente porque estão situadas no percurso das obras, mas sim porque muitas delas ficam nas proximidades de lugares extremamente cobiçados pela especulação imobiliária, sendo esse o motivo da insistência na realização da faxina social. Esse fenômeno, segundo Mattos (2013), é também denominado de “remoção branca”, e tem ocorrido em muitos locais do Brasil, como nas favelas cariocas, onde os moradores não têm dinheiro para permanecer em determinadas favelas, em função da especulação imobiliária decorrente.

## 6.2 REALOCAÇÃO DOS MORADORES

Para iniciarmos esse item gostaríamos de apresentar como o direito à moradia está amparado no quadro jurídico-institucional em todos os níveis: internacional, nacional e municipal. Segundo informações retiradas do Dossiê elaborado pela ANCOP, no âmbito internacional o “Pacto Internacional pelos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais”

estabelece em seu artigo 11 o direito à moradia adequada, que o Comentário Geral nº 4 da Organização das Nações Unidas (ONU) melhor especifica, fazendo menção à segurança jurídica da posse (em que se protege o cidadão das remoções forçadas e ameaças), à disponibilidade de serviços e infraestrutura, ao custo da moradia acessível, e à habitabilidade, acessibilidade, localização e adequação cultural da habitação.

No âmbito nacional, a Constituição Federal de 1988 estabelece a moradia como direito social fundamental, cria a função social da propriedade e estabelece as diretrizes da política urbana, enquanto o Estatuto da Cidade (Lei 10.257/11) torna obrigatórios os planos diretores para cidades acima de 20mil habitantes. Ainda, a Lei 11.124/2005, dispõe sobre a utilização prioritária de terrenos de propriedade do poder público para a implantação de projetos habitacionais de interesse social.

O Estatuto da Cidade tem o objetivo de ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana. Seguem as diretrizes contidas no mesmo no que se ao processo de urbanização e ao direito à moradia, ambos em atendimento prioritário ao interesse social:

(...) garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações;

(...) cooperação entre os governos, a iniciativa privada e os demais setores da sociedade no processo de urbanização, em atendimento ao interesse social;

(...) planejamento do desenvolvimento das cidades, da distribuição espacial da população e das atividades econômicas do Município e do território sob sua área de influência, de modo a evitar e corrigir as distorções do crescimento urbano e seus efeitos negativos sobre o meio ambiente;

(...) oferta de equipamentos urbanos e comunitários, transporte e serviços públicos adequados aos interesses e necessidades da população e às características locais;

(...) regularização fundiária e urbanização de áreas ocupadas por população de baixa renda mediante o estabelecimento de normas especiais de urbanização, uso e ocupação do solo e edificação, consideradas a situação socioeconômica da população e as normas ambientais.

(Estatuto da Cidade, Art. 2º, parágrafos I, III, IV, V e XIV, respectivamente).

No âmbito municipal tem-se o Plano Diretor. Tal instrumento é o regulador da política habitacional do município. No Plano Diretor de Porto Alegre compõem a Estratégia da Produção da Cidade no que tange a questão habitacional:

(...) o acesso dos setores sociais de baixa renda ao solo urbanizado e legalizado, adequadamente localizado, considerando, entre outros aspectos, áreas de risco, compatibilização com o meio ambiente, posição relativa aos locais estruturados da Cidade, em especial o acesso ao trabalho e aos serviços essenciais;

(...) que através de parcerias entre o poder público e a iniciativa privada, com a adoção de incentivos fiscais, financiamentos especiais e oferta de Solo Criado, dentre outros, se busque a criação de procedimentos simplificados no exame e aprovação de projetos de edificação e parcelamento do solo direcionados a população de baixa e média renda.

(Plano Diretor, parte 1, capítulo VI, Art. 23, parágrafos II e IV, respectivamente).

Todo esse aparato legal serve de proteção para a cidade e para seus cidadãos. Nesse sentido, um dos entrevistados entende que é papel da gestão pública:

(...) garantir direitos da cidade para a classe trabalhadora, garantir um avanço da cidade, mas um avanço que respeite a soberania das pessoas, que produzem e que vivem naquele determinado local (...) (LC4).

Assim, para Betânia de Moraes Alfonsin *et al* (2014), quando o poder público refere-se à “negociação” para tratar da questão da moradia, é possível verificar o quanto esse direito humano fundamental está sendo negligenciado. A autora ainda entende que quando a contradição entre as leis e medidas jurídicas do Estado se torna ampla, não há como não tratar tais leis e medidas como injustas, arbitrárias e, por isso, legitimadoras do direito de resistência individual e coletivo. Nessa perspectiva, serão discutidos na sequência três aspectos considerados fundamentais como motes para o embate entre o governo e população no caso da duplicação da Avenida Tronco, que são: a tomada de decisão em relação à obra e à realocação dos moradores; as opções de transferências oferecidas aos realocados; e o cumprimento dos acordos estabelecidos.

### 6.2.1 Tomada de decisão

Só há participação efetiva quando são fornecidas condições reais de interferência ao participante na tomada de decisão. Assim, a decisão deve passar indispensavelmente pelo voto ou manifestação de cada participante/cidadão, onde o coletivo se sobressai ao individual. Porém, na prática, quando se fala da gestão pública, os mecanismos em sua grande maioria apresentam um caráter apenas consultivo, sem o cunho vinculante citado acima. Em Porto Alegre, um processo que vai de encontro à forma tradicional de gestão é o Orçamento Participativo (OP), implantado em 1989 na cidade. O OP se caracteriza como:

(...) um processo dinâmico que se adequa periodicamente às necessidades locais, buscando sempre um formato facilitador, ampliador e aprimorador do debate entre o Governo Municipal e a população (portal PMPA).

Por ser um importante instrumento de participação popular, o OP se tornou referência para o mundo. Conforme a ONU, a experiência é uma das 40 melhores práticas de gestão pública urbana no mundo. Um dos entrevistados também traz uma visão positiva desse mecanismo quando diz: “o orçamento participativo realmente melhorou a cidade fora da área formal” (ROE2). Porém, o que se observa é uma perda progressiva de incidir nas decisões sobre a política urbana a partir desses espaços e, ao mesmo tempo, a insuficiência do modelo baseado na representação política.

Além dessa ferramenta de participação popular, tem-se o Plano Diretor da cidade, citado anteriormente. O mesmo, como instrumento do planejamento participativo, deve conter mecanismos democráticos que permitam a prática de cidadania ativa também em sua fase de elaboração. Porém, o que se observou nas cidades-sede da Copa do Mundo foi uma relativização do Plano Diretor. Betânia de Moraes Alfonsin *et al* (2014) afirma que tem se percebido também um processo de inobservância de várias outras leis importantes como é o caso do Estatuto da Cidade, regulamentador do Plano Diretor e das diretrizes estabelecidas para a política urbana no Brasil. As que tratam da participação na tomada de decisão estão descritas abaixo.

(...) gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano;

(...) audiência do poder público municipal e da população interessada nos processos de implantação de empreendimentos ou atividades com efeitos potencialmente negativos sobre o meio ambiente natural ou construído, o conforto ou a segurança da população.

(Estatuto da Cidade, Art. 2º, parágrafos II e XIII, respectivamente).

A diretriz XIII discorre sobre a aplicação direta da gestão democrática, reafirmando a importância da participação popular dentro do Estatuto da Cidade. Essa diretriz, no que concerne às intervenções necessárias para a Copa, mostra-se descaracterizada, uma vez que a efetiva participação popular não teve caráter decisório em nenhuma das etapas. Em contrapartida, existem movimentos de resistência, representados pelos Comitês Populares da Copa, canais os quais a população pôde e pode se expressar e dar a sua opinião sobre o megaevento, como no caso de Porto Alegre (BETÂNIA DE MORAES ALFONSIN *et al*, 2011).

Tratando da especificidade da obra na Avenida Tronco, o discurso do poder público municipal é o de que houve sim participação popular nas questões referentes à obra. Segundo informações retiradas do portal do DEMHAB, foram realizadas cerca de 25 assembleias com as comunidades para explicar as mudanças na região. O resultado das reuniões teria sido o seguinte:

(...) Com a constatação de que grande parte das pessoas prefere continuar na região, o município adquiriu áreas nas imediações das avenidas que passarão por obras, onde serão construídos os residenciais, com recursos do Programa Minha Casa, Minha Vida (DEMHAB, 2014).

As falas dos entrevistados envolvidos vão na direção oposta do discurso oficial da prefeitura. No entendimento dos mesmos não houve participação efetiva da comunidade em nenhuma instância de decisão sobre o projeto. Para eles, só depois da pressão feita pelos moradores apoiada pelo CPC Poa e por outras entidades sociais, algum diálogo foi possível, no entanto, não atendendo grande parte das reivindicações da comunidade. Seguem trechos das entrevistas que retratam essa posição.

(...) antes de esse processo começar a acontecer, a duplicação das obras, a contratação da empreiteira que ia fazer a duplicação ali, a primeira coisa que deveria ter sido feita é um processo de concertação com esses moradores, de democratização do processo de tomada de decisão sobre todas essas questões que vieram na continuidade e começaram a aparecer, como por exemplo essas questões envolvendo localização, envolvendo quais seriam as alternativas (...) (ROE1);



(...) primeira coisa é a consulta popular né, tu consultar as pessoas, fazer algum tipo de campanha que tu consigas dialogar com as pessoas, e que aí tu consiga ter os dois lados né (...) (LC4);

(...) óbvio que teria como fazer, com diálogo, com participação, teve tempo para isso, só não foi feito (...) (LC1);

(...) adequado seria aquilo né, que desde o início o processo deveria ter sido discutido com a comunidade e a gente pudesse escolher, junto com eles, o local mais adequado para a gente ser transferido (...) (LC3);

(...) se desde o início eles tivessem feito isso aí, a gente não tinha que ter brigado pelos terrenos que foram comprados né (...) (LC3);

(...) se desde o início do processo mostrassem, não, tem isso aqui, dá para fazer sim, mas não, a gente teve que empurrar goela a baixo deles para que eles aceitassem (...) (LC3);

(...) a interferência a partir daí, ela é uma interferência conflituosa, ela não é uma interferência de uma participação onde teve uma construção de um projeto (...) (LC2);

(...) a partir daí quais os suprimentos que são feitos, são feitas reuniões, muito mais a partir da pressão e da demanda da comunidade do que provavelmente de um calendário que foi abordado a partir daí entre gestor público e comunidades afetadas (...) (LC2);

(...) a população nunca foi chamada para discutir os projetos (...) (LC3);

(...) eles já chegaram com tudo pronto, um mapa delineado em vermelho todas as casas que teriam que sair (...) (LC3);

(...) o processo de participação se dá de maneira impositiva (...) (LC2);

(...) o processo de decisão ele foi imposto, a decisão, o processo de participação que houve, ele foi um processo apresentado já num momento numa decisão já tomada (...) (LC2);

(...) o poder público errou muito, errou principalmente em não consultar a população sobre essa decisão que compromete recursos públicos, no presente e para o futuro né (...) (ROE1);

(...) a cidade de Porto Alegre já deveria ter como prática na sua administração pública da sua cidade, e porque o histórico de Porto Alegre dentro de processos de gestão compartilhada, de processo de decisão sobre a aplicação de recursos orçamentários públicos (...) (LC2).

Pode-se considerar então, no que tange a participação popular no processo decisório de construção da cidade, um retrocesso da cidade de Porto Alegre por ocasião da Copa do Mundo, especialmente no caso analisado. Uma cidade pioneira nesse quesito poderia e deveria ter conduzido esse processo de modo a priorizar os interesses sociais em detrimento dos interesses externos, como o do megaevento. Isso fica mais evidenciado pelo fato da obra não ser essencial para a realização da competição na cidade, e sendo assim, poderia ter sido planejada pensando em primeiro lugar nos moradores locais, e não atropelada para cumprir um prazo diminuto até o evento.

Uma vez tomada a decisão sobre a execução da obra e realocação dos moradores as “cartas são colocadas na mesa” para a população, e são apresentadas as opções de transferência oferecidas. No próximo tópico serão debatidos alguns aspectos que envolvem tais opções.

### **6.2.2 Opções de transferência**

Quando apresentado à população, o projeto de duplicação da Avenida Tronco trazia o indicativo de que os moradores afetados seriam realocados nas proximidades da avenida. Os recursos para a construção dessas moradias seriam do PMCMV. Seriam construídos apartamentos ao longo da via para abrigar essa população. Porém, no final de 2010, foi aprovado na Câmara de Vereadores de Porto Alegre um projeto de Lei Complementar elaborado pelo executivo municipal. Essa lei decretou que os reassentamentos feitos com recursos do PMCMV, em função das obras de infraestrutura associadas à Copa de 2014, não necessitavam ser realizados em áreas identificadas na região de origem dos moradores (ARAÚJO, 2014). O reassentamento em locais distantes está relacionado à definição das Áreas Especiais de Interesses Sociais<sup>10</sup> (AEIS) por parte do poder público municipal, que “acaba levando a um modelo de reprodução social de exclusão dos pobres para a periferia, ao definir boa parte das áreas em regiões periféricas da cidade” (ARAÚJO, 2011, pág. 37). A partir de então a mobilização popular aumentou, e o embate mais forte começou, o que travou o processo.

Com o processo de remoção emperrado e com a eminência do início das obras, o poder municipal, numa tentativa de apressurar o processo de remoção, começa a arquitetar a

---

<sup>10</sup> São aquelas destinadas à produção e à manutenção de Habitação de Interesse Social, com destinação específica, normas próprias de uso e ocupação do solo. (Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental de Porto Alegre, Artigo 76).

utilização de outras políticas habitacionais. As políticas adotadas foram o pagamento do bônus moradia (indenização assistida) ou do aluguel social. No Plano Municipal de Habitação de Interesse Social de Porto Alegre (PMHIS) são trazidas as descrições das duas políticas.

a) Bônus moradia:

A Indenização Assistida é uma ação que atende, de maneira eficaz, às famílias que optam por adquirir no mercado um imóvel disponível, que se enquadre no valor limite estabelecido pela ação. Deve ter sua ação ampliada no intuito de aumentar a oferta de moradia digna para a população de baixa renda e aproveitamento dos imóveis ociosos, construídos ou que estão em construção.

(PMHIS de Porto Alegre, pág. 70).

b) Aluguel Social:

O Aluguel Social constitui-se em um recurso assistencial mensal destinado a atender, **em caráter de emergência**, famílias sem moradia;

A concessão é exclusiva para o atendimento de famílias em **situações de calamidade pública**, desocupação de área pública ou privada que estejam sob intervenção do DEMHAB, moradores de rua ou em estado de vulnerabilidade social, que não possuem um lote ou área para instalação de uma casa de emergência.

(PMHIS de Porto Alegre, pág. 69).

O bônus moradia é um recurso para a aquisição, de maneira individualizada, de moradias regularizadas. Na prática, ao optar pelo bônus moradia, as famílias precisam procurar casas, negociar com o dono, levar os papéis ao DEMHAB para passar por um processo de avaliação e, se estiver tudo certo, os representantes governamentais contatam o proprietário para a compra e repassam o título de proprietário à família. A opção pelo bônus moradia corresponde a um valor de aproximadamente R\$52mil, o mesmo valor da unidade habitacional a ser construída pelo PMCMV (DEMHAB, 2014).

Já o aluguel social, caracterizado (conforme destacado) como medida em caráter de emergência ou em situações de calamidade pública, foi a alternativa encontrada pela prefeitura para as famílias que optassem pelas casas a serem construídas através do PMCMV. Ao escolher essa modalidade a família tem o direito de receber um valor de R\$500,00 mensais para locar temporariamente uma moradia, nesse caso até que as novas residências

estivessem concluídas, sendo esse processo intermediado pela prefeitura. Porém, segundo informação retirada do portal DEMHAB, o aluguel social “é um subsídio concedido por seis meses”, o que coloca um prazo diminuto para a finalização das novas moradias, e causa uma insegurança ainda maior nos atingidos. Segundo o mesmo portal, as condições para a utilização das opções oferecidas são as seguintes:

- a) Famílias com renda até R\$1.600,00 poderão ser contempladas no PMCMV, ou com o recebimento de bônus-moradia e, ainda, por meio de indenização (se o valor da edificação superar o do bônus).
- b) Famílias com renda superior a R\$1.600,00 somente poderão optar pelo bônus-moradia ou indenização pela edificação.

Com o entrave nas obras do PMCMV, as duas opções descritas começam a ser colocadas em prática. Essas duas modalidades passaram a serem ofertadas às famílias cadastradas pelo DEMHAB, em junho de 2012, quando da instalação do Escritório Nova Tronco, num espaço comunitário da Vila Cruzeiro. Segundo o portal do DEMHAB o propósito do escritório é:

Com o objetivo de atender às comunidades da região, foi criado o Escritório Nova Tronco. No local poderão ser sanadas todas as dúvidas sobre as questões habitacionais do Projeto da Nova Tronco. O atendimento é prestado por advogados, arquitetos, técnicos sociais e assistentes administrativos.

Com a falta de informações sobre a construção dos apartamentos pelo PMCMV, a opção pelo bônus moradia passa a ser a única solução concreta, sendo a opção escolhida pela maioria das famílias que já foram removidas. Das 708 famílias removidas até julho de 2014, é de 420 o número das que optaram pelo bônus moradia, e de 108 as que receberam indenizações superiores ao valor do bônus. Já os que “optaram” pelo aluguel social representam o número de 180 famílias (*blog do CPC Poa*, 11/07/2014). As demais famílias resistiram e permaneceram na região, e continuam no aguardo da construção das unidades habitacionais pelo PMCMV. A seguir, apresento os principais aspectos citados pelos sujeitos entrevistados quando indagados sobre as opções de transferência oferecidas nesse caso.

(...) como uma comunidade que está ali há muitos anos, há décadas, eles teriam direito a permanecer no próprio local (...) (ROE1);

(...) eles teriam direito a ser realocados ali pelo Cristal, pela região ali né, e em terrenos desapropriados para esse fim e já com uma moradia construída (...)(ROE1);

(...) as pessoas têm que serem locadas para o mais próximo possível, e isso não aconteceu ali (...)(ROE2);

(...) uma família quando chega a morar em um determinado ponto, num local, ela cria um vínculo com as comunidades com os seus familiares, com o local (...)(ROE2);

(...) o que tem custo social enorme, porque em geral as famílias têm filhos matriculados nas escolas ali naquele bairro, têm empregos ali próximos né, fazem toda a ficha do posto de saúde é naquele bairro ali (...)(ROE1);

(...) nós queremos casas, a mas não tem como fazer casas, não tem espaço, tem que ser apartamento, e aí já começou, era 39m<sup>2</sup>, que que é 39m<sup>2</sup>? Não é nada né? Depois passou para 42m<sup>2</sup>, a pressão que a gente fez que não dava, que não tinha condições, e me parece que agora está 52m<sup>2</sup> (...)(LC3);

(...) aí tu constrói casas porque aqueles apartamentos são horríveis, aí tu remove as pessoas, depois que tu removeu as pessoas tu dá um curto período para a adaptação das pessoas, e aí depois tu começa a construir a obra (...)(LC4);

(...) todas as pessoas moram em casas, e muitas, além do valor muito significativo de morar em casa, ainda tem solo assim, para ter uma horta e coisa e tal, essa é a realidade dela atual, essa realidade, se ela quer que seja mantida, tem que ser mantida (...)(LC2);

(...) na verdade todo mundo que mora aqui mora em casa. Eu não me adequaria num apartamento de maneira nenhuma (...)(LC3);

(...) a obra é prioritária, está bem qual é, todos moram em casas, nós vamos construir um número X de casas que venha a atender a demanda que está estabelecida (...)(LC2);

(...) se eles tivessem se atracado, em dois anos a construir as casas, em vez de ficar nessa discurseira e pagando os bônus moradia, eles teriam removido todo mundo e a obra estava pronta (...)(LC1);

(...) eu acho que você oferecer R\$52mil para uma pessoa que mora naquela região da cidade, esse valor é um valor irrisório, ridículo que viola o direito humano a moradia adequada (...)(ROE1);

(...) o chamado bônus moradia, que eles impuseram, ele é muito baixo, a gente diz q elas podem comprar um terreno nos quinto dos infernos, mas não em Porto Alegre, então é exclusão social direta (...) (ROE2);

(...) se alguém quiser o bônus, é direito, não tem problema nenhum, agora tem que ser condizente com a questão de comprar um imóvel numa situação que seja equivalente à situação de onde ele está morando hoje (...) (LC2);

(...) com R\$52mil hoje só consegue comprar hoje uma casa na praia (...) (ROE1);

(...) aluguel social não é política habitacional, aluguel social é uns instrumento para emergência, uma obra planejada não é emergência, não é o caso da questão da Avenida Tronco (...) (LC2).

Observa-se que o primeiro ponto relatado pelos entrevistados é o de que é fundamental o reassentamento dos moradores nas proximidades do seu local de origem, uma vez que são muitos os valores estabelecidos naquele local, não só os formais, como emprego, escola, posto de saúde, mas também uma há vinculação emocional com a rede de relacionamentos estabelecida na comunidade. Porém, Betânia de Moraes Alfonsin *et al* (2011) argumenta que, historicamente, o poder público brasileiro reservou a área da periferia da cidade aos loteamentos e conjuntos habitacionais populares construídos pelo Estado, com um custo social elevado devido à falta de infraestrutura e à carência de serviços.

Outro aspecto que emergiu das entrevistas, além das já citadas contradições políticas do bônus moradia e do aluguel social, foi o de que os moradores não desejam trocar suas casas por apartamentos como os que são construídos geralmente nos conjuntos habitacionais populares. A relação dessas pessoas com suas casa vai muito além da propriedade, e tem implicação direta no estilo de uma vida toda, e deve sim ser levada em consideração.

### **6.2.3 Cumprimento do acordado**

O momento inicial do rompimento do acordado com a população se dá quando não são cumpridos e respeitados os direitos adquiridos dos cidadãos, citados anteriormente. Então já parte-se do pressuposto que o que foi acordado não está sendo cumprido à risca. A partir daí, quando a obra é apresentada como fundamental para a realização da Copa do Mundo FIFA de 2014 na cidade para a população, e são estabelecidos prazos inadiáveis para sua execução, temos outro acordo firmado. Quando futuramente se percebe que tal discurso não condizia com a realidade temos mais uma quebra de contrato, formal e informal com a população. Tal

manobra pode ser interpretada como uma forma de pressionar as comunidades e acelerar um processo que sabidamente seria turbulento, utilizando uma falsa informação como justificativa, no caso o cronograma improrrogável das obras. Essa questão aparece também no discurso dos sujeitos interpelados na pesquisa.

(...) primeiro com mentira, essa é a primeira coisa que a gente precisa dizer aqui a obra ela foi apresentada como uma obra para viabilização de uma Copa do Mundo em Porto Alegre (...) (LC2);

(...) em momento algum a duplicação da Avenida Tronco era uma exigência de acontecer a Copa do Mundo como foi apresentada pela administração pública aqui (...) (LC5);

(...) a partir daí o processo de participação colocado com data, que o seguinte, ou a obra acontece até tal data, no caso 2014, ou não poderemos ter a obra. Mentira! (...) (ROE3);

(...) e ainda mais sobre a manutenção de uma mentira, que era a existência de uma data que teria que estar concluída, que era 2014 (...) (LC2).

Cronologicamente, o próximo acordo fechado com a população a ser transferida foi o da promessa de construção das residências nas proximidades da avenida, que como já mencionado, não foi cumprido. A partir de então, a população se mobilizou, e disse que só sairia do local quando tivesse a chave da sua nova residência em mãos, no que ficou conhecida como a campanha “Chave por Chave”. Além disso, os representantes comunitários fizeram um levantamento dos terrenos disponíveis nos bairros do entorno e o entregaram para o poder público, que se comprometeu a construir as residências naqueles locais (todo esse processo será detalhado na seção posterior). Porém, o que se viu na prática mais uma vez não foi o prometido, conforme as declarações das lideranças comunitárias abaixo.

(...) a partir do movimento que se criou até o processo “Chave por Chave”, foi inclusive acordado, é isso, a pessoa só sai da sua casa com a sua casa em definitivo, não tem nenhuma unidade construída até agora, na região, não está sendo cumprido o acordo, e continua o movimento de pessoas pela moradia, de pessoas que queriam ficar na região (...) (LC2);

(...) não foi cumprido, então as áreas desocupadas não foram identificadas até agora, não foi cumprido o “Chave por Chave” que foi acordado (...) (LC5);

(...) nada do que foi dito desde o início está sendo cumprido, porque eu vou te dizer, não tem um tijolo nos terrenos que a gente deu para eles desapropriarem né (...) (LC3).

O que se tem hoje é uma obra longe de estar concluída, onde muitos moradores foram realocados, grande parte por se sentirem pressionados a deixar o local, se submetendo ao bônus moradia e ao aluguel social, conforme comentário de um dos moradores atingidos, feito na reunião do CPC Poa em 16 de maio de 2013: “começaram a pressionar as pessoas né, ameaçando, dizendo que se tu não queria aceitar o aluguel social e o bônus moradia que então tu iria ficar sem nada, e as pessoas não tem aquela capacidade de dizer não”. Muitos outros desses moradores provavelmente foram acuados inicialmente pelo cronograma definido da obra, outros por não verem outra saída, uma vez que os projetos habitacionais não saíram do papel.

#### **6.2.4 O embate entre a população e o poder público**

Os temas discutidos nos três tópicos anteriores (tomada de decisão; opções de transferência; e cumprimento do acordado) são os considerados fundamentais para o embate entre a população e o poder público na questão da Avenida Tronco. Neste tópico, será feita uma retrospectiva de todo o conflito gerado na região após o anúncio da realização da obra. Esse histórico será baseado fundamentalmente nas experiências vividas nas conversas e entrevistas com os envolvidos, bem como em todos os espaços de discussão presenciados nos últimos anos. Obviamente que, ao longo do texto, os fatos serão ilustrados com documentos oficiais e não oficiais que tem o intuito de referendar grande parte da escrita.

Para isso, se faz necessária primeiramente a contextualização da participação de duas entidades extremamente atuantes nesse processo, que são a Comitê Popular da Copa em Porto Alegre e o Ponto de Cultura Quilombo do Sopapo. A primeira atuando como porta-voz direta dos moradores atingidos. A segunda surgindo como aliada, e atuando fortemente do processo organizativo dos moradores.

##### **6.2.4.1 O Comitê Popular da Copa em Porto Alegre**

O Comitê Popular da Copa de Porto Alegre nasceu a cerca de quatro anos, no dia 1º de setembro de 2010, assim como os demais 11 Comitês que existem em cada cidade-sede que recebeu os jogos da Copa do Mundo de 2014. Os Comitês nascem a fim de monitorar,



enfrentar e realizar atividades e estudos que dizem respeito às violações de direitos humanos, gastos públicos, desrespeitos com a lei que ocorrem e/ou que se aceleram com a chegada dos megaeventos (*blog* CPC Poa, 2014). Em Porto Alegre, sua principal atuação se dá junto às famílias do bairro Cristal, atingidas pela duplicação da Avenida Tronco, mas também com diversas outras na cidade. Durante os quatro anos de existência a entidade estabeleceu contato com diversas organizações que compuseram e construíram o Comitê durante esse período. Dentre essas organizações podemos citar o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), o Levante Popular da Juventude (LPJ), a ONG Amigos da Terra Brasil (NAT/Brasil), a ONG Cidade, o Bloco de Luta pelo Transporte Público e o Ponto de Cultura Quilombo do Sopapo. Nesses quatro anos foram realizadas diversas atividades, seminários, mobilizações de rua, reuniões comunitárias, audiências públicas, em diversos lugares da cidade e fora dela. A seguir apresento a sequência de fatores que levaram a criação dessa entidade e seu envolvimento com os moradores afetados pela obra em questão, na visão de seus componentes.

Em 2009 aconteceu em Porto Alegre uma luta muito significativa no contexto urbano que foi a luta contra o Projeto de Lei 388, enviado pelo Governo Estadual para a Assembleia Legislativa. O projeto alienava uma área de 74 hectares do morro Santa Teresa com a justificativa da descentralização da Fundação de Atendimento Socioeducativo (FASE), que cuida dos menores infratores. No entanto, o que constava no projeto “era um valor irrisório, e a transação estaria sendo feita com a Majojama que é a empreiteira pertencente do GrupoRBS” (LC5). Esse projeto seria responsável por despejar 4mil famílias residentes na região, e no mesmo se quer eram citadas essas famílias, muito menos o que seria feito com elas. E esse foi o momento em que um grande número de atores sociais na cidade se aglutinou no sentido de defender os moradores do morro Santa Teresa. A partir de então a discussão sobre o território de Porto Alegre teria aflorado.

E todo esse debate começa acontecer às vésperas da divulgação da Matriz de Responsabilidades da Copa em Porto Alegre, e na visão de uma das lideranças comunitárias “começamos a entender que papel a Copa tinha nesse processo de reorganização do sistema urbano dentro da cidade” (LC5). Nesse momento um série de alterações aconteciam, principalmente na região do entorno do Beira-Rio, que é também a região onde fica a Avenida Tronco. E logo em seguida é assinada a Matriz de Responsabilidades da cidade, e nela estavam presentes diversas obras de mobilidade urbana, dentre elas a duplicação da Avenida

Tronco. “Só que a Avenida Tronco removeria 1,5 mil famílias. E aí foi nesse momento que a gente se deu conta do que de fato estava acontecendo na cidade” (LC1).

No final de 2010 aconteceram um seminário em São Paulo e outro no Rio de Janeiro, quase concomitantes, onde se encontraram atores de movimentos sociais das 12 cidades-sede, contando os seus casos e relatando como todo esse processo estava sendo sentido em cada cidade. Então, naquele momento, foi a primeira vez em que atores sociais das 12 cidades se encontram para tratar especificamente dos megaeventos. E de fato, em seguida a essas reuniões se encaminha a criação de um Comitê Popular da Copa em cada cidade-sede.

Em Porto Alegre a característica do Comitê Popular da Copa sempre foi a de trabalhar muito próxima às comunidades. Para um dos ouvidos (LC1), o CPC Poa atua “com essa pauta efetiva das remoções forçadas como uma das principais e mais cruéis formas de violação de direitos humanos que existem no contexto dos megaeventos e principalmente da Copa do Mundo de Futebol”.

#### 6.2.4.2 O Ponto de Cultura Quilombo do Sopapo

O Ponto de Cultura Quilombo do Sopapo é um centro cultural comunitário, que em 2014, completou sete anos de sua inauguração. O PCQS abriu suas portas em janeiro de 2008, “mas está atuando na região desde 2006” (LC2). Em convênio com o Ministério da Cultura, através do programa Cultura Viva, a Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) Guayí<sup>11</sup> desenvolve o projeto de um Ponto de Cultura na região do Cristal voltado a promover alternativas de produção cultural e audiovisual além de capacitação na área de tecnologia da informação para jovens (*blog* PCQS, 2014). O PCQS busca incentivar e desenvolver ações comunitárias com jovens que integre arte, cultura, cidadania e economia solidária, estimulando a afirmação dos direitos e construção de uma cultura de não violência.

E a partir desse trabalho uma das pautas é o envolvimento com as lutas sociais da região, e a outra é a de trabalhar prioritariamente com o recorte espacial que é o território considerado irregular pelo estado. “Aqui nessa região nós temos mais de 50% da população vivendo em situação considerada irregular” (LC5). E a “participação na questão da Avenida Tronco está relacionada com esse perfil de atuação que nós temos” (LC2). “Temos o compromisso de ter a participação ativa nas lutas e na defesa de direitos das comunidades e da população em geral que vive nessa região” (LC4), e isso acaba também tendo repercussão em

---

11 Mais informações em: <http://guayi.org.br>

vários outros pontos da cidade, ou em outras organizações, como o Comitê Popular da Copa. No espaço físico do PCQS foram realizadas diversas reuniões do CPC POa, e de lá saíram as definições para várias ações realizadas pela entidade. Além disso, tal espaço foi o utilizado para a realização da maioria das entrevistas com os líderes comunitários na pesquisa. Segue uma imagem do local, registrada em uma dessas visitas para a realização das entrevistas. Segundo informação obtida no local, a pintura foi realizada por jovens de uma das comunidades carentes atendidas pelo PCQS.

**Ilustração 57** - Espaço físico do Ponto de Cultura Quilombo do Sopapo.



Imagem registrada pelo autor (26/02/2014).

#### 6.2.4.3 O histórico de debates e disputas

No dia 19 julho de 2010, em reunião do Fórum de Planejamento Regional da Região de Gestão do Planejamento 5 (RGP5) de Porto Alegre (regiões do Glória, Cruzeiro e Cristal), a SECOPA apresentou aos delegados o traçado final da duplicação da Avenida Tronco. Em conjunto ao traçado da via, foi passada para os moradores a informação de quais unidades residenciais teriam que ser removidas para que a obra fosse executada. O anúncio foi o de que a construção das unidades habitacionais para as famílias atingidas seria realizada através do PMCMV. Segue um trecho que demonstra a visão de uma das lideranças comunitárias sobre a apresentação do projeto à comunidade.

(...) eles já chegaram dizendo que as famílias tinham que ser reassentadas em outro local né, vieram com propostas indecentes né, que não tinha nada de descente porque eles já chegaram com tudo pronto, um mapa delineado em vermelho todas as casas que teriam que sair (...) (LC3).

Quanto ao PMCMV, no dia 13 de janeiro de 2010 foi aprovada na Câmara de Vereadores a Lei Complementar nº636, que institui o programa em Porto Alegre. Um dos artigos dessa lei determinava que o PMCMV:

Atenderá a, no mínimo 80% (oitenta por cento) da DHP (demanda habitacional prioritária) por região de planejamento, em áreas identificadas nas próprias regiões.

(Lei Complementar de nº636, Art. 3º, parágrafo único).

Logo em seguida, no dia 29 de julho de 2010, se aprova a revisão do Plano Diretor da cidade, “com todo um processo de participação, democrático” (LC1). Porém, “no final do ano começam a ir um monte de leis para a Câmara de Vereadores, que alteram e rasgam completamente o Plano Diretor” (ROE3). Alterações no índice construtivo para estabelecimentos comerciais a fim de melhorar a estrutura para a Copa do Mundo, alterações de regime urbanístico de terrenos próximos às avenidas, entre outras. Uma das leis é chamada de “Lei das AEIS” (Lei Complementar nº663), que foi encaminhada para a Câmara de Vereadores pela Prefeitura Municipal, e aprovada no dia 28 de dezembro de 2010. Essa lei demarcava na cidade 34 áreas especiais de interesse social. “Só que tu colocavas nas coordenadas do Google e tu ias para regiões extremamente distantes da cidade” (LC1). Claro que a Lei das AEIS, de maneira geral, é uma pauta positiva, pois são demarcadas áreas destinadas à construção de moradia popular, e “nenhum vereador vota contra uma lei dessas” (RO3). Algumas das áreas demarcadas eram inclusive ao redor da Avenida Tronco, só que eram áreas já ocupadas, que teriam que ser liberadas para a construção de moradias populares. Acontece que o último artigo dessa lei diz o seguinte:

Para os empreendimentos Minha Casa, Minha Vida destinados ao reassentamento de famílias em função das obras da Copa de 2014, não se aplica o disposto no parágrafo único do art. 3º da Lei Complementar nº 636, de 13 de janeiro de 2010.

(Lei Complementar de nº663, Art. 79, parágrafo único).

Portanto, uma lei considerada muito positiva na sua concepção, mas que na última página, no último artigo, “ferra com as famílias da Tronco, ficando claro o destino que a prefeitura queria dar para a população”(LC5).

A aprovação da lei das AEIS, conforme mencionado, se deu em dezembro de 2010. Até a esse momento a população já havia realizado diversas mobilizações e começava a se estruturar para o embate com o poder público. Seguem dois recortes (Ilustrações 58 e 59) feitos do “2º Boletim Informativo do Comitê Popular da Copa”, datado de maio de 2011, que contam um pouco do ocorrido no ano de 2010 (*blog do CPC Poa*).

**Ilustração 58** - Atividades realizadas pelas comunidades atingidas no ano de 2010 (1).

<p>● <b>19 de Julho de 2010</b></p>  <p><b>Reunião do Fórum de Planejamento (RP5), na SAC (Sociedade Amigos do Cristal)</b></p> <p><i>Foi feita a primeira apresentação do traçado da nova Avenida Tronco. Os moradores ficam sabendo do grande número de desapropriações e da construção de uma praça entre as duas vias da avenida.</i></p>	<p>● <b>23 de Agosto de 2010</b></p>  <p><b>Fórum do Orçamento Participativo do Cristal, na SAC</b></p> <p><i>Cerca de 150 moradores participaram da reunião. Foi apresentada a equipe que iria realizar o levantamento topográfico para a duplicação da avenida. Prefeitura não dá nenhuma resposta sobre as remoções das famílias.</i></p>
<p>● <b>26 de Agosto de 2010</b></p>  <p><b>Reunião na Paróquia Santa Teresa</b></p> <p><i>Esta foi a primeira reunião a ser organizada somente pela comunidade. Cem moradores estudaram o projeto inicial da prefeitura, questionaram a construção da praça e visualizaram terrenos livres na região em que poderiam ser reassentadas as famílias removidas para a duplicação da Tronco.</i></p>	<p>● <b>1º de Setembro de 2010</b></p>  <p><b>Reunião no Quilombo do Sopapo</b></p> <p><i>Nesta reunião, além dos moradores participaram movimentos sociais parceiros como o Levante Popular da Juventude, o MST (Movimento Sem Terra), MTD (Movimento dos Trabalhadores Desempregados) e a entidade ambientalista Amigos da Terra. É aqui que é criado o Comitê Popular da Copa Cristal.</i></p>

**Ilustração 59** - Atividades realizadas pelas comunidades atingidas no ano de 2010 (2).

● **22 de Setembro de 2010**



**Reunião na Paróquia Santa Teresa**  
*Participou a Secretaria Extraordinária da Copa 2014, ligada à prefeitura, que mais uma vez deixou os moradores sem resposta sobre o projeto da duplicação e para onde seriam removidas as famílias. Nesta reunião, a comunidade fica sabendo da venda da área das cocheiras do Jôquei para a construtora Multiplan.*

● **8 de Outubro de 2010**



**Comitê Popular da Copa Cristal** *protocola documento no Ministério Público em que denuncia a alteração do contrato, aprovado pela Assembleia Legislativa, que permitiu a venda das cocheiras do Jôquei. Os moradores não foram consultados sobre a venda dessa área, que poderia ter sido destinada às famílias da região que moram em áreas de risco.*

---

● **11 e 25 de novembro de 2010**



**Plenárias do Comitê Popular da Copa Cristal**  
*População estuda os impactos das copas do mundo em outros países e debate situação das famílias que serão atingidas pela duplicação da Tronco.*

Informações retiradas do *blog* do CPC Poa.

Nos aproximadamente seis meses registrados nas ilustrações acima fica notório o início da articulação das comunidades para lutar por seus direitos. E os primeiros conflitos claros começam a surgir, como a questão da venda do terreno das cocheiras do *Jockey Club* do Rio Grande do Sul, pertencente inicialmente ao Estado, e situado nas proximidades da Avenida Tronco. Os moradores indicaram o uso desse terreno para a realocação das famílias que deveriam ser removidas. Porém, concomitantemente, a Assembleia Legislativa do Rio

Grande do Sul aprovou por unanimidade, e sem nenhuma consulta à população da região, o Projeto de Lei nº178/10, que alterava o contrato de concessão do Estado sobre a área conhecida como “Cocheiras do Jockey”, permitindo sua comercialização por particulares e aumentando a tensão na relação com os moradores. Na sequência, o *Jockey Club* negocia a área para a construção de 17 torres residenciais e 3 torres de serviço. Segue o trecho da fala de uma das lideranças comunitárias, em reunião do CPC Poa no dia 5 de setembro de 2013, que retrata sua indignação quanto a essa questão.

(...) então quer dizer, não tem área para construir as moradias das pessoas, mas uma área para construir 17 torres para a alta burguesia e 3 torres de comércio, aí tem área para construir né (...) (LC1).

Parece que o primeiro resultado efetivo de toda a mobilização da comunidade até esse momento foi o de “obrigar” o prefeito da cidade a ouvi-la. No dia 14 de fevereiro de 2011, a prefeitura de Porto Alegre compareceu em peso à reunião realizada na Associação de Moradores da Vila Tronco. Além do prefeito, também estiveram presentes secretários, diretores, e os técnicos responsáveis pela obra de duplicação da Avenida Tronco. “O prefeito veio aqui para simplesmente não dizer nada de concreto à população da região”. Essa é a fala de um dos moradores durante uma das reuniões observadas. Porém, dessa reunião algo de positivo apareceu. Os moradores solicitaram audiências públicas a serem realizadas com a comunidade para debater a questão da obra. E no início de 2011 ocorreram as ações conhecidas como o “Ciclo de audiências públicas de iniciativa popular”, que segundo consta no *blog* do PCQS, sinalizou a intenção de prioridade para o diálogo com princípios constitucionais que tem como parâmetros a defesa dos direitos humanos à moradia digna.

A primeira ação se deu no dia 25 de março de 2011, quando ocorreu a audiência pública denominada “Impactos do megaevento Copa do Mundo 2014 no direito à moradia e outros a ele relacionados”. Nessa audiência, convocada pelo Ministério Público Federal, foram convidadas as comunidades atingidas pelas obras, o Ministério Público Estadual, a Prefeitura Municipal, o Governo do Estado e as secretarias municipais e estaduais envolvidas com a Copa, em um exemplo emblemático do papel que pode ser cumprido pela população no controle da Administração Pública no que diz respeito à observância das diretrizes do Estatuto da Cidade. (BETÂNIA DE MORAES ALFONSIN *et al*, 2011).

Mais de 500 moradores dos bairros Cristal, Morro Santa Teresa e demais localidades de Porto Alegre compareceram a sessão (*blog* CPC Poa). As comunidades fizeram denúncias

e reivindicações em relação aos impactos das obras para a Copa. Em resposta as denúncias, o representante do poder executivo municipal, dentre outras coisas, afirmou:

(...) o reassentamento da maioria das famílias em Porto Alegre será na própria região (...);

(...) as lideranças comunitárias já integram o Comitê Gestor formado pelo executivo municipal para tratar do impacto das obras para a Copa e que, se alguma liderança ainda não faz parte do Comitê Gestor, deverá ser imediatamente incluída (...).

(Ata da audiência pública do dia 25 de março de 2011, nos autos do inquérito civil 1.29.000.000396/2011-82).

A afirmação do representante do poder executivo municipal de que as lideranças comunitárias da região se faziam presentes no Comitê Gestor para as Obras na Copa<sup>12</sup> foi refutada pelos moradores da Avenida Tronco. Segundo os moradores, as lideranças comunitárias que compunham o comitê não representavam a totalidade das comunidades atingidas, conforme fala de um dos entrevistados.

(...) são duas lideranças comunitárias de uma das associações de moradores das tantas vilas que são atingidas e estavam representando toda a comunidade, e aquelas duas figuras nem removidas iam ser, entendeu, então que não tinham assim legitimidade nenhuma para tratar do assunto. Nesse contexto então, imediatamente a gente solicita que se incluam então, mais três pessoas que representassem os atingidos (...) (LC3).

A demanda da população da Tronco foi atendida, e três representantes da região passaram a compor o Comitê Gestor para as Obras na Copa. Além disso, na audiência do dia 25 de março ficou definida a realização de uma audiência pública específica para os moradores do bairro Cristal, a ser realizada no dia 27 de abril de 2011.

Nessa nova audiência, além do entrave na questão das cocheiras do *Jockey* que ainda era latente, são discutidos outros pontos relevantes, e novos encaminhamentos surgem. Talvez o mais importante seja o compromisso assumido pelo representante municipal de intermediar a fim de revogar o artigo 79 da Lei Complementar nº663 de 2010 citado anteriormente, que retirava a garantia de que os reassentamentos em Porto Alegre teriam que ser 80% nas regiões

---

12 Tem por finalidade acompanhar as ações do município em relação às obras para a Copa do Mundo FIFA 2014, e é composto por moradores das regiões atingidas. Possui um comitê gestor específico para a duplicação da Avenida Tronco (Portaria nº 152/2011, Porto Alegre).



de origem dos atingidos (2º Boletim informativo do Comitê Popular da Copa).

Além do mais, com a participação referendada na primeira audiência pública, as lideranças comunitárias indicadas começaram a participar das reuniões com o Comitê Gestor. Porém, o espaço, no entendimento de tais lideranças, não se mostrou eficiente.

(...) não atendiam às nossas solicitações, não éramos ouvidos. Às vezes, ocorria de chegar lá e não ter reunião, às vezes, avisavam que o encontro não aconteceria e depois ficávamos sabendo que aconteceu, essas coisas. Eu participei de, no máximo, umas quatro reuniões. Não chamaram mais, e, depois, eu acabei desistindo (...) (LC3).

(...) começam a acontecer algumas reuniões, que elas acontecem por cerca de 6 meses, uma por mês, então umas, sei lá, talvez 10 reuniões, no máximo assim, nunca encaminhando nada, porque ficava um embate aqui e um embate lá (...) (LC1).

Durante essas reuniões, ocorridas ao longo do ano de 2011, o argumento da prefeitura era o seguinte: “não tem área disponível na região, não tem como reassentar na mesma região porque não tem área disponível” (LC4). Porém, numa dessas reuniões, uma das lideranças comunitárias, morador antigo da região, afirmou: “mas como assim, então eu vou marcar as áreas e vou trazer aqui as áreas para desapropriarem” (LC3). E esse trabalho foi realizado. Com o auxílio do CPC Poa foi identificada uma lista de terrenos vazios na região que estavam simplesmente valorizando devido a especulação imobiliária. A lista foi apresentada à prefeitura para desapropriação por interesse público. A prefeitura, sob pressão dos moradores, seleciona alguns e desapropria os terrenos para a construção de apartamentos do PMCMV na região (*blog CPC Poa*). E essa pode ser considerada uma primeira grande vitória da população atingida.

No entanto, com os terrenos desapropriados, mas sem nenhum tijolo colocado nas construções, a prefeitura começa a pressionar os moradores a saírem de suas residências, pois a obra estava na eminência de iniciar. Segundo os entrevistados, a justificativa do poder público para o não início da construção dos apartamentos do PMCMV era a de que os terrenos, em sua grande maioria, eram muito pequenos, e isso não despertava o interesse nas construtoras em realizar as obras devido à baixa lucratividade. Dessa maneira, a prefeitura, a fim de viabilizar a retirada dos moradores do traçado a ser reestruturado, contrata uma empresa terceirizada que, juntamente a uma assistente social do DEMHAB, realiza uma reunião, no dia 15 de junho de 2011, com as lideranças, a fim de iniciar o cadastro

socioeconômico dos moradores a serem removidos. A reação, segundo os entrevistados, não foi positiva.

(...) e a mulherada ficou enlouquecida né, porque como é que os caras vão chegar, querer bater de casa em casa, a liderança comunitária acompanhar a ida às casas, e as pessoas não ter resposta nenhuma do que está sendo pretendido em relação aquele cadastro (...) (LC1);

(...) e se negaram a fazer o cadastro, e aí isso acirrou mais ainda a relação com a prefeitura, porque de fato eles acharam que iam chegar lá, iam cadastrar e ia ficar tudo bem (...) (LC5).

A reivindicação era a de que o prefeito fosse até a região para dar explicações sobre o que se pretendia com o cadastro. O lema utilizado pelos moradores era: “não vai ter cadastro”. Apenas depois da oposição coletiva dos moradores em submeter-se ao cadastramento imposto, o prefeito concordou em comparecer a uma reunião com as comunidades. O comparecimento se deu na reunião do OP no dia 2 de maio de 2012. Nessa reunião, segundo informação retirada do 5º Boletim informativo do CPC Poa (pág. 1), o prefeito se comprometeu em: “manter as famílias em suas casas até que as novas moradias estejam prontas”. Nesse espaço também aflorou uma das mais significativas campanhas realizadas pelos moradores atingidos pela obra, a campanha denominada “Chave por chave”, já citada anteriormente. Seguem duas falas que retratam a presença dessa campanha na reunião, bem como uma imagem (Ilustração 60) que ilustra toda a mobilização.

(...) e aí na reunião a gente levou as placas, levamos tudo sobre o “Chave por Chave” né, e tumultuamos um pouco o OP (...) (LC3);

(...) e lá pelas tantas, estava sendo gravado<sup>13</sup> para todos, diz ele (prefeito) na época que era para o Brasil inteiro e para o exterior aquele orçamento participativo, e a gente pressionou ele, e ele disse, não, então tá, então é “Chave por Chave”. Então a gente só vai sair das nossas casas quando receber a chave da casa nova. E ele aceitou né, publicamente ele aceitou isso (...) (LC5).

---

13 Gravação da reunião supracitada encontra-se disponível no blog do Comitê Popular da Copa em Porto Alegre ([www.comitepopularcopapoa2014.blogspot.com.br](http://www.comitepopularcopapoa2014.blogspot.com.br)).

**Ilustração 60** - Campanha “Chave por chave” presente na reunião com o prefeito de Porto Alegre.



Informações retiradas do *blog* do CPC Poa.

Conforme o acordo pré-estabelecido, o prefeito foi até a região, deu garantias públicas à população, que, em contrapartida, passou a se submeter ao cadastramento socioeconômico. Concomitantemente, foram aprovados a Lei Municipal nº11.229, de 6 de março de 2012, que institui o bônus moradia, e o Decreto nº17.772, de 2 de maio de 2012, que regulamenta a concessão do benefício.

Com a regulamentação do bônus moradia e com a instalação do escritório do DEMHAB na Avenida Tronco em junho de 2012, o cadastramento passa a ser mais intenso. Durante o processo de cadastramento algumas contravenções foram percebidas, conforme as falas dos sujeitos entrevistados.

(...) o escritório na Tronco do DEMHAB que teria que fazer a relação com a comunidade e não fez a relação com a comunidade, eles simplesmente passaram marcando as casas como se as casas e as pessoas que morassem ali há 30 ou 40 anos fossem gado (...) (LC5);

(...) para ter um cadastro no DEMHAB tu tinha que ter certos requisitos, se eu morasse num terreno que tinha 2 casas, a gente ia ganhar um bônus moradia ou a gente ia ganhar um reassentamento ou em apartamento ou em casa para as duas famílias que moram ali (...) (LC2);

(...) mulheres solteiras não poderiam se cadastrar, mesmo morando no terreno da mãe, com outro familiar, ou morando sozinha (...) (LC4).

As ofertas para os moradores num momento inicial eram basicamente o bônus moradia e a indenização para imóveis com valor avaliado superior ao bônus. Obviamente, as pessoas com a situação mais precária, ou que viram no bônus moradia uma solução para retornar para o interior, para perto da família, foram beneficiadas com essa oportunidade. Mas na maioria dos casos foi feita uma espécie de coação individual. “Começaram pegando um por um, e aí a prefeitura buscava as pessoas de casa em casa e levava para ver uma casa, ela própria fazia a mudança e derrubava a casa” (LC4). “Batendo nas casas, chamando as famílias para negociar, oferecendo casas, para as pessoas irem saindo dali” (LC1). E inevitavelmente algumas pessoas foram cedendo.

Só que no momento da saída dos primeiros moradores as casas começam a ser demolidas, e nesse momento eclodem diversos problemas que afetam toda a comunidade. As mudanças dessas famílias vieram atreladas à problemas para aqueles que ainda permaneceram. A assinatura do contrato autorizava a prefeitura a demolir as casas desocupadas e os entulhos não eram recolhidos para evitar que os terrenos fossem reocupados. O processo de demolição ocorria mesmo se no terreno existisse outra moradia, deixando aqueles que ficavam numa situação constrangedora. Essa realidade foi retratada na fala de uma moradora durante uma das visitas ao local das obras, no dia 18 de setembro de 2013.

(...) aí demole uma casa, aí fica um monte de escombros, racha o cano do esgoto, fica jorrando esgoto pela vila inteira, racha água, fica pingando lá, cobra, rato, aranha, entendeu, fica aquele cenário de guerra que é uma situação muito constrangedora, que gera medo nas pessoas, insegurança, aí uma casa já é apoiada na outra parede, aí demole aquela casa e a outra parede começa a rachar, aí a pessoa já não consegue ficar dentro de casa (...).

Nas visitas ao local das obras foi possível registrar também por meio de imagens essa realidade retratada. Na sequência, é trazida uma série de fotografias (Ilustrações 61, 62, 63 e 64) que têm o intuito de minimamente ilustrar os fatos descritos acima.

**Ilustração 61** - Marcação feita pelo DEMHAB na residência de uma família a ser realocada.



Imagem registrada pelo autor (18/01/2014).

**Ilustração 62** - Residência demolida pelo DEMHAB, muito próxima a outras casas (1).



Imagem registrada pelo autor (13/10/2013).

**Ilustração 63** - Residência demolida pelo DEMHAB, muito próxima a outras casas (2).



Imagem registrada pelo autor (13/10/2013).

**Ilustração 64** - Residência demolida pelo DEMHAB, muito próxima a outras casas (3).



Imagem registrada pelo autor (18/01/2014).

Com esse cenário de guerra é compreensível que muitas famílias estivessem ansiosas para deixar o local. Mas os moradores organizados buscaram conter as negociações isoladas da prefeitura, e seguiram na luta para garantir seus direitos.

Com o esgotamento das negociações por meio do bônus moradia, a prefeitura começa a tentativa de persuasão dos moradores que pretendiam permanecer na região. E isso se dá através do aluguel social. “E os que queriam ficar na região em apartamentos viraram alvo do aluguel social, porque nem se pensava em começar a construir as moradias” (LC1). Porém, nesse quesito a resistência foi ainda mais dura, como pode ser vista nas falas registradas em algumas reuniões observadas.

(...) precisamos resistir ficar nas nossas casas, não aceitar o Aluguel Social, para, daí sim, ter a garantia dos apartamentos na região, os quais logo, depois de prontos, passarão a valer no mínimo o dobro, ou seja, mais de 100mil reais, visto que assim funciona o mercado imobiliário (...);

(...) e a pessoa vai para o aluguel social, isso sempre foi alertado que olha, vocês estão tirando o pé da terra, perdendo o seu direito, se tu tá com o pé na terra, com a tua casinha há mais de 5 anos, tu tem direito aquela terra, então quando ela abre mão daquilo e vai para o aluguel social ela fica totalmente na mão da prefeitura, e pode acontecer da prefeitura ligar e dizer: olha tenho um apartamento para ti na Restinga, tu quer? Se não quer a gente vai parar de pagar o aluguel (...);

(...) eu não preciso sair né, eles não podem fazer isso comigo, mesmo que seja em área pública tu tem o direito, tem o direito de moradia assegurado, pela constituição e tudo né, já que querem tirar, tem que dar as condições né (...).

Em meio a esse turbulento processo, é dado início as obras na avenida, em outubro de 2012, mesmo sem que fossem solucionados os problemas da política de reassentamento. As obras a princípio avançam apenas nas regiões onde não se faziam necessárias as remoções, como em grande parte do trecho 1, e na Avenida Carlos Barbosa, pertencente ao trecho 2. Nas demais localidades as obras encontram bloqueio pela dificuldade das desapropriações. A seguir são trazidas algumas imagens (Ilustrações 65, 66, 67 e 68) que ilustram o avanço das obras nas regiões citadas.

**Ilustração 65** - Obras na Avenida Tronco (Trecho 2 - Avenida Dr. Carlos Barbosa).



Imagem retirada do Portal de Transparência na Copa em Porto Alegre.

**Ilustração 66** - Obras na Avenida Tronco (Trecho 1) (1).



Imagem registrada pelo autor (12/03/2014).



**Ilustração 67** - Obras na Avenida Tronco (Trecho 1) (2).



Imagem registrada pelo autor (26/09/2013).

**Ilustração 68** - Obras na Avenida Tronco (Trecho 1) (3).



Imagem registrada pelo autor (30/11/2013).

Com as obras se concretizando aos olhos dos moradores, a pressão nessas pessoas passa a ficar cada vez maior. Porém, na passagem de 2012 para 2013, as consequências das lutas começam a trazer resultados positivos e sólidos. O primeiro se deu no final de 2012, quando a prefeitura ofereceu um aporte de cerca de R\$7mil a mais em cada unidade habitacional a ser produzida nos terrenos desapropriados por indicação dos moradores no entorno da avenida, para que as construtoras se interessarem. Dessa maneira, os projetos foram licitados e as empresas foram contratadas para a construção das habitações (5º Boletim informativo do CPC Poa, junho de 2013). Segundo o mesmo Boletim, os moradores também conseguiram o aumento da metragem quadrada dos apartamentos a serem construídos, que inicialmente seriam de 42m<sup>2</sup>, e foram aumentados para 51m<sup>2</sup>.

Outra vitória importante foi a abertura do processo de impugnação na justiça da Lei Complementar nº663 (“Lei das AEIS”), pelo Ministério Público Estadual, por alterar o Plano Diretor de Porto Alegre em descumprimento ao Estatuto da Cidade. No entanto, a conquista mais significativa das comunidades ocorreu no dia 24 de junho de 2013, dia da votação na Câmara de Vereadores do projeto das AEIS indicadas pelos moradores para desapropriação por parte da prefeitura. Toda uma mobilização foi feita para esse dia tão importante para a comunidade. Segue um folheto de convocação para o comparecimento da população atingida à votação na Câmara.

**Ilustração 69** - Convocatória para a votação das AEIS Tronco na Câmara de Vereadores.

**AGORA PRECISAMOS GARANTIR QUE A VOTAÇÃO DA LEI DAS ÁREAS ESPECIAIS DE INTERESSE SOCIAL (AEIS) SEJA A NOSSO FAVOR! PRECISAMOS GARANTIR OS TERRENOS PARA AS CASAS NOVAS DOS MORADORES DA REGIÃO!**

**VOTAÇÃO DA AEIS TRONCO**  
SEGUNDA-FEIRA, DIA **24/06/2013**, 14H

**ONIBUS PARA A CÂMARA**

**Saída as 13H**

1. Rua Comandáí, 90 (frente a Paróquia Sta Teresa)
2. Av. Moab Caldas, 125 (frente ao CAAR/DEM HAB)

**COMITE POPUAR DA COPA**

Imagem retirada do grupo de *e-mails* do CPC Poa no dia 22 de junho de 2013.

E então foi aprovada a Lei Complementar nº 716/2013, em que ficou estabelecido que as construções a serem realizadas nesses terrenos serão direcionadas prioritariamente para o reassentamento dos moradores atingidos pelas obras da Avenida Tronco, conforme descrito abaixo.

(...) As áreas de que trata esta Lei destinar-se-ão, prioritariamente, para o reassentamento das famílias atingidas pelas obras da Avenida Tronco e, posteriormente, para as demandas de habitação e regularização fundiária do Orçamento Participativo das regiões Glória, Cruzeiro e Cristal, por meio do programa Minha Casa, Minha Vida (...).

(Lei Complementar de nº716, Art. 7º, parágrafo único).

No dia 25 de junho de 2013, um dia após a vitória da comunidade, é lançada uma mensagem no grupo de *e-mails* do CPC Poa, convocando a população para comemorar a grande conquista do dia anterior. “Vamos festejar a vitória na Câmara de Vereadores em relação às nossas áreas e planejar os próximos passos da nossa luta”.

Com as manifestações de junho de 2013 no seu ápice, a comunidade aproveitou para expor seus problemas para a sociedade. Em manifestações ocorridas na avenida e em outros locais da cidade eram entoados cantos de resistência à retirada dos moradores. Para Araújo (2014), as marchas possuem um papel importante de pressão nos governos e de publicização das reivindicações, formando uma opinião pública e também revigorando os laços entre os participantes. Esse momento fora do comum vivido na cidade resultou na mudança da conjuntura política de Porto Alegre, o que levou o CPC Poa a se articular com outras redes políticas, entre elas o Bloco de Luta Pelo Transporte Público. Segue uma mensagem com o relato de uma das lideranças comunitárias, enviada ao grupo de *e-mails* do CPC Poa no dia 20 de junho de 2013, de uma dessas manifestações.

(...) Tiveram que nos ouvir. Era muita gente, com o apoio do Bloco de Lutas, dizendo não aos desmandos da Prefeitura e exigindo os seus direitos. E juntos fomos sentindo a força que temos quando nos organizamos e lutamos. Assim foi na conquista dos terrenos para as moradias, na participação da comunidade no Comitê Gestor, no aumento do tamanho da moradia, na aceitação do Comitê como uma organização legítima da Comunidade (...).

Esse momento de pressão, conforme já citado, colaborou para a retirada da maioria das obras para a Copa da Matriz de Responsabilidade de Porto Alegre, dentre elas a

duplicação da Avenida Tronco. Nesse momento, mesmo que todas as reivindicações dos moradores não tenham sido atendidas, uma coisa se tinha certeza, conforme fala de uma das lideranças comunitárias.

(...) o medo assim de continuar com o processo de remoção, mas ao mesmo tempo, uma satisfação de uma semi vitória, pelo menos não me largaram dali para uma situação pior né. Nós atrapalhamos um pouco o processo de desenvolvimento, mas pelo menos não desrespeitou tanta gente (...) (LC1).

A partir da paralização das obras, o CPC Poa passa a se articular para realizar atividades a fim de manter as comunidades mobilizadas. Um dos resultados foi a realização do “Mutirão por Direitos”, com o objetivo de incentivar as famílias a continuarem na luta. O evento contou com diversas atividades lúdicas (teatro, capoeira, grafite) e oficinas para discutir direitos (*blog* do CPC Poa). Porém, “os resultados em termos de mobilizar as comunidades a partir dessa linguagem não foram satisfatórios” (LC3). Aliado a isso, o envolvimento com outros atores políticos da cidade nos embates relacionados a diversas questões referentes à Copa do Mundo no Brasil fizeram o CPC Poa perder em boa parte o seu foco inicial. Isso pôde ser evidenciado na fala de um dos idealizadores do CPC Poa durante reunião ocorrida no dia 27 de março de 2014, que disse que o foco, quando da criação do CPC Poa era, “Copa sim, sem atropelar direitos”, ao contrário do lema do momento que era, “não vai ter Copa”, lema muito latente nos meses antecedentes à competição, o que desviou consideravelmente o objetivo da luta dos moradores. Dessa maneira, no presente momento, com as obras paradas e com o Comitê com seu eixo principal desvirtuado, os debates e as disputas entre o poder público e a população atingida se encontram estagnadas, aguardando os próximos capítulos.

### **6.2.5 Participação de outras esferas da sociedade**

Após descrevermos toda a trajetória de luta dos moradores da Avenida Tronco, cabem aqui alguns comentários sobre a participação de outras esferas da sociedade nessa questão. Os próximos três tópicos serão destinados a descrever, na visão dos sujeitos entrevistados, como a população de Porto Alegre, as entidades governamentais e não governamentais, e o poder público, se envolveram nesse processo.

### 6.2.5.1 População de Porto Alegre

Para as lideranças comunitárias ouvidas a participação da população porto-alegrense, de um modo geral, demorou a ser observada nessa questão. Segundo os mesmos, a mídia cumpriu um papel importante nesse processo, retardando a explicitação para o grande público do que estava ocorrendo naquela região. Com as manifestações de junho de 2013 o problema eclodiu, e então passou a aparecer mais frequentemente nos debates da população em geral. Seguem diversos trechos retirados das entrevistas realizadas que retratam o exposto.

(...) o cidadão de Porto Alegre em geral levou muito tempo para saber disso (LC2);

(...) até hoje eu vou fazer falas, enfim, debates, e as pessoas não sabem que as pessoas vão ser removidas, não sabem o que está acontecendo (...) (LC1);

(...) a resistência já está aí há 4 ou 5 anos acontecendo, ela não deu bola para isso, não deu, muito pouco, sai vendo sempre pelo senso comum, a mas estão lá reclamando, ainda vão ganhar 52mil (...) (LC2);

(...) o senso comum estava alienado a isso, não conseguia se enxergar nem a solidariedade com os trabalhadores, até pessoas que moram assim em áreas irregulares de outras regiões, né, a “eles lá estão ainda tendo uma oferta, nós aqui nem sabemos”. (...) (LC3);

(...) nesse papel todo da população também é um pouco de desconhecimento né, no sentido de que a mídia não ajuda também né, era muito difícil de tu conseguir fazer com que as pessoas soubessem o que estava acontecendo (...) (LC1);

(...) a mídia ela tem um poder muito grande de persuasão e de maquiagem (...) (LC4);

(...) ali (manifestações) sim, ali houve um certo despertar e um interesse do tema, e aí enxergaram que o problema era grande, que estava invisível, muitas pessoas até se chocaram, olha eu não tinha a menor ideia que isso estava acontecendo na minha cidade (...) (LC2);

(...) a partir de junho de 2013 teve mais como se discutir publicamente sobre isso, a mídia teve que se posicionar (...) (LC5);

(...) a mídia começou a se posicionar e as pessoas começaram a se apropriar dessa discussão e querer se apropriar dela (...) (LC5);

(...) era muito difícil fazer esse debate da Copa há 3 anos atrás, e hoje o governo está preocupado com toda a repercussão que está dando (...) (LC1);

(...) aquela comunidade lutou para ter o reconhecimento da sociedade entendeu, lutou para que as pessoas enxergassem o que estava acontecendo com elas (...) (LC3);

(...) com certeza a opinião pública foi afetada por esse processo de resistência (...) (LC5);

(...) se hoje tivesse essa mobilização toda, digamos assim, a favor dos atingidos no sentido de garantir direitos, acho que nenhuma família teria saído de lá (...) (LC4).

De fato, os problemas enfrentados por essas famílias ficaram escondidos por muito tempo, e a mídia teve seu papel nessa não divulgação. Porém, a questão é muito mais profunda, e não se resume aos acontecimentos ligados à Copa do Mundo de Futebol. As comunidades mais carentes sempre enfrentaram dificuldades, sendo que na maioria das vezes não foram amparadas pelo poder público, necessitando do auxílio de outras camadas da sociedade para fazer sua defesa. No caso da Avenida Tronco, além da ajuda de entidades não governamentais recebida pela população, uma das conquistas dos moradores talvez tenha sido expor seus problemas de tal maneira, muito em decorrência do acontecimento macro que foi a Copa do Mundo, que tenha sido capaz de atingir uma camada maior da população. Dessa maneira, indiretamente, gerando um compromisso com a sociedade, pois a causa agora é de conhecimento da maioria, e todos de certa maneira se tornam responsáveis por um possível descaso com essa população mais necessitada.

#### 6.2.5.2 Entidades governamentais e não governamentais

Quando perguntados a respeito da participação de outras entidades governamentais e não governamentais envolvidas indiretamente nesse processo, se puderam observar claramente duas vertentes nas falas dos entrevistados. A primeira é a de que diversas entidades se mobilizaram e participaram dessa questão auxiliando os moradores nas mais variadas situações, contribuindo inclusive para a constituição do CPC Poa.

(...) tem o envolvimento de organizações que não são sediadas no bairro, mas que tem compromisso com a reforma urbana, com os direitos humanos, com a luta social, com a questão ambiental né, isso teve tá, desde o início (...) (LC2);

(...) acho que as primeiras instituições a ter um grau de solidariedade foram a saúde e a assistência social (...) (LC2);

(...) eu acho eu uma bela vanguarda percebeu o outro lado da moeda, e foi capaz de se mobilizar e na verdade ter ações que entram para a história de Porto Alegre (...) (LC5).

A segunda é a de que algumas entidades governamentais, principalmente as ligadas ao poder judiciário, não cumpriram sua função adequadamente. Seguem algumas falas que ilustram esse descontentamento.

(...) nós passamos com denúncia na Câmara de Vereadores, na Assembleia Legislativa do Estado, Governo do Estado, a Prefeitura, Câmara de Deputados Federal, o Senado, o Ministério Público Federal, o Ministério Público Estadual, Ministério Público Federal em Brasília, eu fui fazer reunião com eles, a Secretaria da Presidente da República teve em todas as cidades, passando em todas as vilas, todas, todas... Fizeram relatórios e mais relatórios e “não, estão violando direitos mesmo”, então para mim foi abrir as pernas para deixar acontecer mesmo (...) (LC1);

(...) o Ministério Público veio, a gente fez tudo, desde o início da disputa, encaminhamos vários ofícios para a Prefeitura, para o Governo do Estado, para a Secretaria de Direitos Humanos, para a Presidente da República, tivemos audiência com o Ministério Público Federal e Estadual juntos, mais a Prefeitura, o que foi acordado, nada foi feito, não teve pressão da procuradoria, do ministério, para que a prefeitura melhorasse a interlocução com as famílias (...) (LC3);

(...) desde a esfera da presidência até as prefeituras, e passando pelo judiciário, pelos promotores, pela procuradoria, direitos humanos, secretaria da presidência, nada disso funcionou e nem está funcionando (...) (LC3);

(...) se a justiça não tivesse se anulado desse processo a gente tinha saído com muito mais garantias para aqueles moradores, teria conseguido muito mais, e aí isso foi bem complicado (...) (LC4).

Cabe um destaque aqui para as ações realizadas pelo Ministério Público, tanto federal quanto estadual, que foram enfatizadas positivamente durante o corpo do trabalho, mas que, para os entrevistados, são merecedoras de críticas. Segundo os mesmos, as ações aconteceram, os espaços foram positivos, os encaminhamentos foram feitos, mas nada aconteceu. Tal fato pode ser considerado mais um contribuinte para o descrédito com as instituições legais da sociedade, porque, mesmo as instituições que em tese não possuem

vinculação política, se utilizam da mesma lógica tão recorrente nas campanhas eleitorais, com promessas vazias que na prática não são cumpridas.

### 6.2.5.3 Poder público

Já quando a pergunta foi sobre a participação do poder público temos uma linha bem clara de pensamento convergente entre os entrevistados. As palavras grifadas foram repetidas vezes ouvidas durante as entrevistas e observações.

(...) acho que a maneira como foi conduzida foi **pouco democrática**, foi **autoritária**, deixou os moradores muito confusos sobre os seus direitos (...) (LC3);

(...) o poder público foi **autoritário**, estava determinado a cumprir os prazos né e realizar (...) (LC5);

(...) eu acho que foi **muito desorganizado, muito bagunçado**, não houve um plano anterior de remoção (...) (LC5);

(...) a participação do poder público é **omisso, vendido** aos interesses da especulação imobiliária, as empresas são as financiadores de campanha (...) (LC1);

(...) o poder público para mim não existe né, é **omisso** (...) (LC3);

(...) se tivesse que falar alguma palavra é **desumano**, o estado foi desumano (...) (LC4);

(...) a participação do poder público ela foi **muito negativa**, isso que quem deve fazer a defesa, já de imediato da carta constitucional, do direito da população, foi o maior promotor de violação (...) (LC2).

Essa lista de adjetivos pode ser considerada um resumo de toda a indignação dos moradores exposta durante o trabalho. Fica bem clara a visão de o quanto poder público esteve longe de corresponder às expectativas das famílias atingidas, em mais exemplo de total ineficácia dos órgãos de gestão pública, colaborando para o aumento do seu desprestígio com a sociedade.



### 6.3 SITUAÇÃO ATUAL DA OBRA

Atualmente a duplicação da Avenida Tronco avança em três frentes de obras, segundo dados retirado do Portal de Transparência na Copa em Porto Alegre, no dia 20 de julho de 2014.

- a) Avenidas Cruzeiro do Sul e Moab Caldas: nesse trecho, entre a Rua Neves e a Francisco Massena, a obra de duplicação já apresenta a futura conformação da via, com as pistas, corredores de ônibus e canteiros executados;
- b) Avenida Gastão Haslocher Mazon: avança a execução de placas de concreto que serão a base para a circulação de ônibus;
- c) Avenida Teresópolis: trecho já consolidado, sendo executada a nova pista com a execução da pavimentação e de placas de concreto do futuro corredor de ônibus.

Conforme informações do mesmo portal, as dificuldades ainda continuam em relação às desapropriações. “No trecho da Avenida Teresópolis estamos aguardando as desapropriações judiciais, o que dificulta o desenvolvimento da obra”. A previsão de conclusão da totalidade da obra agora aparece como indefinida, visto que, segundo frase retirada do portal, a preocupação é “primeiramente com a melhoria de qualidade de vidas das famílias da região”.

Quanto às realocações, conforme os dados já apresentados, cerca de 30% dos moradores já foram deslocados. Segundo as lideranças ouvidas, a pressão sobre as famílias ainda permanece, mesmo com as obras estagnadas e sem prazo para que sejam finalizadas. Os gestores públicos, em conjunto com lideranças cooptadas, estão dando prosseguimento à tentativa de fazer as pessoas aceitarem o bônus moradia e o aluguel social para ir liberando a área, a fim de continuar a duplicação.

## 7 CONCLUSÃO

São inegáveis as alterações provocadas pelos megaeventos esportivos no contexto das cidades onde são realizados. Eventos como a Copa do Mundo de Futebol e os Jogos Olímpicos muitas vezes servem de estímulo para investimentos, que, se bem geridos, podem

trazer benefícios para a localidade durante e, principalmente, após a realização das competições. Exemplos como o dos Jogos Olímpicos de Barcelona em 1992 e o da Copa do Mundo FIFA na Alemanha em 2006 nos mostram que se tais eventos forem bem planejados e bem conduzidos podem trazer diversos ganhos, alterando positivamente as perspectivas de uma cidade e até mesmo de um país. Em contrapartida, diversos são os exemplos de gestões pouco exitosas desse processo, muitas vezes trazendo menos benefícios do que se poderia ou até mesmo causando prejuízos antes, durante e depois do evento, como no caso dos Jogos Olímpicos de Atenas em 2004 e da Copa do Mundo FIFA na África do Sul em 2010.

O Brasil entrou de vez no cenário dos megaeventos esportivos, ao realizar em um espaço de dois anos esses dois eventos de grande proporção. No caso da Copa do Mundo FIFA, pelo fato de o Brasil ser um país de dimensões continentais, é bem provável que os impactos e os legados oriundos desse megaevento não sejam equânimes, podendo ser negativos em determinadas localidades e positivos em outras. No caso de Porto Alegre, mesmo com a disparidade existente entre o projeto inicial e o resultado final da preparação da cidade para a competição, pode-se afirmar que alguns legados positivos ficarão. Os dois estádios com padrão de excelência na cidade, a melhoria na infraestrutura de segurança, a qualificação de pessoal e a divulgação da imagem da cidade além das fronteiras gaúchas e brasileiras são ganhos que podem ser citados. As obras de mobilidade urbana, quando finalizadas, também poderão representar um avanço para a cidade. Porém, o estilo de cidade projetado não parece o adequado, tanto pelas prioridades estabelecidas pela gestão municipal no que diz a respeito à mobilidade urbana, como principalmente pela maneira como foi considerada a população menos abastada dentro dessa projeção de uma cidade qualificada.

Dito isso, entende-se que o Poder Municipal foi ousado em aproveitar os recursos disponibilizados para as cidades-sede para colocar em prática diversas obras já projetadas em Porto Alegre, como a duplicação da Avenida Tronco, que constava inclusive no Plano Diretor da cidade a décadas. No entanto, nesse caso, o primeiro equívoco parece ser o de basear-se em um projeto elaborado para um local que não possui mais a mesma configuração de anos atrás, um projeto desatualizado, que não levava em consideração o desenvolvimento da região e da cidade como um todo. Dessa maneira, a nova configuração da avenida “passa por cima” de uma comunidade ali constituída.

Nessa perspectiva, surge a maior falha na condução do processo por parte da gestão pública, que foi a de não propiciar a participação da comunidade afetada no planejamento de execução da obra, pois talvez nesse momento surgissem alternativas que amenizassem o impacto sobre as famílias residentes no local, como na questão específica da praça que será

construída entre as vias da avenida, e que conseqüentemente atingirá um grande número de moradores ali estabelecidos. Ao apresentar para aquela população um plano já firmado de ações, com datas marcadas para suas conclusões, o Poder Municipal dá margem para que a interpretação seja a da ocorrência de um despejo, e não a de uma realocação em decorrência de uma obra importante para a cidade e que leva em consideração os anseios dos moradores afetados. No momento em que as pessoas não são ouvidas, em que não é dada a oportunidade de escolha ou de participação na construção das alternativas, fica caracterizada uma ação autoritária do Estado, e por mais que as intenções sejam as melhores possíveis essa realidade não se alterará.

Sendo a duplicação dessa via sabidamente uma obra que impactaria na vida de tantos cidadãos, cabia ao poder público ter priorizado a realocação dessas pessoas, oferecendo condições melhores de moradia e de infraestrutura urbana dos que as sentidas anteriormente pelos mesmos. Ao invés disso, o que se notou foi uma política habitacional inexistente, onde instrumentos emergenciais foram usados indiscriminadamente para atender exclusivamente o cronograma apertado da obra, que no fim, foi totalmente desmentido.

E é a partir de então que as comunidades encontram alternativas de mobilização para reivindicar seus direitos perante o Estado. Organizações como o Comitê Popular da Copa servem de suporte e alavanca para essas pessoas. E na disputa relativa à duplicação da Avenida Tronco foi essa a realidade vivida. De um lado o poder público com um projeto pronto, de outro a população suportada por diversas entidades reivindicando seus direitos e apresentando alternativas para o governo, constituindo assim uma queda de braço constante.

Nesse cenário de embates, pode-se dizer que não houve transparência por parte do poder público. A informação falsa de que a obra tinha um prazo inadiável para ser finalizada, a coação individual de moradores para a liberação da área, as promessas não cumpridas pelas instituições jurídicas, foram algumas das estratégias utilizadas pelo Estado a fim de alcançar seu objetivo de execução da obra. Por outro lado, as vitórias conquistadas pelos moradores foram significativas, como a participação no Comitê Gestor da Copa, os terrenos indicados para o reassentamento na mesma região, a garantia de que esses terrenos serão destinados aos moradores da Avenida Tronco, e mostraram que a articulação popular pode resultar em ganhos para a população.

Entende-se também que, por mais que sabidamente os megaeventos esportivos acelerem e intensifiquem o processo de exclusão das camadas menos favorecidas da sociedade, no caso da obra estudada a vinculação não é direta com a Copa do Mundo FIFA. O problema enfrentado é muito mais ligado à conhecida incapacidade de gestão dos órgãos públicos

brasileiros. É possível que, se a obra fosse realizada em outras circunstâncias, sem nenhuma conexão com o megaevento, os resultados não fossem muito distantes dos encontrados.

Obviamente que o estudo possui limitações, sendo que algumas delas surgiram apenas durante o percurso do próprio. A primeira é a de que, quando planejada, a pesquisa era projetada para ser encerrada em conjunto à finalização da obra, que conforme o cronograma de execução constava para meados de maio de 2014. Dessa maneira, a conclusão do trabalho se dá em meio à execução das obras na avenida e ao processo de realocação dos moradores, o que não nos permite interpretar como tal questão será concluída. Outra dificuldade foi a de que, no momento do ingresso no campo de pesquisa a fim de observar as reuniões decisórias e acompanhar as obras, o embate já estava se esvaziando, pois o indicativo já era o da retirada da duplicação da Avenida Tronco da Matriz de Responsabilidades da Copa de Porto Alegre. O ápice da disputa se deu nos anos anteriores, o que tornou o trabalho mais dificultoso, e também com um componente histórico, uma vez que todo esse caminho de conflitos precisava ser elencado.

Vale ressaltar também o esforço na compilação dos dados, visto que as fontes eram diversas e abundantes. Tal fato culminou inclusive na criação de um tópico não objetivado no início do estudo. Esse tópico passou pelas diversas questões que envolveram a preparação de Porto Alegre para a Copa do Mundo FIFA, e é considerado relevante para o entendimento do contexto geral em que a duplicação da Avenida Tronco estava inserida.

Pode-se dizer também que não existem benefícios imediatos para a comunidade estudada. Entretanto, os resultados do estudo poderão auxiliar na redução dos impactos negativos, em especial nas comunidades mais carentes, advindos, diretamente ou não, da realização de megaeventos esportivos.

## REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Gabrielle Oliveira de. **Conflitos urbanos e a Copa 2014: a luta do Comitê da Copa de Porto Alegre pelo direito à moradia**. Enfoques - Revista dos Estudantes do Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia da IFCS/UFRJ. Vol. 12, nº1. Rio de Janeiro, 2014. P. 147-178.
- ARAÚJO, Gabrielle Oliveira de. **Dinâmicas da Ação Coletiva: uma etnografia sobre o processo de mobilização contestatório em torno da Copa do Mundo FIFA 2014 na cidade de Porto Alegre**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Monografia de Conclusão de Curso de Ciências Sociais. Porto Alegre, 2011. 103p.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011, 229 p.
- BECHARA, Marco. Modelo M4 Para Gestão de Legados de Megaeventos Esportivos com Foco na Responsabilidade Social e Políticas Públicas. In: RODRIGUES, Rejane Penna. (Org). **Legados de Megaeventos Esportivos**. Brasil. Ministério do Esporte, 2008. P. 249-263.
- BETÂNIA DE MORAES ALFONSIN *et al.* **Copa legal é Copa que respeita os direitos humanos: uma experiência de pesquisa, extensão e capacit(ação) coletiva em Direito Urbanístico no município de Porto Alegre**. Revista Magister de Direito Ambiental e Urbanístico. Porto Alegre, ano 9, n. 53, abr./mai. 2014. 17p.
- BETÂNIA DE MORAES ALFONSIN *et al.* **A Copa de 2014 e a política urbana preconizada pelo Estatuto da Cidade: um estudo dos impactos sociais e ambientais em Porto Alegre**. Anais do II Congresso de Direito Urbano-Ambiental: Congresso comemorativo aos 10 anos do Estatuto da Cidade. Porto Alegre: Exclamação, 2011, 110p.
- BETARELLI, Amir Antonio; DOMINGUES, Edson Paulo; MAGALHÃES, Aline Souza. **Quanto vale o show? Impactos Econômicos Regionais da Copa do Mundo 2014 no Brasil**. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2010. P. 01-19.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, promulgada em 05 de outubro de 1988.
- BRUNET, Ferran. An Economic analysis of the Barcelona 92 Olympic Games: Resources, financing, and impact. In: MORAGAS, Miguel de; BOTELLA, Miquel. **The keys of success: the social, sporting, economic and communications impact of Barcelona 92**. Barcelona: Centro de Estudios Olímpicos y del Deporte de la Universidad Autónoma de Barcelona, Comitê Olímpico Espanhol, Museo Olímpico de Lausana e Fundación Barcelona Olímpica, 1995. P. 92 -104.
- CARRINGTON, B.; GILROY, P. e MCDONALD, I. **Race, sport and British Society**, London: Routledge. 2001. 71p.
- CENTER ON HOUSING RIGHTS AND EVICTIONS (COHRE). **Fair play for housing rights: mega-events, Olympic Games and housing rights**. Genebra: Geneva International Academic Network (Gian), 2007. 95p.

COTTLE, Eddie (ed.). **South Africa's World Cup: a legacy for whom?** UKZN: Scottsville, 2011. 180p

CURI, Martin. Atendimento aos espectadores nos Jogos Pan-Americanos 2007 no Rio de Janeiro. In: RODRIGUES, Rejane Penna. (Org). **Legados de Megaeventos Esportivos**. Brasil. Ministério do Esporte, 2008. P. 565-566.

DaCOSTA, Lamartine P. Exemplos Históricos dos Jogos Olímpicos – Beijing 2008 e a Busca de um Modelo de Avaliação e de Gestão de Legados de Megaeventos Esportivos. In: RUBIO, Kátia (Org). **Megaeventos esportivos, legado e responsabilidade social**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007. P. 123-132.

DaCOSTA, Lamartine P.. Posicionando Questões Básicas Sobre Meio Ambiente em Megaeventos Esportivos e na Copa do Mundo de Futebol 2014 a ser Realizada no Brasil. In: RODRIGUES, Rejane Penna. (Org). **Legados de Megaeventos Esportivos**. Brasil. Ministério do Esporte, 2008. P. 493-505.

DAVIS, Oliver. **Forecasting economic impact of EURO 2008**. BBJ. Em: [www.bbj.hu/countryfocus/](http://www.bbj.hu/countryfocus/), acessado em 2008.

ESCHER, Thiago de Aragão; REIS, Heloisa Helena Baldy dos. As Relações entre Futebol Globalizado e Nacionalismo: o exemplo da Copa do Mundo de 2006. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Campinas, 2008. Vol. 30, nº 1, P. 41-55.

FÁVARO, Cláudia. **Os (possíveis) impactos da gestão e do processo de planejamento na preparação da cidade de Porto Alegre para a Copa do Mundo FIFA 2014: o estado de exceção e a violação de direitos humanos, em especial do direito à moradia adequada**. Dissertação de Especialização em Gestão Estratégica do Território Urbano. 93pág. Porto Alegre: Universidade do Vale dos Sinos, 2011.

FERNANDES, Fernando; FERNANDES, Ms. Agnes. **Megaeventos Desportivos e Renovação Urbana como Fatores de Indução ao Desenvolvimento Turístico**. Jornada de Iniciação Científica e Tecnológica UNIBAN. Bahia, 2010. P. 01-03.

FILGUEIRA, Julio Cezar Monzú. Importância dos Legados de Megaventos Esportivos para a Política Nacional do Esporte: Cidade, Cidadania e Direitos dos Cidadãos. In: RODRIGUES, Rejane Penna. (Org). **Legados de Megaeventos Esportivos**. Brasil. Ministério do Esporte, 2008. P. 65-73.

GIL, Antônio Carlos. Como Delinear uma Pesquisa Documental? In: \_\_\_\_\_ **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1996. Cap. 6, P. 82-85.

GREENE, Solomon J. Staged Cities: Mega-events, Slum Clearance, and Global Capital. In: **Yale Human Rights and Development Law Journal**. Yale, 2003. Vol. 6, P. 161-187.

HAFERBURG, Christoph. **South Africa under FIFA's reign: the World Cup's contribution to urban development**. Development Southern Africa, Abingdon (Inglaterra), v. 28, n. 3, p. 333-348, 2011.

HILLER, Harry H. **Assessing the Impact of Mega-Events: A Linkage Model**. Canadá: Current Issues in Tourism, 1998. Vol. 1 (1), P. 45-57.

HILLER, Harry H. **Mega-Events, Urban Boosterism and Growth Strategies: An Analysis of the Objectives and Legitimations of the Cape Town 2004 Olympic Bid**. USA: International Journal of Urban and Regional Research, 2000. Vol. 24.2, P. 439-458.

HORNE, John. **The Four “Knowns” of Sports Mega-Events**. United Kingdom: Leisure Studies, 2007. Vol. 26, N°. 1, P. 81-96.

JESUS, Gilmar Mascarenhas de. **Londres 2012 e Rio de Janeiro 2016: modelos e conflitos na produção da cidade olímpica**. Anais da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (ANPUR). Recife, 2013. 47p.

KÉSENNE, S. Miscalculations and misinterpretations in economic impact analysis. In: JEANRENAUD, C. (Ed.). **The economic impact of sport events**. Neuchâtel: CIES, 1999. P.29-39.

KLEIN, Marco Aurélio. O Brasil e seus desafios rumo à modernidade dos eventos esportivos. In: RUBIO, Kátia (Org). **Megaeventos esportivos, legado e responsabilidade social**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007. P. 47-62.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber**. Belo Horizonte: UFMG, 1999. 340 p.

**Manual de Normalização de Trabalhos Acadêmicos da Escola de Educação Física**. Porto Alegre, UFRGS, 2011.

MASCARENHAS, Fernando; SILVA, Silvio Ricardo da; SANTOS, Mariângela Ribeiro dos. **Lulismo e futebol: os discursos de um torcedor presidente**. Revista Movimento, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 495-517, abr./jun. de 2014.

MATTOS, Rômulo Costa. **Remoções de favelas na cidade do Rio de Janeiro: uma história do tempo presente**. Revista Outubro. Versão on-line N° 21, p. 174-189, 2° semestre de 2013.

MAZO, Janice Zarpellon. “Universiade de 63”: Qual o Legado Para a Cidade de Porto Alegre? In: RODRIGUES, Rejane Penna. (Org). **Legados de Megaeventos Esportivos**. Brasil. Ministério do Esporte, 2008. P. 429-430.

MAZO, Janice Zarpellon; ROLIM, Luís Henrique; DaCOSTA, Lamartine P. Em busca de uma Definição de Legado na Perspectiva de Megaeventos Olímpicos. In: RODRIGUES, Rejane Penna. (Org). **Legados de Megaeventos Esportivos**. Brasil. Ministério do Esporte, 2008. P. 117-120.

MENDES, Mariana Fernandes. **Resistências ao “estado de exceção” dos megaeventos esportivos e os movimentos organizados contra as remoções do PAC da mobilidade para o espetáculo da Copa do Mundo em Fortaleza**. Rio de Janeiro. XIII Simpósio Nacional de Geografia Urbana. UFRJ, novembro de 2013. 20P.

MESQUITA, Roberto Maluf de. Megaeventos Esportivos e legado: os jogos olímpicos de Atenas – 2004. In: RUBIO, Kátia (Org). **Megaeventos esportivos, legado e responsabilidade social**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007. P. 133-144.

MORAGAS, M. e BOTELLA, M. **Lãs claves del êxito: Impactos sociales, deportivos, econômicos y comunicativos de Barcelona 92**. Barcelona: Centro de Estudios Olímpicos y del Deporte de la Universidad Autônoma de Barcelona, Comitê Olímpico Espanõl, Museo Olímpico de Lausana e Fundación Barcelona Olímpica, 1995.

NOLL, R. G.; ZIMBALIST, A. Build the Stadium – Create the Jobs. In: Noll, R.G. & A. Zimbalist (Eds.) **Sports, Jobs and Taxes: The Economic Impact of Sports Teams and Stadiums**. Washington, DC: Brookings Institution Press. 1997.

NUTTALL, Nick. **Kick-off for environmentally friendly World Cup**. UNEP Sport and Environment Initiative. Em [http://www.unep.org/sport\\_env/](http://www.unep.org/sport_env/), acessado em dezembro de 2006.

OLIVEIRA, Ailton Fernando Santana de. Gestão do Conhecimento Para Organização de Coleta de Dados em Megaeventos Esportivos. In: RODRIGUES, Rejane Penna. (Org). **Legados de Megaeventos Esportivos**. Brasil. Ministério do Esporte, 2008. P. 407-411.

PETERSEN, Wagner; REPPOLD, Alberto Reinaldo. **Impacto Econômico gerado por megaeventos esportivos – revisando a literatura**. Congresso Mercosul de Cultura Corporal e Qualidade de Vida (4.: 2004 : Ijuí) Anais .... Ijuí: Unijuí, 2004. 1 p.

POYNTER, Gavin. **Olympic Legacy Governance Arrangements**. London: University East London, 2009.

POYNTER, Gavin. Regeneração Urbana e Legado Olímpico de Londres 2012. Tradução de Fernando Telles Ribeiro. In: RODRIGUES, Rejane Penna. (Org). **Legados de Megaeventos Esportivos**. Brasil. Ministério do Esporte, 2008. P. 121-151.

PREUSS, Roger. Aspectos Sociais dos Megaeventos Esportivos. Tradução de ANDRADE, Gabriel Vinicius Moraes de; SILVA, Elisa Martins da. In: RUBIO, Kátia (Org). **Megaeventos esportivos, legado e responsabilidade social**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007. P. 13-35.

PREUSS, Roger. **The Conceptualisation and Measurement of Mega Sport Event Legacies**. Journal of Sport and Tourism, 2007. P. 207-227.

RAEDER, Sávio. **Jogos & cidades: Ordenamento territorial urbano em sedes de megaeventos esportivos**. Brasília: Ministério do Esporte/ 1º Prêmio Brasil de Esporte e Lazer de Inclusão Social, 2010. 240p

REIS, Arianne Carvalhedo. Megaeventos e Turismo: uma Breve Revisão. In: RODRIGUES, Rejane Penna. (Org). **Legados de Megaeventos Esportivos**. Brasil. Ministério do Esporte, 2008. P. 509-517.

REPPOLD, Alberto Reinaldo. Regeneração Urbana e Direitos do Cidadão: o caso dos Jogos Olímpicos de Atlanta 1996. In: RODRIGUES, Rejane Penna. (Org). **Legados de Megaeventos Esportivos**. Brasil. Ministério do Esporte, 2008. P. 175-188.



SAHLER, Gertrud. **Green Champions in Sport and Environment - Guide to environmentally- sound large sporting events**. Berlin: Federal Ministry for the Environment, Nature Conservation and Nuclear Safety, 2007. 54p

SEIXAS, Thiago. **Copa do Mundo de Futebol FIFA Brasil 2014: Uma Análise da Candidatura de Pernambuco como Subsede**. Porto: Universidade do Porto, 2010. 204p. Dissertação (Mestre em Ciências do Desporto) - Faculdade do Desporto, Universidade do Porto, Porto, 2010.

SILVA, Fabio Silvestre da. Responsabilidade do Terceiro Setor na mediação das parcerias Públicos Privadas nos Megaeventos. In: RUBIO, Kátia (Org). **Megaeventos esportivos, legado e responsabilidade social**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007. P. 37-46.

SIMÃO, Paulo Safady. **Construção defende investimento privado para a Copa 2014**. 8º Encontro Nacional de Empresas de Arquitetura e de Engenharia Consultiva, São Paulo (29/11/2007). Agência Estado em 30/11/2007.

STRAUSS, Anselm; CORBIN, Juliet. **Basic of qualitative research: Techniques and Procedures for Developing Grounded**. London: Sage, 2008. 3ª ed. 400 p.

TAVARES, Otávio. Instalações temporárias do Pan Rio 2007: possíveis legados. In: RUBIO, Kátia (Org). **Megaeventos esportivos, legado e responsabilidade social**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007. P. 77-87.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 2008. 1 ed – 17ª Reimpr. 175p.

VEERMAN, Cris Costa. Educação Olímpica com Base na Proteção do Meio Ambiente – Experiência de Megaeventos Olímpicos. In: RODRIGUES, Rejane Penna. (Org). **Legados de Megaeventos Esportivos**. Brasil. Ministério do Esporte, 2008. P. 507-508.

VILLANO, Bernardo; TERRA, Rodrigo. Definindo a Temática de Legados de Megaeventos Esportivos. In: RODRIGUES, Rejane Penna. (Org). **Legados de Megaeventos Esportivos**. Brasil. Ministério do Esporte, 2008. P. 103-105.

WACKER, Christian e WACKER, Márcia De Franceschi Neto. A produção da Memória nos Jogos Olímpicos de Atenas 2004 e Copa do Mundo de Futebol de 2006 na Alemanha. In: RODRIGUES, Rejane Penna. (Org). **Legados de Megaeventos Esportivos**. Brasil. Ministério do Esporte, 2008. P. 417-420.

WANDERLEY MARCHI JÚNIOR *et al.* **A copa do mundo FIFA na África do Sul/2010 – como foi a experiência e o que podemos aprender com ela?** Revista Movimento, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 711-733, abr./jun. de 2014.

## ANEXOS

**I - MATRIZ DE RESPONSABILIDADES DE PORTO ALEGRE, FIRMADA NO DIA 13 DE JANEIRO DE 2010.****MATRIZ DE RESPONSABILIDADES QUE ENTRE SI CELEBRAM OS ENTES FEDERATIVOS ABAIXO NOMINADOS COM O OBJETIVO DE VIABILIZAR A EXECUÇÃO DAS AÇÕES GOVERNAMENTAIS NECESSÁRIAS À REALIZAÇÃO DA COPA DAS CONFEDERAÇÕES FIFA 2013 E DA COPA DO MUNDO FIFA 2014**

A **UNIÃO**, por intermédio do **MINISTÉRIO DO ESPORTE**, situado na Esplanada dos Ministérios, Bloco A, 7º andar, em Brasília/DF, CNPJ nº 02.961.362/0001-74, neste ato representado pelo seu Ministro, Senhor **Orlando Silva de Jesus Júnior**, RG nº 319.902.404 – SSP/BA e do CPF nº 565.244.555-68; o **GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**, situado na Praça Marechal Deodoro, s/nº, em Porto Alegre/RS, CNPJ nº 87.934.675/0001-96, neste ato representado pela sua Governadora, Senhora **Yeda Rorato Crusius**, RG nº 7006016358 SSP/RS e do CPF nº 154.198.190-15; e a **PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE**, situada na Praça de Montevideú, 10, em Porto Alegre/RS, CNPJ nº 92963560/0001-60, neste ato representada pelo seu Prefeito, Senhor **José Alberto Fogaça de Medeiros**, RG nº 300415537-4 SSP/RS e do CPF nº 063.015.250-00,

**CONSIDERANDO QUE:**

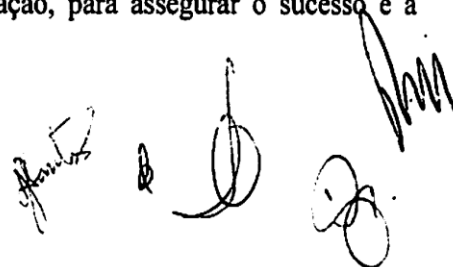
I – A Copa do Mundo FIFA 2014 será um dos maiores eventos esportivos do mundo, com a participação de atletas e técnicos representando 32 países, e que será realizada no período de junho a julho de 2014, em data a ser fixada pela FIFA;

II – O Brasil, em 30 de outubro de 2007, foi escolhido pela FIFA como país sede da Copa das Confederações FIFA 2013 e da Copa do Mundo FIFA 2014 e (juntas denominadas “Competições”);

III – Foi assinado um Termo de Compromisso entre o Comitê Organizador Brasileiro Ltda. (“Comitê Organizador”), pessoa jurídica de direito privado, reconhecido pela FIFA, constituído com o objetivo de zelar pela observância de todas as obrigações e prazos inerentes à organização das “Competições”, e cada uma das “Cidades Candidatas”, pelo qual as cidades selecionadas à sede das “Competições” se comprometeram a firmar os instrumentos necessários à conjunção de esforços entre os Entes Federativos para definição de prioridades, prazos e responsabilidades relativos aos empreendimentos relacionados às “Competições”;

IV – Das 18 (dezoito) cidades candidatas, 12 (doze) cidades foram selecionadas como Cidades-Sede (Belo Horizonte, Brasília, Cuiabá, Curitiba, Fortaleza, Manaus, Natal, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, São Paulo e Salvador); e

V – Há necessidade da conjugação de esforços por parte de todas as instâncias governamentais (Federal, Estadual, Municipal e Distrital), entidades e população, para assegurar o sucesso e a realização das “Competições”;



**RESOLVEM:**

Firmar a presente **Matriz de Responsabilidades** com o objetivo de viabilizar a execução das ações governamentais necessárias à realização das “Competições”, sob o regime de mútua cooperação, mediante as considerações, cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

O presente Instrumento tem por objeto a definição da Matriz de Responsabilidades de cada um dos seus signatários (União, Estado, Distrito Federal ou Município) para a execução de medidas conjuntas e projetos imprescindíveis para a realização das “Competições”, por meio das ações constantes dos documentos Anexos e futuros Termos Aditivos, partes integrantes desta Matriz de Responsabilidades.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DAS ATRIBUIÇÕES**

Cabe aos partícipes definir e viabilizar os meios necessários para atingir o objeto da presente Matriz de Responsabilidades, bem como implementar as ações previstas e referenciadas nos Anexos e seus futuros Aditivos, observando suas competências institucionais e o disposto na Cláusula Terceira deste Instrumento.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DAS RESPONSABILIDADES DOS PARTÍCIPES**

I - Compete ao Estado e/ou ao Município, sem prejuízo da repartição de atribuições prevista nos Anexos, executar e custear as intervenções associadas às “Competições” e expressas nesta Matriz, referente a:

- i) Mobilidade Urbana;
- ii) Entorno dos estádios;
- iii) Entorno de aeroportos; e
- iv) Entorno de terminais turísticos portuários.

II - Compete à União executar e custear as intervenções em:

- i) Aeroportos: terminais de passageiros, pistas e pátios; e
- ii) Portos: terminais turísticos.

III - A União oferecerá aos entes e aos proprietários dos estádios a possibilidade de contratar financiamento a intervenções em Estádios e Mobilidade Urbana, nas condições estabelecidas em resolução do Conselho Monetário Nacional, exigindo do tomador de recursos adequação e satisfação com estas e outras condições requeridas para a assinatura do contrato de financiamento.

IV - Os Estados e Municípios deverão observar rigorosamente a legislação específica para a contratação de operações de crédito, em especial, mas não se limitando às seguintes normas: Lei Complementar 101/2000 e Resoluções do Senado Federal nº 40/2001 e nº 43/2001. Os Estados deverão incluir as referidas operações de crédito nos seus respectivos Programas de Reestruturação e Ajuste Fiscal.

V - Os projetos destacados nos anexos são compatíveis com o calendário das “Competições”, sendo sua conclusão em tempo hábil responsabilidade exclusiva dos respectivos executores. Eventuais atrasos de cronograma deverão ser imediatamente comunicados às demais partes desta Matriz de Responsabilidades, assim como as providências identificadas para a conclusão do projeto em prazo

Handwritten signatures and initials at the bottom right of the page, including a large signature and several smaller initials.

compatível com as “Competições”. Caso os atrasos previstos tragam prejuízos às “Competições”, o executor deverá indicar as medidas mitigadoras e se responsabilizar por sua implementação, inclusive financeiramente, de modo a minimizar o impacto esperado nas “Competições”.

#### **CLÁUSULA QUARTA - DAS CONDIÇÕES**

I – As ações previstas na presente Matriz de Responsabilidades não são exaustivas, sendo que todas as alterações e complementações necessárias serão consolidadas mediante assinatura de Termos Aditivos.

II – Os partícipes atestam seu comprometimento com todas as cláusulas e disposições da presente Matriz de Responsabilidades e futuros Aditivos, empenhando os recursos possíveis a seu alcance.

III – É obrigatória a publicação desta Matriz de Responsabilidades pelos signatários deste Documento.

IV – Os prazos estipulados nos Anexos pressupõem a realização de todas as etapas necessárias para a conclusão da obra.

V – Todos os documentos que se fizerem necessários à execução das ações previstas na presente Matriz de Responsabilidades e seus Anexos serão considerados partes integrantes deste Instrumento.

VI – Os partícipes deverão indicar as fontes orçamentárias utilizadas no custeio de todas as ações relacionadas nesta Matriz de Responsabilidades e seus Aditivos.

VII – Outras ações voltadas à realização das “Competições”, que não estejam previstas na presente Matriz de Responsabilidades e seus Aditivos, poderão ser executadas pelos signatários, desde que custeadas por receitas provenientes exclusivamente de seus orçamentos próprios, parcerias ou patrocínios.

VIII – Com a preocupação de viabilizar ao máximo os investimentos, os partícipes poderão optar por qualquer modelo de contratação, sempre de acordo com a legislação específica.

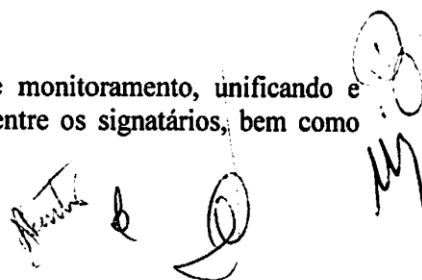
IX – Deverão ser discriminados meios eficazes para o gerenciamento e a fiscalização dos projetos de empreendimentos e dos investimentos realizados, inclusive por meio de terceiros especialmente contratados para este fim, permitindo-se o monitoramento do cumprimento dos prazos de execução e do atendimento aos requisitos técnicos exigidos pela FIFA.

X – Caberá aos signatários indicar interlocutores oficiais, que comporão o Comitê de Responsabilidade da Copa 2014, a fim de centralizar e uniformizar as informações relativas às ações previstas nesta Matriz de Responsabilidades e seus Aditivos.

XI – As responsabilidades dos signatários não se limitam às previstas nesta Matriz de Responsabilidades, estendendo-se àquelas decorrentes de compromissos assumidos perante a FIFA e/ou o “Comitê Organizador”.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DO MONITORAMENTO**

Caberá à União a criação, implantação e gestão de sistema de monitoramento, unificando e uniformizando um canal de informação para interlocução direta entre os signatários, bem como

Handwritten signatures and initials in black ink, including a large 'M' and several smaller, less legible marks.

para consulta e fiscalização de todas as ações por órgãos de controle do Governo Federal, Estados, Municípios, Distrito Federal e por toda a sociedade.

**Parágrafo único.** Os signatários se obrigam a disponibilizar todas as informações necessárias à alimentação e atualização do sistema, inclusive aquelas realizadas exclusivamente com recursos próprios.

#### **CLÁUSULA SEXTA - DO COMITÊ PARA A COORDENAÇÃO, O ACOMPANHAMENTO E A AVALIAÇÃO**

Os interlocutores oficiais indicados na forma do inciso X da Cláusula Quarta constituirão comitê que se responsabilizará pela coordenação e consolidação das ações previstas na presente Matriz de Responsabilidades.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA - DOS RECURSOS FINANCEIROS**

A liberação de quaisquer recursos financeiros previstos nas ações desta Matriz de Responsabilidades e seus Aditivos, somente será efetivada após a assinatura do presente Instrumento.

§ 1º Os signatários da presente Matriz de Responsabilidades não estão eximidos de cumprir demais exigências necessárias à obtenção de recursos, inclusive de firmar compromissos, convênios e contratos.

§ 2º A contrapartida ao financiamento oferecido pela União é de responsabilidade exclusiva do Tomador, e não poderá conter recursos oriundos do Orçamento Geral da União.

§ 3º Eventual alteração no orçamento, que gere a necessidade de aporte de recursos superior ao previsto nas ações desta Matriz de Responsabilidades e seus Aditivos, será de responsabilidade exclusiva da parte executora do empreendimento, devendo a União ser imediatamente informada da elevação de custos.

§ 4º Para a execução das atividades pactuadas nesta Matriz de Responsabilidades e eventuais Termos Aditivos que envolvam recursos financeiros, os partícipes deverão observar rigorosamente a legislação pertinente, em especial, mas não se limitando às seguintes Leis: Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004 e Lei Complementar 101/2000.

#### **CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA, PRORROGAÇÃO E ALTERAÇÕES**

A presente Matriz de Responsabilidades vigorará da data de sua assinatura até 31 de dezembro de 2014, podendo ser prorrogada por acordo dos partícipes.

**Parágrafo único.** A alteração ou complementação da presente Matriz de Responsabilidades ocorrerá a qualquer tempo, por acordo dos partícipes, mediante a celebração de Termo Aditivo.

#### **CLÁUSULA NONA - DA DENÚNCIA OU RESCISÃO**

O presente Instrumento poderá ser denunciado pelos partícipes e rescindido a qualquer tempo, mediante notificação, por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, apenas nos casos de exclusão do país ou cidades-sede das "Competições" ou de descumprimento das obrigações pactuadas nesta Matriz de Responsabilidades.

**Parágrafo único.** A exclusão da cidade-sede, por qualquer motivo que seja, desobrigará os signatários das responsabilidades previstas nos Anexos e Termos Aditivos.

### CLÁUSULA DÉCIMA - DAS COMUNICAÇÕES

As comunicações entre as partes havidas no âmbito deste Instrumento poderão ser realizadas por quaisquer meios eletrônicos e/ou telegráficos, tais como: mensagem eletrônica, fac-símile, videoconferência, entre outros.

**Parágrafo único.** Especificamente no que tange às notificações para cumprimento de eventuais obrigações não concluídas no prazo assinalado nesta Matriz, a comunicação deverá ser realizada por Cartório de Títulos e Documentos.

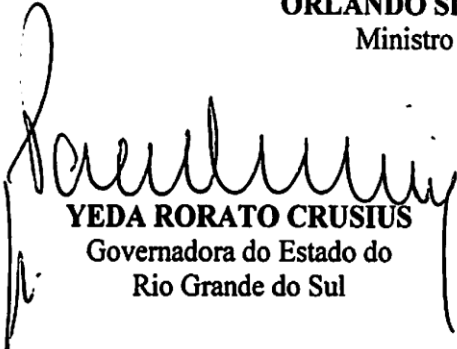
### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO


Os casos omissos e/ou situações contraditórias desta Matriz de Responsabilidades deverão ser resolvidos administrativamente entre os partícipes, com prévia comunicação por escrito da ocorrência, consignando-se prazo para resposta. Todas as questões que não puderem ser resolvidas desta forma serão dirimidas pelo Supremo Tribunal Federal, *ex vi* do art. 102, inciso I, alínea "f" da Constituição Federal, ou, no caso do Município partícipe, pelo Foro da Justiça Federal, Seção Judiciária de Brasília-DF.

E, por estarem assim justos e de acordo, firmam este Instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo nomeadas, que também assinam, para que surtam seus efeitos jurídicos e legais, em juízo e fora dele.

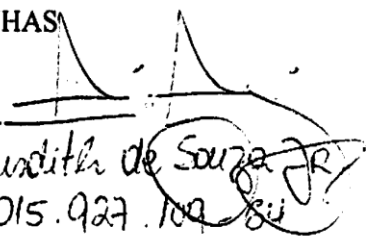
Brasília, 13 de janeiro de 2010.

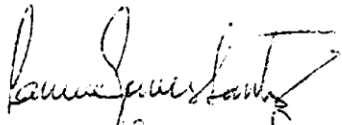
  
**ORLANDO SILVA DE JESUS JUNIOR**  
Ministro de Estado do Esporte

  
**YEDA RORATO CRUSIUS**  
Governadora do Estado do  
Rio Grande do Sul

  
**JOSÉ ALBERTO FOGAÇA DE MEDEIROS**  
Prefeito Municipal de Porto Alegre

TESTEMUNHAS

  
NOME: Daudilton de Souza Jr  
CPF: 015.927.109-84

  
NOME: Luene Gomes Santos  
CPF: 822.070.544-87



Anexo C - Aeroportos							
Cidade	Empreendimento (obra, projeto e desapropriação)	Investimento Global previsto (R\$ mil)	Financiamento Federal previsto (R\$ mil)	Investimento Federal previsto (R\$ mil)	Investimento Governo Local previsto (R\$ mil)	Investimento Iniciativa Privada previsto (R\$ mil)	Referência
Belo Horizonte	Reforma e Modernização do Terminal de Passageiros e Adequação do Sistema Viário	238,1	-	238,1	-	-	Matriz de jul/11
Belo Horizonte	Reforma e Ampliação da Pista de Pouso e do Sistema de Pátios	170,5	-	170,5	-	-	Matriz de jul/11
Belo Horizonte	Construção do Terminal de Passageiros 3, Pátio de Aeronaves, Estacionamento de Veículos e Adequação do Sistema Viário	100,0	-	100,0	-	-	Revisão de abr/12
Brasília	Reforma do Corpo Central do Terminal de Passageiros	6,4	-	6,4	-	-	Revisão de abr/12
Brasília	Concessão para Ampliação, Manutenção e Exploração do Aeroporto Internacional de Brasília - Fase 1B	640,0	-	-	-	640,0	Revisão de abr/12
Brasília	Construção do Módulo Operacional - MOP	4,0	-	4,0	-	-	Matriz de jul/11
Cuiabá	Reforma e Modernização do Terminal de Passageiros, Adequação do Sistema Viário e Construção de Estacionamento	87,5	-	87,5	-	-	Matriz de jul/11
Cuiabá	Implantação do Módulo Operacional - MOP	2,9	-	2,9	-	-	Revisão de abr/12
Curitiba	Ampliação do Terminal de Passageiros e Ampliação do Sistema Viário	41,3	-	41,3	-	-	Matriz de jul/11
Curitiba	Ampliação do Pátio, Infraestrutura, Macrodrainagem e Obras Complementares	25,4	-	25,4	-	-	Revisão de abr/12
Curitiba	Restauração da Pista de Pouso e Decolagem e de Táxi e Obras Complementares	17,8	-	17,8	-	-	Revisão de abr/12
Fortaleza	Reforma e Ampliação do Terminal de Passageiros e Adequação do Sistema Viário (1ª Fase)	195,8	-	195,8	-	-	Alteração de dez/12
Manaus	Reforma e Ampliação do Terminal de Passageiros (1ª Fase)	327,4	-	327,4	-	-	Matriz de jul/11
Natal	Infraestrutura de Pista de Pouso, Infraestrutura dos Sistemas de Auxílio e Proteção ao Voo	168,9	-	168,9	-	-	Matriz de jul/11
Natal	Construção do Terminal de Passageiros, Sistema Viário de Acesso e Obras Complementares	408,0	-	8,0	-	400,0	Matriz de jul/11
Porto Alegre	Reforma e Ampliação do Terminal de Passageiros (1ª Fase)	345,8	-	345,8	-	-	Matriz de jul/11
Porto Alegre	Implantação do Módulo Operacional - MOP	5,2	-	5,2	-	-	Revisão de abr/12
Recife	Construção de Nova Torre de Controle	19,8	-	19,8	-	-	Matriz de jul/11
Rio de Janeiro	Reforma do Terminal de Passageiros 1	301,1	-	301,1	-	-	Matriz de jul/11
Rio de Janeiro	Conclusão da Reforma do Terminal de Passageiros 2	386,2	-	386,2	-	-	Matriz de jul/11
Rio de Janeiro	Recuperação e Revitalização dos Sistemas de Pistas e Pátios	157,4	-	157,4	-	-	Revisão de abr/12
Salvador	Reforma e Adequação do Terminal de Passageiros	15,4	-	15,4	-	-	Revisão de abr/12
Salvador	Ampliação do Pátio de Aeronaves	16,8	-	16,8	-	-	Revisão de abr/12
Salvador	Construção de Torre de Controle	15,1	-	15,1	-	-	Matriz de jul/11
São Paulo - Guarulhos	Terraplenagem do Terminal de Passageiros 3	269,4	-	269,4	-	-	Revisão de dez/12
São Paulo - Guarulhos	Terminal de Passageiros 4 (Fase 1)	86,0	-	86,0	-	-	Alteração de abr/12
São Paulo - Guarulhos	Ampliação e Revitalização do Sistema de Pista e Pátio (PR-B e PR-FF)	148,0	-	148,0	-	-	Revisão de abr/12
São Paulo - Guarulhos	Concessão para Ampliação, Manutenção e Exploração do Aeroporto Internacional de Guarulhos - Fase 1B	1420,0	-	-	-	1420,0	Revisão de abr/12
São Paulo - Viracopos	Construção do Módulo Operacional - MOP	5,0	-	5,0	-	-	Matriz de jul/11
São Paulo - Viracopos	Concessão para Ampliação, Manutenção e Exploração do Aeroporto Internacional de Viracopos - Fase 1B	1180,0	-	-	-	1180,0	Revisão de abr/12
<b>Total Aeroportos</b>		<b>6,805,2</b>	<b>0,0</b>	<b>3,165,2</b>	<b>0,0</b>	<b>3,640,0</b>	

Anexo D - Portos							
Cidade	Empreendimento (obra e projeto)	Investimento Global previsto (R\$ mil)	Financiamento Federal previsto (R\$ mil)	Investimento Federal previsto (R\$ mil)	Investimento Governo Local previsto (R\$ mil)	Investimento Iniciativa Privada previsto (R\$ mil)	Referência
Fortaleza	Terminal Marítimo de Mucuripe	149,0	-	149,0	-	-	Alteração de abr/12
Manaus	Porto de Manaus	89,4	-	89,4	-	-	Alteração de abr/12
Natal	Terminal Marítimo de Natal	53,7	-	53,7	-	-	Matriz de jul/11
Recife	Terminal Marítimo de Recife	21,8	-	21,8	-	-	Matriz de jul/11
Rio de Janeiro	Terminal Marítimo de Rio de Janeiro	91,0	-	91,0	-	-	Alteração de dez/12
Salvador	Terminal Marítimo de Salvador	36,0	-	36,0	-	-	Matriz de jul/11
Santos	Terminal Marítimo de Santos	235,0	-	235,0	-	-	Alteração de abr/12
<b>Total Portos</b>		<b>675,9</b>		<b>675,9</b>			

Anexo E - Telecomunicações							
Cidade	Empreendimento (implantação)	Investimento Global previsto (R\$ mil)	Financiamento Federal previsto (R\$ mil)	Investimento Federal previsto (R\$ mil)	Investimento Governo Local previsto (R\$ mil)	Investimento Iniciativa Privada previsto (R\$ mil)	Referência
Todas	Modernização da Infraestrutura e serviços e suporte às competições	371,2	-	371,2	-	-	Matriz de abr/12
<b>Total Telecomunicações</b>		<b>371,2</b>		<b>371,2</b>			

Anexo F - Segurança							
Cidade	Empreendimento (aquisição e implantação)	Investimento Global previsto (R\$ mil)	Financiamento Federal previsto (R\$ mil)	Investimento Federal previsto (R\$ mil)	Investimento Governo Local previsto (R\$ mil)	Investimento Iniciativa Privada previsto (R\$ mil)	Referência
Todas	Ações de Segurança Pública: Integração de Instituições e Sistemas	782,0	-	782,0	-	-	Matriz de nov/12
Todas	Ações de Segurança Pública: Controle dos Pontos de Entrada no País	158,2	-	158,2	-	-	Matriz de nov/12
Todas	Ações de Segurança Pública: Segurança do Evento	230,0	-	230,0	-	-	Matriz de nov/12
Todas	Ações de Defesa - AERONÁUTICA	252,9	-	252,9	-	-	Matriz de nov/12
Todas	Ações de Defesa - EXERCITO	247,4	-	247,4	-	-	Matriz de nov/12
Todas	Ações de Defesa - MARINHA	207,7	-	207,7	-	-	Matriz de nov/12
Todas	Ações de Defesa - ESTADO-MAIOR CONJUNTO DAS FORÇAS ARMADAS-MD	0,9	-	0,9	-	-	Matriz de nov/12
<b>Total Segurança</b>		<b>1,879,1</b>		<b>1,879,1</b>	<b>0,0</b>		



Anexo G - Turismo							
Cidade	Empreendimento (obra e projeto)	Investimento Global previsto (R\$ m)	Financiamento Federal previsto (R\$ m)	Investimento Federal previsto (R\$ m)	Investimento Governo Local previsto (R\$ m)	Investimento Iniciativa Privada previsto (R\$ m)	Referência
Belo Horizonte	Ações de Infraestrutura do Turismo	18,5	-	16,8	1,7	-	Matriz de set/12
Brasília	Ações de Infraestrutura do Turismo	10,2	-	9,3	0,9	-	Matriz de set/12
Cuiabá	Ações de Infraestrutura do Turismo	13,8		13,0	0,8		Matriz de set/12
Curitiba	Ações de Infraestrutura do Turismo	19,4		17,8	1,6		Matriz de set/12
Fortaleza	Ações de Infraestrutura do Turismo	22,1		17,4	4,7		Matriz de set/12
Manaus	Ações de Infraestrutura do Turismo	8,8		8,3	0,5		Matriz de set/12
Natal	Ações de Infraestrutura do Turismo	23,0		22,1	0,9		Matriz de set/12
Porto Alegre	Ações de Infraestrutura do Turismo	25,7		23,3	2,4		Matriz de set/12
Recife	Ações de Infraestrutura do Turismo	17,6		16,8	0,8		Matriz de set/12
Rio de Janeiro	Ações de Infraestrutura do Turismo	25,9		23,9	2,0		Matriz de set/12
Salvador	Ações de Infraestrutura do Turismo	12,0		11,3	0,7		Matriz de set/12
São Paulo	Ações de Infraestrutura do Turismo	15,6		14,5	1,1		Matriz de set/12
<b>Total Turismo</b>		<b>212,5</b>		<b>194,5</b>	<b>18,0</b>		
<b>Matriz Consolidada</b>		<b>25.520</b>	<b>8.668</b>	<b>6.309</b>	<b>6.290</b>	<b>4.252</b>	

### III - MATRIZ DE RESPONSABILIDADES, CONSOLIDADA EM NOVEMBRO DE 2013.

Anexo A - Mobilidade Urbana							
Cidade	Empreendimento (obra, projeto e desapropriação)	Investimento Global previsto (R\$ m)	Financiamento Federal previsto (R\$ m)	Investimento Federal previsto (R\$ m)	Investimento Governo Local previsto (R\$ m)	Investimento Iniciativa Privada previsto (R\$ m)	Referência
Belo Horizonte	BRT Antônio Carlos / Pedro I	713,40	382,30	-	331,10	-	Atualização Set/13
Belo Horizonte	Corredor Pedro II e Obras Complementares nos BRTs Antonio Carlos/Pedro I e Cristiano Machado	188,54	148,00	-	22,50	-	Atualização Set/13
Belo Horizonte	BRT: Área Central	70,49	55,00	-	15,50	-	Atualização Set/13
Belo Horizonte	Expansão da Central de Controle de Tráfego	31,80	30,00	-	1,80	-	Atualização Set/13
Belo Horizonte	Via 210 (Ligação Via Minério / Tereza Cristina)	130,30	58,70	-	71,60	-	Atualização Set/13
Belo Horizonte	BRT: Cristiano Machado	57,39	50,00	-	7,40	-	Atualização Set/13
Belo Horizonte	Boulevard Arundãs / Tereza Cristina	233,90	210,00	-	23,90	-	Atualização Set/13
Brasília	DF-047	44,20	42,00	-	2,20	-	Atualização Out/13
Cuiabá	VLT Cuiabá / Várzea Grande	1,577,60	423,70	-	1,153,90	-	Atualização Set/13
Cuiabá	Corredor Mário Andreazza	45,00	31,00	-	15,00	-	Atualização Set/13
Curitiba	BRT: Extensão da Linha Verde Sul e Obras Complementares da Requalificação do Corredor Marechal Floriano	24,20	18,50	-	5,70	-	Atualização Set/13
Curitiba	Corredor Aeroporto / Rodoferroviária (Gov. Estadual)	51,50	42,30	-	9,20	-	Atualização Set/13
Curitiba	Corredor Aeroporto / Rodoferroviária (Gov. Municipal)	131,70	62,50	-	69,20	-	Atualização Set/13
Curitiba	Requalificação do Terminal Santa Cândida	12,80	12,00	-	0,80	-	Atualização Set/13
Curitiba	Vias de Integração Radial Metropolitanas	53,30	35,10	-	17,20	-	Atualização Set/13
Curitiba	Requalificação da Rodoferroviária (inclusive acessos)	48,90	35,00	-	13,90	-	Atualização Set/13
Curitiba	Requalificação do Corredor Marechal Floriano (Gov. Estadual)	23,40	10,00	-	13,40	-	Atualização Set/13
Curitiba	Requalificação do Corredor Marechal Floriano (Gov. Municipal)	38,50	20,00	-	18,50	-	Atualização Set/13
Curitiba	Sistema Integrado de Monitoramento (Gov. Estadual)	20,40	10,00	-	10,40	-	Atualização Set/13
Curitiba	Sistema Integrado de Monitoramento (Gov. Municipal)	81,90	58,20	-	3,40	-	Atualização Set/13
Fortaleza	VLT Perangaba/Mucuripe	275,45	170,00	-	105,45	-	Atualização Set/13
Fortaleza	Eixo Via Expressa / Raul Barbosa	151,50	141,70	-	9,80	-	Atualização Set/13
Fortaleza	BRT Avenida Dedé Bressi	41,80	21,60	-	20,20	-	Atualização Set/13
Fortaleza	Estações: Padre Cícero e Juscelino Kubitschek	38,22	33,20	-	5,02	-	Atualização Set/13
Fortaleza	BRT Avenida Paulino Rocha	34,60	18,60	-	15,00	-	Atualização Set/13
Fortaleza	BRT Avenida Alberto Craveiro	33,70	23,70	-	10,00	-	Atualização Set/13
Natal	Acesso ao Novo Aeroporto de São Gonçalo do Amarante	73,10	12,10	-	61,00	-	Atualização Set/13
Natal	Eixo 2 - Implantação da Via Prudente de Moraes	28,20	10,60	-	17,60	-	Atualização Set/13
Natal	Corredor Estruturante - Zona Norte / Estádio Arena das Dunas	370,95	293,00	-	77,90	-	Atualização Set/13
Recife	Corredor Via Mangue	433,20	331,00	-	102,20	-	Atualização Set/13
Recife	BRT: Norte / Sul - Trecho Igarassu / Tacarana / Centro do Recife	180,90	162,00	-	18,90	-	Atualização Set/13
Recife	BRT: Leste / Oeste - Ramal Cidade da Copa	137,00	99,00	-	38,00	-	Atualização Set/13
Recife	Corredor Caxangá (Leste / Oeste)	88,10	71,00	-	17,10	-	Atualização Set/13
Recife	Terminal Integrado Cozme e Damilão	19,10	15,00	-	4,10	-	Atualização Set/13
Rio de Janeiro	BRT do Corredor Transcariacá	1,582,20	1,179,00	-	403,20	-	Atualização Set/13
<b>Total Mobilidade Urbana</b>		<b>7,027,54</b>	<b>4,315,80</b>	<b>-</b>	<b>2,711,67</b>	<b>-</b>	

Anexo A - Mobilidade Urbana - Obras de Entorno							
Cidade	Empreendimento (obra, projeto e desapropriação)	Investimento Global previsto (R\$ m)	Financiamento Federal previsto (R\$ m)	Investimento Federal previsto (R\$ m)	Investimento Governo Local previsto (R\$ m)	Investimento Iniciativa Privada previsto (R\$ m)	Referência
Cuiabá	Adequação viária e obras de acessibilidade à Arena Pantanal	95,80	55,00	-	40,80	-	Atualização Set/13
Porto Alegre	Entorno Beira Rio: 3 Vias de Acesso	8,90	-	-	8,90	-	Atualização Set/13
Porto Alegre	Projeto de Pavimentação do Entorno do Estádio Beira-Rio	7,90	7,10	-	0,80	-	Atualização Set/13
Recife	Viaduto da BR-408	25,00	-	-	25,00	-	Atualização Set/13
Recife	Estação de Metrô Cozme e Damilão	7,37	-	7,37	-	-	Atualização Set/13
Rio de Janeiro	Projeto de Reurbanização do Entorno do Estádio do Maracanã e Ligação com a Quinta da Boa Vista - 1ª Fase	109,60	-	-	109,60	-	Atualização Jun/13
Rio de Janeiro	Reformulação e Modernização da Estação Multimodal do Maracanã	174,80	-	-	174,80	-	Atualização Set/13
Salvador	Microacessibilidade	12,40	-	10,28	2,14	-	Atualização Set/13
Salvador	Rotas de Pedestres	7,15	-	-	7,15	-	Atualização Set/13
São Paulo	Intervenções Viárias no entorno do Polo de Desenvolvimento da Zona Leste	548,50	-	-	548,50	-	Atualização Set/13
<b>Total Mobilidade Urbana - Obras de Entorno</b>		<b>996,52</b>	<b>62,10</b>	<b>17,63</b>	<b>916,79</b>	<b>-</b>	
<b>Total Consolidado Mobilidade Urbana</b>		<b>8,024,06</b>	<b>4,377,90</b>	<b>17,63</b>	<b>3,628,46</b>	<b>-</b>	

Anexo B - Estádios							
Cidade	Empreendimento (obra, projeto, planejamento e desapropriação)	Investimento Global previsto (R\$ m)	Financiamento Federal previsto (R\$ m)	Investimento Federal previsto (R\$ m)	Investimento Governo Local previsto (R\$ m)	Investimento Iniciativa Privada previsto (R\$ m)	Referência
Belo Horizonte	Reforma do Estádio Magalhães Pinto (Mineirão)	895,00	400,00	-	295,00	-	Atualização Set/13
Brasília	Reconstrução do Estádio Nacional de Brasília	1,403,30	-	-	1,403,30	-	Atualização Set/13
Cuiabá	Reconstrução da Arena Multisport Pantanal	579,10	339,00	-	231,10	-	Atualização Set/13
Curitiba	Reforma e Ampliação do Complexo Esportivo Curitiba 2014	326,70	234,10	-	14,25	78,35	Atualização Set/13
Fortaleza	Reforma do Estádio Governador Plácido Castelo (Castelão)	518,50	351,50	-	167,10	-	Atualização Set/13
Manaus	Reconstrução da Arena da Amazônia	689,50	400,00	-	269,50	-	Atualização Set/13
Natal	Construção da Arena das Dunas	400,00	396,50	-	3,50	-	Atualização Set/13
Porto Alegre	Reforma do Estádio Beira-Rio	330,00	275,10	-	-	54,90	Atualização Set/13
Recife	Construção da Arena Pernambuco	532,60	400,00	-	132,60	-	Atualização Set/13
Rio de Janeiro	Reforma do Estádio Mário Filho (Maracanã)	1,050,00	400,00	-	650,00	-	Atualização Set/13
Salvador	Reconstrução do Estádio Fonte Nova	689,40	323,60	-	365,80	-	Atualização Set/13
São Paulo	Construção do Estádio do Corinthians	820,00	400,00	-	420,00	-	Atualização Set/13
<b>Total Estádios</b>		<b>8,065,20</b>	<b>3,919,80</b>	<b>-</b>	<b>3,952,15</b>	<b>133,25</b>	

Anexo C - Aeroportos								
Cidade	Empreendimento (obra, projeto e desapropriação)		Investimento Global previsto (R\$ mil)	Financiamento Federal previsto (R\$ mil)	Investimento Federal previsto (R\$ mil)	Investimento Governo Local previsto (R\$ mil)	Investimento Iniciativa Privada previsto (R\$ mil)	Referência
Bejo Horizonte	Aeroporto Internacional Tancredo Neves - Corrimão	TPS e Sistema Viário	218,57	-	218,57	-	-	Atualização Set/13
Belo Horizonte	Aeroporto Internacional Tancredo Neves - Corrimão	Plata de Pouso e Sistema de Pátios	184,70	-	184,70	-	-	Atualização Set/13
Bejo Horizonte	Aeroporto Internacional Tancredo Neves - Corrimão	TPS 3 / TAG	26,82	-	26,82	-	-	Atualização Set/13
Brasília	Aeroporto Internacional de Brasília - Presidente Juscelino Kubitschek	Concessão	642,40	-	-	-	642,40	Atualização Set/13
Brasília	Aeroporto Internacional de Brasília - Presidente Juscelino Kubitschek	Reforma do Coojo Central do TPS	4,16	-	4,16	-	-	Atualização Set/13
Brasília	Aeroporto Internacional de Brasília - Presidente Juscelino Kubitschek	Módulo Operacional	4,81	-	4,81	-	-	Atualização Set/13
Curitiba	Aeroporto Internacional Marechal Rondon	TPS, Sistema Viário e Estacionamento	98,68	-	98,68	-	-	Atualização Set/13
Curitiba	Aeroporto Internacional Marechal Rondon	Módulo Operacional	2,03	-	2,03	-	-	Atualização Set/13
Curitiba	Aeroporto Internacional Afonso Pena	Pátio de Aeronaves	28,04	-	28,04	-	-	Atualização Set/13
Curitiba	Aeroporto Internacional Afonso Pena	Terminal de Passageiros e Sistema Viário	110,16	-	110,16	-	-	Atualização Set/13
Curitiba	Aeroporto Internacional Afonso Pena	Plata de Pouso e Decolagem e de Taxi	19,05	-	19,05	-	-	Atualização Set/13
Fortaleza	Aeroporto Internacional Pinto Martins	TPS e Sistema Viário	171,11	-	171,11	-	-	Atualização Set/13
Manaus	Aeroporto Internacional Eduardo Gomes	TPS e Sistema Viário	445,07	-	445,07	-	-	Atualização Set/13
Natal	Aeroporto São Gonçalo do Amarante	Concessão	383,40	-	8,00	-	375,40	Atualização Set/13
Natal	Aeroporto São Gonçalo do Amarante	Pistas e Pátio	189,15	-	189,15	-	-	Atualização Set/13
Porto Alegre	Aeroporto Internacional Salgado Filho	Terminal de Passageiros e Área de Desembarque	58,99	-	58,99	-	-	Atualização Set/13
Porto Alegre	Aeroporto Internacional Salgado Filho	Pátios	23,78	-	23,78	-	-	Atualização Set/13
Porto Alegre	Aeroporto Internacional Salgado Filho	Módulo Operacional	4,95	-	4,95	-	-	Atualização Set/13
Rio de Janeiro	Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro/Galeão	Antônio Carlos Jobim - TPS 2	188,69	-	188,69	-	-	Atualização Set/13
Rio de Janeiro	Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro/Galeão	Antônio Carlos Jobim - Pistas e Pátio	139,10	-	139,10	-	-	Atualização Set/13
Rio de Janeiro	Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro/Galeão	Antônio Carlos Jobim - TPS 1	115,26	-	115,26	-	-	Atualização Set/13
Salvador	Aeroporto Internacional de Salvador	Deputado Luís Eduardo Magalhães - Terminal de Passageiros	79,23	-	79,23	-	-	Atualização Set/13
Salvador	Aeroporto Internacional de Salvador	Deputado Luís Eduardo Magalhães - Torre de Controle	16,14	-	16,14	-	-	Atualização Set/13
Salvador	Aeroporto Internacional de Salvador	Deputado Luís Eduardo Magalhães - Pátio	17,56	-	17,56	-	-	Atualização Set/13
São Paulo - Guarulhos	Aeroporto Internacional de São Paulo / Guarulhos	Governador André Franco Montoro - Terminal TPS 3	235,51	-	235,51	-	-	Atualização Set/13
São Paulo - Guarulhos	Aeroporto Internacional de São Paulo / Guarulhos	Governador André Franco Montoro - Terminal 4	83,65	-	83,65	-	-	Atualização Set/13
São Paulo - Guarulhos	Aeroporto Internacional de São Paulo / Guarulhos	Governador André Franco Montoro - Sistema de Pátios	183,53	-	183,53	-	-	Atualização Set/13
São Paulo - Guarulhos	Aeroporto Internacional de São Paulo / Guarulhos	Governador André Franco Montoro	1.420,00	-	-	-	1.420,00	Atualização Set/13
São Paulo - Viracopos	Aeroporto Internacional de Viracopos	Módulo Operacional	4,91	-	4,91	-	-	Atualização Set/13
São Paulo - Viracopos	Aeroporto Internacional de Viracopos	Concessão	1.180,00	-	-	-	1.180,00	Atualização Set/13
<b>Total Aeroportos</b>			<b>6.280,56</b>	<b>-</b>	<b>2.665,76</b>	<b>-</b>	<b>3.614,80</b>	

Anexo D - Portos								
Cidade	Empreendimento (obra e projeto)		Investimento Global previsto (R\$ mil)	Financiamento Federal previsto (R\$ mil)	Investimento Federal previsto (R\$ mil)	Investimento Governo Local previsto (R\$ mil)	Investimento Iniciativa Privada previsto (R\$ mil)	Referência
Fortaleza	Terminal Marítimo de Fortaleza	(Mucuripe)	202,60	-	202,60	-	-	Atualização Set/13
Manaus	Terminal Hidroviário de Manaus		89,40	-	89,40	-	-	Atualização Set/13
Natal	Terminal Marítimo de Natal		72,80	-	72,80	-	-	Atualização Set/13
Recife	Terminal Marítimo		28,10	-	21,80	6,30	-	Atualização Set/13
Salvador	Terminal Marítimo de Salvador		40,70	-	40,70	-	-	Atualização Set/13
São Paulo	Santos	Alinhamento de Cala	154,00	-	154,00	-	-	Atualização Set/13
<b>Total Portos</b>			<b>587,50</b>	<b>-</b>	<b>581,80</b>	<b>6,30</b>	<b>-</b>	

Anexo E - Telecomunicações								
Cidade	Empreendimento (implantação)		Investimento Global previsto (R\$ mil)	Financiamento Federal previsto (R\$ mil)	Investimento Federal previsto (R\$ mil)	Investimento Governo Local previsto (R\$ mil)	Investimento Iniciativa Privada previsto (R\$ mil)	Referência
Todas	Modernização da Infraestrutura e serviços e suporte às competições		404,00	-	404,00	-	-	Atualização Set/13
<b>Total Telecomunicações</b>			<b>404,00</b>	<b>-</b>	<b>404,00</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	

Anexo F - Segurança								
Cidade	Empreendimento (aquisição e implantação)		Investimento Global previsto (R\$ mil)	Financiamento Federal previsto (R\$ mil)	Investimento Federal previsto (R\$ mil)	Investimento Governo Local previsto (R\$ mil)	Investimento Iniciativa Privada previsto (R\$ mil)	Referência
Todas	Ações de Segurança Pública: Integração de Instituições e Sistemas		782,00	-	782,00	-	-	Atualização Set/13
Todas	Ações de Segurança Pública: Controle dos Pontos de Entrada no País		75,20	-	75,20	-	-	Atualização Set/13
Todas	Ações de Segurança Pública: Segurança do Evento		313,00	-	313,00	-	-	Atualização Set/13
Todas	Ações de Defesa - AERONÁUTICA		252,90	-	252,90	-	-	Atualização Set/13
Todas	Ações de Defesa - EXÉRCITO		247,40	-	247,40	-	-	Atualização Set/13
Todas	Ações de Defesa - MARINHA		207,70	-	207,70	-	-	Atualização Set/13
Todas	Ações de Defesa - ESTADOMAIOR CONJUNTO DAS FORÇAS ARMADAS-MD		0,90	-	0,90	-	-	Atualização Set/13
<b>Total Segurança</b>			<b>1.879,10</b>	<b>-</b>	<b>1.879,10</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	

Anexo G - Turismo							
Cidade	Empreendimento (obra e projeto)	Investimento Global previsto (R\$ mil)	Financiamento Federal previsto (R\$ mil)	Investimento Federal previsto (R\$ mil)	Investimento Governo Local previsto (R\$ mil)	Investimento Iniciativa Privada previsto (R\$ mil)	Referência
Belo Horizonte	Ações de Infraestrutura do Turismo	8,33	-	7,62	0,71	-	Atualização Set/13
Brasília	Ações de Infraestrutura do Turismo	4,34	-	3,04	1,30	-	Atualização Set/13
Cuiabá	Ações de Infraestrutura do Turismo	4,05	-	3,77	0,28	-	Atualização Set/13
Curitiba	Ações de Infraestrutura do Turismo	16,14	-	16,64	1,50	-	Atualização Set/13
Fortaleza	Ações de Infraestrutura do Turismo	22,05	-	17,43	4,62	-	Atualização Set/13
Manaus	Ações de Infraestrutura do Turismo	7,87	-	7,19	0,78	-	Atualização Set/13
Natal	Ações de Infraestrutura do Turismo	19,24	-	17,58	1,66	-	Atualização Set/13
Porto Alegre	Ações de Infraestrutura do Turismo	12,78	-	11,30	1,48	-	Atualização Set/13
Recife	Ações de Infraestrutura do Turismo	15,70	-	14,97	0,73	-	Atualização Set/13
Rio de Janeiro	Ações de Infraestrutura do Turismo	18,84	-	17,46	1,48	-	Atualização Set/13
Salvador	Ações de Infraestrutura do Turismo	23,51	-	22,50	1,01	-	Atualização Set/13
São Paulo	Ações de Infraestrutura do Turismo	25,23	-	23,25	1,98	-	Atualização Set/13
<b>Total Turismo</b>		<b>180,28</b>	<b>-</b>	<b>162,75</b>	<b>17,53</b>	<b>-</b>	

Anexo H - Instalações Complementares* (Copa das Confederações)							
Cidade	Empreendimento (obra e projeto)	Investimento Global previsto (R\$ mil)	Financiamento Federal previsto (R\$ mil)	Investimento Federal previsto (R\$ mil)	Investimento Governo Local previsto (R\$ mil)	Investimento Iniciativa Privada previsto (R\$ mil)	Referência
Belo Horizonte <sup>(1)</sup>	Construção de instalações complementares	40,60	-	-	40,60	-	Atualização Set/13
Brasília	Construção de instalações complementares	27,00	-	-	27,00	-	Atualização Set/13
Fortaleza	Construção de instalações complementares	35,00	-	-	35,00	-	Atualização Set/13
Recife	Construção de instalações complementares	35,60	-	-	35,60	-	Atualização Set/13
Rio de Janeiro	Construção de instalações complementares	37,70	-	-	37,70	-	Atualização Set/13
Salvador	Construção de instalações complementares	32,90	-	-	32,90	-	Atualização Set/13
<b>Total Instalações Complementares</b>		<b>208,80</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>208,80</b>	<b>-</b>	

\* Conforme Stadium Agreement firmado com a FIFA, a responsabilidade da montagem das estruturas temporárias é dos titulares dos estádios de cada cidade-sede. Os valores da Copa do Mundo 2014 não estão incluídos e serão atualizados assim que concluídos os processos licitatórios.

(1) Além de três jogos, Belo Horizonte foi sede do JCC (centro de transmissão internacional).

<b>Matriz Consolidada</b>	<b>25.569,30</b>	<b>8.297,70</b>	<b>5.707,24</b>	<b>7.813,24</b>	<b>3.751,05</b>
---------------------------	------------------	-----------------	-----------------	-----------------	-----------------

## IV - RELATÓRIO DA SECRETARIA GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA COM AS INFORMAÇÕES REFERENTES A TODAS AS DESAPROPRIAÇÕES E DESLOCAMENTOS INVOLUNTÁRIOS CAUSADOS PELA COPA DO MUNDO FIFA 2014 EM TODAS AS SUBSEDES BRASILEIRAS.

DESAPROPRIAÇÕES E DESLOCAMENTOS INVOLUNTÁRIOS* NA COPA FIFA 2014									
Informações gerais				Desapropriações / Deslocamentos				Informações complementares	
UF	Município	Ente	Empreendimento	Residências Famílias até 3 SM / ocupações	Residências Famílias com mais de 3 SM	Total de residências	Imóveis comerciais / Terrenos / Outros		
CE	Fortaleza	E	VLT Parangaba/Mucunipe e Estações	1529	411	1940	245	2185	Parte das famílias foi ou será indenizada. Parte será realocada nos conjuntos Aldeir Barbosa e Alto da Paz (PMCMV), em local próximo. Parte irá para o Habitacional Cidade Jardim (PMCMV), em construção a cerca de 3 km da região. Até a construção dos conjuntos, as famílias receberam o aluguel social (R\$400,00) do governo estadual. O projeto original previa cerca de 3 mil desapropriações, mas houve negociação com o movimento local.
CE	Fortaleza	P	Elxo Via Expressa/Reul Barbosa	0	111	111	161	272	Parte das famílias será atendida pelo empreendimento Aldeir Barbosa do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV)
CE	Fortaleza	P	BRT Av. Alberto Craveiro	0	45	45	103	148	Parte das famílias será atendida pelo empreendimento Cidade Jardim Módulo 1 do PMCMV
CE	Fortaleza	P	BRT Av. Paulino Rocha	0	0	0	44	44	Atingidos foram ou serão indenizados pelas benfeitorias e propriedades
CE	Fortaleza	P	BRT Av. Dedé Brazil	0	0	0	137	137	Atingidos foram ou serão indenizados pelas benfeitorias e propriedades
DF	Brasília	GDF	Ampliação da DF-047	0	0	0	0	0	Não houve desapropriação
MG	Belo Horizonte	P	BRT Antônio Carlos / Pedro I	0	260	260	58	318	Desapropriações de responsabilidade do governo estadual/prefeitura
MG	Belo Horizonte	P	Corredor Pedro II Orais Complementares nos BRTs Antônio Carlos/ Pedro I e Cristiano Machado	0	0	0	0	0	Não houve desapropriação
MG	Belo Horizonte	P	BRT Área Central	0	0	0	0	0	Não houve desapropriação
MG	Belo Horizonte	P	Via 2.10	0	34	34	105	139	Desapropriações de responsabilidade do governo estadual / prefeitura
MG	Belo Horizonte	P/E	Via 2.10	0	237	237	318	555	Desapropriações de responsabilidade do governo estadual / prefeitura
MG	Belo Horizonte	P	BRT Cristiano Machado	0	0	0	0	0	Não houve desapropriação
MG	Belo Horizonte	P	Boulevard Arrudas / Teresa Cristina	0	0	0	0	0	Não houve desapropriação
MT	Cuiabá	E	VLT Cuiabá / Várzea Grande	0	20	20	300	320	Desapropriações de responsabilidade do governo estadual
MT	Cuiabá	E	Corredor Mário Andreazza	0	0	0	74	74	Desapropriações de responsabilidade do governo estadual
MT	Cuiabá	E	Adequação viária e acesso à Arena Pantanal	0	0	0	0	0	Não houve desapropriação
PE	Recife	E	Corredor Caxangá (Leste/Oeste)	0	74	74	45	119	Famílias atingidas foram/serão indenizadas pelas benfeitorias/propriedades
PE	Recife	E	BRT Norte/Sul	0	0	0	6	6	Famílias atingidas foram/serão indenizadas pelas benfeitorias/propriedades
PE	Recife	E	Terminal Cidade da Copa	0	95	95	100	195	Famílias atingidas foram/serão indenizadas pelas benfeitorias/propriedades
PE	Recife	E	Terminal Coque e Damão	0	46	46	4	50	Famílias atingidas foram/serão indenizadas pelas benfeitorias/propriedades
PE	Recife	E	Estação de Metrô Coque e Damão / Arena PE	0	0	0	0	0	Famílias atingidas foram/serão indenizadas pelas benfeitorias/propriedades
PE	Recife	P	Corredor Via Mangueira	1175	148	1323	137	1460	992 famílias foram reassentadas em 3 conjuntos em área próxima ao empreendimento (Via Mangueira 1, 2 e 3 do PMCMV). O restante foi ou será indenizado
PR	Curitiba	P	BRT Linha Verde Sul e obras complementares	0	0	0	0	0	Não houve desapropriação
PR	Curitiba	P	Corredor Aeroporto/Rodoferrviária	0	0	0	0	0	Não houve desapropriação
PR	Curitiba	P	Corredor Avenida Cândido Abreu	0	0	0	0	0	Não houve desapropriação
PR	Curitiba	P	Requalificação do Corredor Marechal Floriano	0	6	6	15	21	Desapropriações de responsabilidade da prefeitura
PR	Curitiba	E	Corredor Aeroporto/Rodoferrviária	0	2	2	25	27	Não houve desapropriação
PR	Curitiba	E	Vias de integração Radial Metropolitanas	0	22	22	21	43	Não houve desapropriação
RJ	Rio de Janeiro	P	BRT Transcariocas - Lotes 01 e 02	629	1409	2038	266	2304	301 famílias que se encontravam em habitações irregulares foram encaminhadas para unidades habitacionais do PMCMV nos condomínios: Livorno, Vivendas das Patativas, Terri e Oiti. 328 famílias que possuem moradia formal receberam indenizações pela edificação e pela propriedade
RN	Natal	P	Corredor Estruturante 2 Norte/ Arena das Dunas	0	0	0	30	30	Obras não iniciadas
RN	Natal	E	Via Prudente de Moraes	0	0	0	0	0	Não houve desapropriação
RN	Natal	E	Acesso ao aeroporto São Gonçalo do Amarante	0	345	345	0	345	As famílias ainda estão na zona de ruído do novo aeroporto e serão realocadas para o empreendimento do PMCMV prevista para maio/2015.
RS	Porto Alegre	E	Ampliação do Aeroporto Int. Salgado Filho	1476	0	1476	0	1476	Do total, 802 famílias já foram para o Conjunto Porto Novo (PMCMV). 254 famílias serão reassentadas assim que as novas moradias forem concluídas.
RS	Porto Alegre	P	Corredor Avenida Tronco	1523	144	1669	160	1849	460 famílias já receberam o bônus moradia (R\$ 52 mil). As demais serão assentadas em conjuntos do PMCMV faixa 1. Estão em contratação os seguintes conjuntos: Mutualidade; Santa Cruz; Intendente Azeo; Carlos Barbosa; Pedro Botucário. A previsão é de 1415 UH para atender as famílias atingidas e outras demandas da região
RS	Porto Alegre	P	Corredor de Ônibus Padre Cacicque / Av. Beira Rio	57	0	57	15	72	As famílias atingidas já foram removidas. Foram pagos 24 bônus moradia (R\$ 52 mil). As famílias restantes estão no aluguel social e serão alocadas em moradias do PMCMV
RS	Porto Alegre	P	BRT Protápio Alves e Terminal Manoel Elias	0	0	0	1	1	Imóvel foi indenizado
RS	Porto Alegre	P	BRT João Pessoa e Terminal Azenha	0	0	0	0	0	Não houve desapropriação
RS	Porto Alegre	P	Corredor R. Vol. da Pátria e Estação S. Pedro	0	0	0	63	63	Imóveis foram ou serão indenizados
RS	Porto Alegre	P	Prolongamento da Avenida Severo Dullius	0	0	0	9	9	Imóveis foram ou serão indenizados
RS	Porto Alegre	P	Complexo da Rodoviária	0	0	0	2	2	Imóveis foram ou serão indenizados
RS	Porto Alegre	P	BRT Av. Bento Gonçalves e Terminal A. Carvalho	6	0	6	0	6	Famílias atingidas serão indenizadas
RS	Porto Alegre	P	Entorno do estádio Beira Rio: 3 vias de acesso	10	0	10	0	10	Famílias atingidas foram indenizadas
SP	São Paulo	E	Monotrilho - Linha 17 - trecho prioritário	564	0	564	290	854	As famílias de baixa renda serão incluídas no Plano de Reassentamento do governo estadual
SP	São Paulo	P	Itaquera	8	0	8	0	8	Desapropriações de responsabilidade da prefeitura. Famílias foram transferidas para PMCMV ou indenizadas
SP	São Paulo	E	Vila da Paz	396	0	396	0	396	O reassentamento da Vila da Paz não decorreu de "obra da Copa", mas foi apoiado Comitê Especial para a Copa do Mundo da Prefeitura de São Paulo, pela proximidade do Itaquera. Do total, 120 famílias em área de risco, irão até abril de 2015 para o Conjunto São Sebastião do PMCMV, no mesmo bairro. As demais 276 famílias serão transferidas "chave e chave" para o Conjunto (grupo B do PMCMV, também em Itaquera, até o segundo semestre de 2016
<b>TOTAL</b>				<b>7.375</b>	<b>3.429</b>	<b>10.804</b>	<b>2.754</b>	<b>13.558</b>	(Estimativa de 35.653 pessoas atingidas por deslocamentos. Base: 3,3 pessoas por família, IBGE Censo 2010 )

**APÊNDICE A****AUTORIZAÇÃO PARA UTILIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES**

Eu, Felipe Magno, mestrando do curso de Pós-graduação em Ciências do Movimento Humano da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, solicito sua permissão, como coordenador(a) do Comitê Popular da Copa em Porto Alegre, para a utilização das informações contidas no grupo de e-mails da entidade, no período de 01/06/2013 à 30/07/2014. A utilização dos dados dessa ferramenta tem o intuito de retirar informações relevantes para a pesquisa intitulada “**A COPA DO MUNDO DE FUTEBOL EM PORTO ALEGRE: a realocação dos moradores afetados pela duplicação da Avenida Tronco**”, de responsabilidade do Professor Doutor Alberto Reinaldo Reppold Filho. Esta pesquisa tem por objetivo analisar como se dará o processo de realocação dos moradores afetados por uma das obras para a Copa do Mundo de Futebol na cidade de Porto Alegre, a duplicação da Avenida Tronco.

Ciente do que foi exposto anteriormente, autorizo a utilização desses dados, assinando este documento em duas vias, ficando de posse de uma delas.

**Nome:** \_\_\_\_\_

**Cargo:** \_\_\_\_\_

**Entidade:** Comitê Popular da Copa em Porto Alegre

\_\_\_\_\_  
**Assinatura**

\* Contatos para quaisquer esclarecimentos:

**Comitê de Ética em Pesquisa da UFRGS: (51) 3308- 3738**  
**Escola de Educação Física da UFRGS: (51) 3308-5804**

## APÊNDICE B

### ROTEIRO DE ENTREVISTA

\* Nota para os avaliadores: As questões numeradas serão as apresentadas aos entrevistados. Os subitens existentes em algumas questões são apenas para orientar a condução do entrevistador, sendo apresentadas somente caso as respostas buscadas não surjam naturalmente.

---

1) Para iniciarmos, gostaria que você falasse um pouco sobre você (idade, profissão, bairro onde reside etc.), e sobre qual a sua relação com a região onde estão ocorrendo as obras de duplicação da Avenida Tronco (morador, gestor público etc.).

2) Em sua opinião, quais são as implicações da realização da Copa do Mundo de Futebol de 2014 para a cidade Porto Alegre?

- Trará benefícios e/ou prejuízos para a cidade? Quais?
- Econômicos, sociais, culturais, ambientais etc.
- Transporte, segurança, lazer, oferta de trabalho, iluminação, saneamento, educação etc.

3) Em sua opinião, quais as implicações da duplicação da Avenida Tronco para a cidade?

- Trará benefícios e/ou prejuízos para a cidade? Quais?
- Econômicos, sociais, culturais, ambientais etc.
- Transporte, segurança, lazer, oferta de trabalho, iluminação, saneamento, educação etc.

4) Em sua opinião, quais as implicações da duplicação da Avenida Tronco para região e para seus moradores?

- Trará benefícios e/ou prejuízos para a região e para seus moradores? Quais?
- Econômicos, sociais, culturais, ambientais etc.
- Transporte, segurança, lazer, oferta de trabalho, iluminação, saneamento, educação etc.

5) Fale sobre o processo de transferência das famílias que serão realocadas devido a duplicação da Avenida Tronco.

6) Como se deu o processo de decisão da transferência desses moradores?

- Os moradores participaram da decisão?
- Se sim. Em sua grande maioria?
- Se não. De que maneira foram comunicados?
- Existiram ou existem reuniões entre governo e população? Em quais momentos?

7) Qual a sua visão sobre as opções de transferência oferecidas?

- Quais os aspectos podem ser considerados positivos e quais podem ser considerados negativos de cada uma das opções?
- Você tem conhecimento de alternativas que seriam viáveis para resolver essa questão?

8) Você entende que o que foi acordado está sendo cumprido integralmente? Por quê?

- As condições firmadas inicialmente vêm sendo mantidas?
- Os prazos estão sendo cumpridos?
- Existe uma prestação de contas por parte dos gestores?

9) Como você descreve a participação do poder público nessa questão?

10) Como você descreve a participação dos moradores afetados nessa questão?

11) Como você descreve a participação da população em geral nessa questão?

12) Como você descreve a participação das entidades governamentais e não governamentais envolvidas indiretamente nesse processo?

13) Caso tenha algo mais que você gostaria de falar sobre essa ou sobre qualquer outra questão que julgue importante, peço que sinta-se a vontade.



## APÊNDICE C

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, Felipe Magno, mestrando do curso de Pós-graduação em Ciências do Movimento Humano da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, o convido a participar como voluntário do estudo intitulado **“A COPA DO MUNDO DE FUTEBOL EM PORTO ALEGRE: a realocação dos moradores afetados pela duplicação da Avenida Tronco”**, sob a responsabilidade do Professor Doutor Alberto Reinaldo Reppold Filho.

Esta pesquisa tem por objetivo analisar como se dará o processo de realocação dos moradores afetados por uma das obras para a Copa do Mundo de Futebol na cidade de Porto Alegre, a duplicação da Avenida Tronco. Para isso, serão analisados os documentos referentes à obra citada acima, bem como serão realizadas entrevistas com roteiro elaborado com os gestores públicos responsáveis por esse processo, com as lideranças comunitárias das localidades afetadas e com representantes de entidades governamentais e populares envolvidos indiretamente nessa questão. Além disso, serão realizadas visitas sistemáticas aos locais das obras para o acompanhamento desse processo.

**Sua participação constará em responder algumas questões referentes aos principais aspectos do processo de realocação dos moradores atingidos, sendo essas perguntas realizadas através de entrevista gravada, com duração de aproximadamente 1h.** As informações fornecidas por você serão transcritas literalmente e devolvidas para que você faça alguma alteração caso julgue necessária. Seu nome de nenhuma maneira será divulgado na pesquisa.

Antes de concordar em participar desta pesquisa, é muito importante que você compreenda as informações e instruções contidas neste documento. Os pesquisadores deverão responder todas as suas dúvidas antes que você decida participar. Você tem o direito de **desistir** de participar da pesquisa a qualquer momento.

Vale ressaltar que sua participação nessa pesquisa é **gratuita**. Caso sinta que seus direitos foram violados em algum momento, favor remeter-se ao **Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Rio Grande do Sul**, localizado na **Avenida Paulo Gama, 110 - 7º andar** - Porto Alegre/RS - CEP: 90040-060 – Telefone: **(51) 3308- 3738**, ou no e-mail: **pro-reitoria@propesq.ufrgs.br**.

Ciente e de acordo com o que foi exposto anteriormente, eu \_\_\_\_\_, estou de acordo em participar dessa pesquisa, assinando esse termo de consentimento em duas vias, ficando com a posse de uma delas.

**Data:** \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_\_

**Assinatura:** \_\_\_\_\_

\* Contatos para quaisquer esclarecimentos:

**Comitê de Ética em Pesquisa da UFRGS: (51) 3308- 3738**  
**Escola de Educação Física da UFRGS: (51) 3308-5804**